

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**André Sampaio Furlani**

**CRISE DA DEMOCRACIA E URNAS ELETRÔNICAS:**  
**uma análise de discurso das *lives* de Jair Bolsonaro**

**Belo Horizonte**

**2024**

André Sampaio Furlani

**CRISE DA DEMOCRACIA E URNAS ELETRÔNICAS: uma análise de discurso das  
*lives* de Jair Bolsonaro**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Participação, Movimentos Sociais e Inovações Democráticas.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça

Belo Horizonte

2024

320	Furlani, André Sampaio.
F985c	Crise da democracia e urnas eletrônicas [manuscrito] :
2024	uma análise de discurso das lives de Jair Bolsonaro / André Sampaio Furlani. - 2024.
	164 f. : il.
	Orientador: Ricardo Fabrino Mendonça.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1. Ciência política – Teses. 2. Democracia – Teses. 3. Populismo – Teses. 4. Urna eleitoral – Teses. 5. Voto eletrônico. I. Mendonça, Ricardo Fabrino . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**ATA**

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

**ATA 07ª/2024 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO ANDRÉ SAMPAIO FURLANI**

Realizou-se, no dia 19 de abril de 2024, às 15:00 horas, por videoconferência, a defesa da dissertação, intitulada "Crise da democracia e urnas eletrônicas: uma análise de discurso das lives de Jair Bolsonaro", elaborada e apresentada por ANDRÉ SAMPAIO FURLANI - número de registro 2022653801, graduado no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS. JA defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Ricardo Fabrino Mendonça - Orientador (DCP/UFMG), Prof. Camilo de Oliveira Aggio (DCM/UFMG), Profa. Tatiana Maria Silva Galvão Dourado (UBI). A Comissão considerou a dissertação APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 19 de abril de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Maria Silva Galvão Dourado, Usuário Externo**, em 17/09/2024, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camilo de Oliveira Aggio, Professor do Magistério Superior**, em 18/09/2024, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Fabrino Mendonça, Professor do Magistério Superior**, em 18/09/2024, às 22:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3560646** e o código CRC **7487200D**.

## AGRADECIMENTOS

O intenso processo de escrever uma pesquisa de dissertação não é possível de ser concluído sozinho. Apesar da solidão da escrita, a companhia e apoio de diversas pessoas é fundamental. Deixo aqui meus sinceros agradecimentos a quem esteve ao meu lado.

Em primeiro lugar, agradeço à Sofia, minha companheira de vida. Pelo amor, carinho e suporte, necessários para que eu encarasse os momentos mais difíceis e decisivos.

Agradeço também à Elis, minha filha, que tanto me ensina e me surpreende. Agradeço ao meu pai e à minha mãe, Ricardo e Juliana, minha base desde sempre.

Tenho imensa gratidão ao meu orientador, Ricardo Fabrino Mendonça, que esteve presente, interessado e atento durante todo o processo de pesquisa e escrita. Me deu surpreendente liberdade de explorar meus próprios caminhos, mas também apresentou sugestões, ideias e discordâncias fundamentais nos momentos em que me perdia.

Agradeço também ao meu orientador da graduação, Yuriy Castelfranchi, por despertar o interesse a respeito das tortuosas trilhas entre tecnologia, política e sociedade.

Agradeço também a todos os meus colegas do Margem, grupo de pesquisa em Democracia e Justiça. Brilhantes companheiras e companheiros que fizeram contribuições valiosas nos momentos em que tive a oportunidade de apresentar os esboços que vieram a se transformar nesta dissertação.

Agradeço especialmente ao Juliano Antunes, amigo por mais de década que, não só me deu a ideia de iniciar esta pesquisa, como me deu as dicas fundamentais para ingressar no PPGCP. Iniciei este trabalho graças a ele.

Agradeço também a todas as minhas professoras e professores da pós-graduação. Cada uma, ao seu próprio modo, foram de grande contribuição para a minha formação. Agradeço especialmente à Isabele Mitozo, pelo incentivo e pela parceria.

Agradeço também à Nicole e ao Fabio, pelos finais de semana de estudos e risadas, e por muito mais. Agradeço ao Zeonyr e à Larissa, assim como aos demais colegas de turma, pela companhia e pelas trocas durante o mestrado. Também agradeço ao João Kelmer, pela amizade e inspiração.

Agradeço, enfim, à CAPES pelo apoio financeiro fundamental durante todo o mestrado. Torço com esperança para que mais e mais pesquisadoras e pesquisadores tenham a oportunidade de fazer avançar a ciência nacional com dignidade.

Porque sou vivo, ah, sou muito vivo  
E sei  
Que a morte é o nosso impulso primitivo  
E sei  
Que cérebro eletrônico nenhum me dá socorro  
*Gilberto Gil<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Música de Gilberto Gil, “Cérebro Eletrônico”, em álbum com o mesmo nome, lançado em 1969.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar o discurso de Jair Bolsonaro para responder a duas questões: 1) Quais sentidos e estratégias discursivas Bolsonaro aciona em relação às urnas eletrônicas? 2) Como Bolsonaro se utiliza de discursos técnico-científicos em seu objetivo de deslegitimar as urnas eletrônicas? Partindo de um banco de dados com as transcrições de 181 *lives* realizadas pelo ex-presidente entre 2019 e 2022, foram selecionados trechos de 34 *lives*, nos quais Bolsonaro tratava do assunto das urnas eletrônicas e alegava a possibilidade de fraude eleitoral. Com base em literatura sobre crise da democracia e populismo, dando centralidade para a noção de teorias conspiratórias, propõe-se o conceito de populismo conspiratório para se pensar o bolsonarismo. Também utilizou-se da literatura sobre crise epistêmica e pós-verdade, assim como do campo de estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade - CTS, para apontar a existência de uma controvérsia sociotécnica em torno das urnas eletrônicas, a qual é explorada politicamente através de discursos conspiratórios e narrativas fraudulentas pelo bolsonarismo. Enfim, realizou-se a análise dos discursos de Bolsonaro com base em Fairclough (2016), a partir da qual foi possível apontar suas estratégias discursivas em torno do tema urnas eletrônicas, a saber: constante produção de antagonismo político e desconfiança; narrativas contraditórias e coesão débil como indutoras de dissonância cognitiva; sequestro da crítica técnica favorável ao voto impresso; alinhamento a uma ordem discursiva conspiratória em ascensão na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Bolsonaro; crise da democracia; populismo; teoria da conspiração; discurso; urna eletrônica.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze Jair Bolsonaro's discourse in order to answer two main questions: 1) Which meanings and discursive strategies Bolsonaro employ regarding electronic voting machines? 2) How does Bolsonaro use technical-scientific discourses to delegitimize electronic voting machines? Drawing from a database containing transcripts of 181 livestreams conducted by the former president between 2019 and 2022, excerpts from 34 livestreams were selected, in which Bolsonaro mentioned the electronic voting machines and alleged the possibility of electoral fraud. Building on literature on the democracy crisis and populism, with a focus on the notion of conspiracy theories, the concept of "conspiratorial populism" is proposed to understand bolsonarism. Additionally, literature on epistemic crisis and post-truth, as well as literature from the field of Science, Technology and Society studies - STS, were mobilized to highlight the existence of a sociotechnical controversy surrounding electronic voting machines, which is politically exploited through conspiratorial discourses and fraudulent narratives by bolsonarism. Finally, Bolsonaro's discourses were analyzed based on Fairclough (2016) to identify discursive strategies surrounding the electronic voting machines and the supposed electoral fraud, namely: constant production of political antagonism and distrust; contradictory narratives and weak cohesion inducing cognitive dissonance; appropriation of technical critiques endorsing printed voting; alignment with an emergent conspiratorial discursive order in contemporary times.

**Key-words:** Bolsonaro; democracy crisis; populism; conspiracy theory; discourse; electronic voting machine.



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**ADTO** - Análise de Discurso Textualmente Orientada

**AKP** - Partido Justiça e Desenvolvimento (tradução do turco)

**BU** - Boletim de Urna

**CTE** - Comissão de Transparência Eleitoral

**CTS** - Ciência, Tecnologia e Sociedade

**DRE** - *Direct Recording Electronic*

**DSN** - Doutrina de Segurança Nacional

**ESEB** - Estudo Eleitoral Brasileiro

**EUA** - Estados Unidos da América

**FGV** - Fundação Getúlio Vargas

**Fiocruz** - Fundação Oswaldo Cruz

**IDEA** - *International Institute for Democracy and Electoral Assistance*

**MDB** - Movimento Democrático Brasileiro (antigo PMDB - Partido Movimento Democrático Brasileiro)

**MEB** - Movimento Endireita Brasil

**MIE** - Módulo de Impressão Externo

**MPF** - Ministério Público Federal

**MPL** - Movimento Passe Livre

**NASA** - *National Aeronautics and Space Administration*

**OMS** - Organização Mundial de Saúde

**ONG** - Organização Não Governamental

**OPEP** - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

**OTE** - Observatório de Transparência das Eleições

**PCdoB** - Partido Comunista do Brasil

**PDT** - Partido Democrático Trabalhista

**PEC** - Proposta de Emenda Constitucional

**PF** - Polícia Federal

**PMDF** - Polícia Militar do Distrito Federal

**PRF** - Polícia Rodoviária Federal

**PSDB** - Partido da Social Democracia Brasileira

**PT** - Partido dos Trabalhadores

**RDV** - Registros Digitais dos Votos

**SBC** - Sociedade Brasileira de Computação

**SNI** - Serviço Nacional de Inteligência

**STF** - Supremo Tribunal Federal

**STM** - Superior Tribunal Militar

**TPS** - Teste Público de Segurança

**TREs** - Tribunais Regionais Eleitorais

**TSE** - Tribunal Superior Eleitoral

**V-Dem** - *Varieties of Democracy Institute*

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Histórico de satisfação com a democracia (2002-2022)	39
<b>Gráfico 2</b> - Posicionamento sobre aceitabilidade de um golpe militar em caso de muito crime ou muita corrupção no Brasil (2007-2018)	42
<b>Gráfico 3</b> - Autoposicionamento ideológico do eleitorado (2002-2022)	46
<b>Gráfico 4</b> - Confiança nas urnas eletrônicas (06/2021 a 11/2022)	62
<b>Gráfico 5</b> - Posts com links sobre desconfiança eleitoral no Facebook (2014 - 2020)	115
<b>Gráfico 6</b> - Evolução de postagens no Facebook sobre fraude nas urnas e voto impresso (2/11/2020 a 18/01/2022)	116

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Invasão do Congresso Nacional por bolsonaristas em 08/01/2023	14
<b>Figura 2</b> - A concepção tridimensional do discurso	96
<b>Figura 3</b> - Categorias da análise tridimensional de discurso	101
<b>Figura 4</b> - Dispositivo de análise tridimensional de discurso utilizado	103
<b>Figura 5</b> - Representação da urna eletrônica e do antagonismo político na perspectiva bolsonarista	130

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 - CRISE DA DEMOCRACIA, POPULISMO E CONSPIRAÇÃO</b>	<b>20</b>
1.1. A regressão da democracia liberal	21
1.2. A ascensão dos populismos	31
1.3. Sentimento antissistema no Brasil	36
1.4. Novas direitas e disputa hegemônica	43
1.5. O populismo conspiratório de Bolsonaro	48
<b>CAPÍTULO 2 - URNA ELETRÔNICA: UM ARTEFATO POLÍTICO EM DISPUTA</b>	<b>61</b>
2.1. Sistemas peritos, crise epistêmica e pós-verdade	63
2.2. Voto eletrônico vs. voto impresso: uma controvérsia	69
2.2.1. A defesa do voto eletrônico: estabilidade e eficiência	71
2.2.2. A defesa do voto impresso: transparência e auditabilidade	74
2.2.3. Considerações sobre a proposta de impressão do voto	77
2.3. O imbricamento entre tecnologia e política	81
2.4. Ciência, discurso e conspiracionismo	85
<b>CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA</b>	<b>91</b>
3.1. A análise tridimensional de discurso	92
3.2. O corpo discursivo	99
3.3. O dispositivo de análise	101
<b>CAPÍTULO 4 - BOLSONARO CONTRA AS URNAS ELETRÔNICAS</b>	<b>105</b>
4.1. A língua de Bolsonaro	106
4.2. Cronologia da produção de desconfiança	112
4.2.1. Primeira fase: mantendo a desconfiança viva (2019-2020)	117

4.2.2. Segunda fase: radicalização pelo “voto democrático” (2021)	119
4.2.3. Terceira fase: eleições como uma “questão de segurança nacional” (2022)	122
4.3. Visão de mundo bélica e produção do antagonismo político	124
4.4. Indutores da dissonância cognitiva coletiva	130
4.5. Interdiscursividade e sequestro da crítica técnica	133
4.6. Hegemonia e ordem discursiva conspiratória	142
4.7. Síntese dos resultados	146
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>154</b>

## INTRODUÇÃO

*A quem interessa o caos no Brasil?*

Jair Bolsonaro

Dia 8 de janeiro de 2023. Uma semana após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma multidão de bolsonaristas chega a Brasília. Vindos dos mais variados locais do Brasil, caminharam através da esplanada dos ministérios em direção à Praça dos Três Poderes aparentemente escoltados e protegidos pela Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, força responsável pela segurança daquela área, mas que não ofereceu resistência contra a massa raivosa e indignada que invadiu e depredou as sedes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. O terceiro governo de Lula da Silva iniciou tendo de lidar com uma tentativa de golpe de Estado<sup>2</sup>.

**Figura 1 – Invasão do Congresso Nacional por bolsonaristas em 08/01/2023**



Fonte: Fotógrafo desconhecido<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Ver reportagem produzida por Camila Veras Mota: *7 fatores que explicam o 8 de janeiro em Brasília*, além de documentário produzido pela BBC News Brasil. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cye7egj6y1no>. Acesso em: 24/03/2024.

<sup>3</sup> Imagem obtida através do link:

[https://www.oeste360.com/noticia/66311/brasil-ia-e-invadida-por-manifestantes-e-tem-os-tres-poderes-tomado#google\\_vignette](https://www.oeste360.com/noticia/66311/brasil-ia-e-invadida-por-manifestantes-e-tem-os-tres-poderes-tomado#google_vignette). Acesso em 24/03/2024.

Chama a atenção nesse delicado momento da história da democracia brasileira que, em meio à multidão verde e amarela e bandeiras do Brasil, que sempre compuseram a estética bolsonarista, uma grande faixa foi estendida no alto do Congresso Nacional, na qual se podia ler uma demanda: “queremos o código fonte – *we want the source code*”. A revolta dos manifestantes, que alegavam fraude eleitoral contra Jair Bolsonaro, tinha como elemento importante uma forte desconfiança em relação às urnas eletrônicas e ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE, acusado de conspirar contra a vontade popular. Como solução paradoxal para a alegada falta de transparência do processo eleitoral brasileiro, demandavam uma intervenção militar. A urna eletrônica foi posta no centro dos conflitos políticos e, para uma parcela significativa da sociedade brasileira, é vista como sinônimo de fraude.

Dois dias após o ocorrido, o ex-presidente Jair Bolsonaro, que se encontrava nos Estados Unidos da América desde os últimos dias do ano anterior, postou em sua conta do Facebook um vídeo que reforçava a teoria conspiratória que animava os seus seguidores contra as instituições democráticas. No vídeo, um procurador do estado do Mato Grosso do Sul, apresentado como Dr. Felipe Gimenez, afirmava que Lula não havia sido eleito pelo povo brasileiro, mas sim escolhido pelo Supremo Tribunal Federal - STF - e pelo TSE. Poucas horas depois o vídeo foi apagado<sup>4</sup>. No entanto, tratava-se da mesma narrativa que Bolsonaro propagou durante o seu mandato, a qual esta dissertação se propõe a analisar.

Estamos acostumados a pensar na urna eletrônica como uma excepcionalidade brasileira, relacionada à consolidação da democracia no Brasil e abalada apenas com a recente atuação da extrema direita em defesa do voto impresso. No entanto, ao analisar o debate com atenção, percebemos que, como todo artefato tecnológico, a urna eletrônica foi marcada, desde seu início, por controvérsias sociotécnicas e disputas políticas, de forma que as críticas a ela não são de exclusividade do bolsonarismo. O início de sua história foi marcado, por exemplo, por críticas contundentes vindas da esquerda.

Um dos seus primeiros críticos foi o então candidato ao governo do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que afirmou em 2000, nas primeiras eleições em que as urnas eletrônicas foram utilizadas em todo o território nacional, que “perdemos o direito à recontagem”<sup>5</sup> e cobrava: “cadê o papelzinho!?” Seu partido, o Partido Democrático Trabalhista - PDT, voltaria a firmar seu posicionamento a favor do voto impresso em anos recentes, através do

---

<sup>4</sup> Ver: <https://www.intercept.com.br/2023/12/08/8-de-janeiro-video-apagado-que-pode-implicar-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 30/03/2024.

<sup>5</sup> Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u7686.shtml>. Acesso em: 23/08/2023.



candidato à presidência da República, Ciro Gomes<sup>6</sup>, e do presidente do partido, Carlos Lupi<sup>7</sup>. Outras figuras da política como Roberto Requião - MDB, Simone Tebet - MDB, Flávio Dino - então PCdoB - e João Amoêdo - Novo, também já levantaram dúvidas sobre a segurança das urnas eletrônicas, sendo tais falas, inclusive, utilizadas estrategicamente por bolsonaristas para manter a pauta do voto impresso em evidência<sup>8</sup>.

Apesar de tais preocupações levantadas por figuras da política, durante a maior parte do tempo as principais críticas sobre a funcionalidade, segurança e transparência da urna eletrônica se faziam presentes majoritariamente no meio técnico e acadêmico, vindos de engenheiros e cientistas da computação que participaram do projeto inicial da urna eletrônica e dos seus Testes Públicos de Segurança - TPS (Aranha et al., 2018; Graaf, 2017). Como forma de resolver os problemas iniciais de falta de transparência e auditoria insuficiente, tais técnicos tiveram como principal proposta a impressão do voto em papel, que seria conferido pelo eleitor e cairia dentro de uma urna física sem que este pudesse tocá-lo. O voto impresso foi defendido por tais técnicos como uma forma de proporcionar maior transparência ao processo eleitoral e possibilitar a auditoria do *software* da urna eletrônica, o qual, segundo eles, seria impossível sem uma contraprova física.

Esses entendimentos sobre a impressão do voto já informaram o debate político algumas vezes e levaram o assunto a quatro votações no Congresso Nacional. A primeira foi sancionada por Fernando Henrique Cardoso em 2002, posteriormente derrubada pelo STF. A segunda foi aprovada no Congresso e sancionada por Lula em 2009, também rejeitada pelo STF. Em 2015, o então deputado federal Jair Bolsonaro, propôs um artigo à “minirreforma eleitoral” - lei 13.165/15 - prevendo a impressão do voto, a qual foi aprovada pelo Congresso, mas vetada por Dilma sob orientação do STF. O veto foi derrubado pelo Congresso, mas, já em 2018, o STF determinou, mais uma vez, a inconstitucionalidade do procedimento. Em 2021, já sob ameaças de Bolsonaro contra as eleições e forte tensionamento institucional, o Congresso Nacional não aprovou a PEC 135/19<sup>9</sup>, de autoria da deputada federal Bia Kicis, que também propunha a impressão do voto.

---

<sup>6</sup> Ver: <https://www.poder360.com.br/brasil/ciro-gomes-diz-que-apoia-iniciativa-de-voto-impresso-auditavel/> . Acesso em: 23/08/2023.

<sup>7</sup> Ver: <https://www.poder360.com.br/brasil/pdt-volta-a-defender-voto-impresso/> . Acesso em: 23/08/2023.

<sup>8</sup> Ver: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/no-passado-politicos-de-oposicao-defendiam-voto-impresso/> . Acesso em 06/09/2023.

<sup>9</sup> Ver:

[https://www.politize.com.br/pec-135-19/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQjwi7GnBhDXARIsAFLvH4led73\\_q3BLOFATkKtK0xevhgEAjXgemz9IpR\\_Lg5DzZLGjr-EbntgaAkt3EALw\\_wcB](https://www.politize.com.br/pec-135-19/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQjwi7GnBhDXARIsAFLvH4led73_q3BLOFATkKtK0xevhgEAjXgemz9IpR_Lg5DzZLGjr-EbntgaAkt3EALw_wcB) . Acesso em 13/09/2023.

Críticas como a de Leonel Brizola e do grupo de técnicos a favor do voto impresso parecem não ter ganho muita tração nos primeiros anos de uso da urna eletrônica: o entusiasmo nacional com a nova máquina de votar brasileira deu o tom do debate público por mais de uma década. O ponto de inflexão foi, provavelmente, em 2014, após as eleições presidenciais. Depois de uma vitória apertada de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores - PT, o candidato derrotado Aécio Neves e seu partido, o Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, questionaram os resultados eleitorais e solicitaram uma auditoria das eleições, alegando que muitas pessoas levantavam críticas e desconfianças nas redes sociais<sup>10</sup>. Um episódio importante da crise democrática que começava a se instaurar no Brasil, que já anunciava o problema da desinformação *online* e predizia a máxima de Trump que caracteriza o novo conspiracionismo de acordo com Muirhead e Rosenblum (2019): “muita gente está falando”<sup>11</sup>.

A crise política no Brasil se acentua nos anos seguintes a 2014 e atinge um ponto crítico com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2018. O até então deputado federal de extrema direita tomou para si a pauta do voto impresso e, mesmo sem provas e sendo empossado a partir dos votos computados pela urna eletrônica, passou a reiteradamente estimular a desconfiança em relação ao processo eleitoral na sociedade brasileira. Para tal, Bolsonaro e seus seguidores se utilizaram de *fake news* e teorias conspiratórias que afirmam, em geral, que as alegadas fraudes são obra do próprio TSE para beneficiar candidatos do PT. Apesar da inveracidade de muitas falas do ex-presidente sobre as urnas eletrônicas e o processo eleitoral, há de se observar que seus discursos encontram aderência em meio à sociedade.

É nesse sentido que esta dissertação se propõe a analisar os discursos de Jair Bolsonaro proferidos em *lives* entre os anos de 2019 e 2022, buscando compreender como o ex-presidente construiu sentidos de deslegitimação sobre as urnas eletrônicas. E, além disso, como o mesmo fez uso dos argumentos já levantados anteriormente pela comunidade técnica sobre o voto impresso. Desse modo, busca-se responder às seguintes perguntas de pesquisa:

1) Quais sentidos e estratégias discursivas Bolsonaro aciona em relação às urnas eletrônicas?

---

<sup>10</sup> Ver: <https://www.conjur.com.br/2014-dez-01/tse-isenta-urnas-eletronicas-suspeitas-apresentadas-psdb>. Acesso em: 28/08/2023.

<sup>11</sup> Referência ao bordão de Donald Trump e título do livro de Muirhead e Rosenblum (2019), *A lot of people are saying*.

2) Como Bolsonaro se utiliza de discursos técnico-científicos em seu objetivo de deslegitimar as urnas eletrônicas?

No primeiro capítulo, faz-se necessário contextualizar a crise da democracia brasileira através de uma revisão bibliográfica. Para tanto, busca-se, em primeiro lugar, situá-la em relação à discussão mais ampla da crise da democracia liberal no mundo. Isso nos abre portas para discutir o conceito de populismo, discurso, ideologia ou estilo de fazer política no qual Bolsonaro se enquadra. Logo após, ainda no mesmo capítulo, procuro reconstruir aspectos da história recente do Brasil desde pelo menos as manifestações multitudinárias de 2013, para compreender de que modo um sentimento antissistema emergiu no Brasil e foi capturado pelas “novas direitas”, que viriam a se converter em uma extrema direita. Finalizo o capítulo explorando a ascensão e o governo de Jair Bolsonaro para propor o conceito de populismo conspiratório.

O segundo capítulo, também de revisão bibliográfica, debruça-se sobre o problema específico da urna eletrônica, não sem antes contextualizar o problema da crise epistêmica ou do que mais popularmente tem sido chamado de pós-verdade. Apresento os argumentos favoráveis ao voto eletrônico e os favoráveis ao voto impresso, além de me permitir algumas considerações sobre o assunto. Busco ainda analisar a questão a partir de literatura oriunda dos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade - CTS, como forma de evidenciar a existência de uma controvérsia sociotécnica em torno das urnas eletrônicas. Por fim, finalizo o capítulo com algumas considerações sobre o uso da ciência em meio a narrativas conspiratórias, com a intenção de demonstrar como o problema pode ser estudado via análise de discurso.

O terceiro capítulo é dedicado a apresentar a metodologia de análise de discurso, a saber, a chamada análise tridimensional do discurso de Norman Fairclough (2016). Julga-se que tal método é apropriado para se compreender não apenas a relação dialética entre discurso e realidade social, mas também com vistas a apreender os processos de mudança social e política em torno do discurso de Bolsonaro que tensiona os pilares da democracia liberal no Brasil.

Por fim, o quarto capítulo se refere à análise de discurso propriamente dita. Foi levado em consideração um corpo discursivo composto por trechos retirados de 34 *lives*, das 181 realizadas durante os anos de 2019 e 2022 através das redes sociais de Bolsonaro. Acredita-se ser esse um corpo de análise rico por ser o principal meio pelo qual Bolsonaro falava livremente com seu eleitorado, sem o *gatekeeping* da mídia convencional. A partir da análise desse material foi elaborada uma proposta de cronologia da produção de desconfiança em

relação às urnas eletrônicas, assim como pode-se depreender as principais estratégias discursivas utilizadas por Bolsonaro.

## CAPÍTULO 1 - CRISE DA DEMOCRACIA, POPULISMO E CONSPIRAÇÃO

O diagnóstico de crise da democracia liberal tem sido cada vez mais comum e amplamente estudado, mensurado e teorizado pela ciência política (Bermeo, 2016; Mounk, 2019; Levitsky e Ziblatt, 2018; Przeworski, 2019; Runciman, 2018). Pode-se dizer que o tema tem sido debatido com cada vez mais frequência por dois motivos. Em primeiro lugar, porque mais e mais países ao redor do planeta têm passado por processos de autocratização ou regressão democrática, retornando aos patamares globais de democratização da década de 1980, ao final da Guerra Fria (Papada et al., 2023). Mas, talvez o principal fator pelo qual o tema tem sido tão debatido, seja o fato de que tais processos de regressão democrática têm afetado, não apenas as periferias do mundo, mas o núcleo anglo-saxão do ocidente, democracias do norte global a muito tempo estabelecidas. A situação de instabilidade associada ao surgimento de candidaturas populistas e extremistas, tanto nos Estados Unidos da América, como em países europeus, aponta para a reversão de uma tendência à democratização que vem desde 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, mas especialmente a partir da década de 1990, com o fim da União Soviética e a redemocratização de países na América Latina, dentre eles o Brasil.

Simultaneamente aos processos de regressão democrática ao redor do mundo, o Brasil, à sua própria maneira, também vive sua crise. Com maior instabilidade histórica e uma estrutura política pendular que, desde 1946, varia entre momentos de otimismo e pessimismo em relação à democracia (Avritzer, 2019), o Brasil adentrou um novo período de pessimismo. Há uma década, tendo Junho de 2013 como um marco, não o ponto de origem (Nobre, 2022), o Brasil passa por processos de instabilidade política marcados pelo crescimento de um sentimento antissistema que levou a maior polarização social com consequências significativas de degradação da institucionalidade democrática, assim como da cultura política. Tal polarização foi alavancada, principalmente, pelo surgimento de “novas direitas” na esfera pública, que conseguiram canalizar o sentimento antissistema e passaram a se posicionar de forma mais radicalizada, travando uma disputa hegemônica que tem posto em xeque o pacto democrático de 1988 (Rocha, 2021).

Este capítulo é dedicado à compreensão desse processo de crise ou regressão democrática experienciado pelo Brasil com o objetivo final de compreender especificidades

da comunicação e do discurso de Jair Bolsonaro enquanto Presidente da República. No entanto, partirei de um panorama mais amplo da discussão sobre crise democrática no mundo, seguido de um enfoque sobre o conceito de populismo. Logo após, busco desenvolver uma caracterização do fenômeno no Brasil a partir de indicadores de uma crise de legitimidade e confiança nas instituições democráticas (Santos et al., 2020), que apontam para o surgimento de um sentimento antissistema (Nobre, 2022). Na seção seguinte, busco demonstrar como as “novas direitas” se caracterizam pela oposição ao pacto de 1988 (Rocha, 2021) e como elas souberam canalizar e transmutar o sentimento antissistema em um posicionamento antiesquerda, resultando não só na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, mas no bolsonarismo enquanto força política incontornável na atual esfera pública brasileira. Ao final, intento desenvolver uma compreensão do bolsonarismo enquanto fenômeno político que pode ser caracterizado como um populismo conspiratório.

### **1.1. A regressão da democracia liberal**

Desde pelo menos a crise financeira de 2008, vários países têm passado por significativos abalos em suas bases de estruturação política. Os ideais da democracia liberal e de um neoliberalismo progressista, baseado em mercados globalizados e valores cosmopolitas, não parecem mais se sustentar como modelo hegemônico. Embora existam vários sinais que apontam para um certo esgotamento da estabilidade da democracia liberal, não há ainda clareza sobre que novo tipo de institucionalidade se apresenta no horizonte. A noção compartilhada de que vivemos um momento de interregno, ou de fraca institucionalização, faz com que a máxima de Gramsci esteja sendo mais utilizada agora do que nunca: “o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer” (Fraser, 2019; Fernandes, 2019; Przeworski, 2019; Nobre, 2022).

Por mais que seja importante nos atentarmos à crítica sobre o uso indiscriminado da palavra “crise”, de forma a desfigurar seu sentido (Fraser, 2019), existem dados e argumentos que conferem concretude à ideia de uma crise da democracia liberal em dimensão global. Tem sido esse o mérito de vários cientistas políticos que integram as pesquisas do Instituto *Varieties of Democracy (V-Dem Institute)*<sup>12</sup>. O *V-Dem* tem produzido uma enorme e detalhada base de dados sobre democracia do mundo, o que permite a mensuração e comparação de

---

<sup>12</sup> As bases de dados, os relatórios anuais, assim como outros conteúdos relacionados ao *V-Dem Institute* podem ser acessados em <https://v-dem.net/>.

regimes políticos<sup>13</sup>. Nesse sentido, para cada país são consideradas uma série de categorias que os posicionam em um dos quatro tipos de regimes tal qual formulados pelo *V-Dem*: 1) autocracia fechada, quando não há eleições multipartidárias para o Executivo e o país carece de liberdades civis e políticas; 2) autocracia eleitoral, quando há eleições multipartidárias para o Executivo, mas com níveis insuficientes de requisitos fundamentais, como liberdade de expressão, associação e eleições limpas e justas; 3) democracia eleitoral, quando há eleições multipartidárias justas, assim como níveis satisfatórios de sufrágio, liberdade de expressão e associação; 4) democracia liberal, quando há todas as características de uma democracia eleitoral e, além disso, há constrangimento do Executivo pelo Legislativo e Judiciário no sentido de garantir liberdades civis e igualdade. Ademais, os dados levantados pelo *V-Dem* permitem que se compreenda a democracia em cinco dimensões diferentes: 1) eleitoral; 2) liberal; 3) igualitária; 4) participativa; e 5) deliberativa. A partir de variadas mensurações e análises sócio-históricas, o *V-Dem* busca identificar processos de democratização e autocratização, ou seja, em que medida o desenvolvimento político de cada país permite dizer que este caminha em direção à democracia ou em direção à autocracia (Papada et al., 2023).

De acordo com seu último relatório anual, publicado no primeiro semestre de 2023 com base nos dados produzidos em 2022, foi registrado o recorde de 42 países em processo de autocratização<sup>14</sup>. Ainda de acordo com o *V-Dem*, o estado global da democracia em 2022 é comparável ao de 1986, evidenciando que a energia democratizante da década de 1990 foi totalmente revertida. Além disso, hoje existem mais ditaduras do que democracias no mundo e 72% da população mundial vive em autocracias, sejam eleitorais ou fechadas. Por outro lado, apenas 14 países estão em processo de democratização, o que corresponde a apenas 2% da população mundial. Vale ressaltar que o Brasil figurou entre os dez países com maior grau de autocratização durante os últimos quatro anos. Não por acaso, os quatro anos de mandato de Jair Bolsonaro, que sempre exaltou a ditadura militar e governou atacando as instituições e valores democráticos. Há uma perspectiva de melhora rumo à democratização com a vitória de Lula, mas ainda não há dados para confirmar (Papada et al., 2023).

Apesar de ainda serem registrados golpes militares na atualidade, como no Afeganistão, Myanmar e Burkina Faso (Papada et al., 2023), o padrão mais observado na

---

<sup>13</sup> A excepcionalidade do empreendimento do *V-Dem*, no entanto, não é consenso entre cientistas políticos. Adam Przeworski tem sido um dos principais críticos. Ver:

<https://twitter.com/AdamPrzeworski/status/1537574405848563712>. Acesso em: 17/03/2024.

<sup>14</sup> Estar em processo de autocratização não significa que o país já é uma autocracia. Se inserem nesse diagnóstico tanto democracias em regressão, quanto autocracias em recrudescimento.

atualidade e que tem chamado mais a atenção de pesquisadores é o de regressão democrática<sup>15</sup>, ou *democratic backsliding* (Bermeo, 2016), que diz respeito a um processo de degradação lenta e gradual da institucionalidade democrática, feito desde dentro por líderes eleitos usando repertórios da própria democracia. A ideia de regressão democrática se contrapõe ao padrão de ruptura típico do século XX, em que os golpes eram executados por forças militares e tinham efeito imediato. Um dia se dormia em um regime democrático, no próximo se acordava sob uma ditadura (Przeworski, 2019; Levitsky e Ziblatt, 2018; Runciman, 2019; Bermeo, 2016). Na contemporaneidade, a compreensão é de que a democracia “não quebra mais, ela vai entortando” (Santos et al., 2020, p. 188).

De acordo com Nancy Bermeo (2016), mudanças significativas dos processos de reversão democrática diferenciam o atual momento de regressão dos golpes experienciados ao longo do século XX. De início, a pesquisadora aponta para tendências positivas percebidas ao longo das últimas décadas, três fenômenos que se atenuaram significativamente após a Guerra Fria, são eles: 1) o declínio dos golpes de Estado clássicos, normalmente executados por forças militares ou elites políticas para tomar o Poder Executivo; 2) o declínio dos *executive coups*, também conhecidos como autogolpes, quando o chefe do Executivo se utiliza do cargo para abolir a institucionalidade democrática em nome de seu projeto de poder; 3) o declínio de fraudes flagrantes no dia da eleição. Evidentemente, são dados positivos que convergem de alguma maneira com o otimismo democrático da década de 1990.

No entanto, novos desafios se apresentam para as democracias. Nesse sentido, Bermeo (2016) aponta também para três novas tendências dos processos de regressão democrática a partir de 1990. Em primeiro lugar, um aumento dos golpes promissórios<sup>16</sup>, quando aqueles que executam um golpe de Estado enquadram o afastamento de um líder como um passo necessário para o restabelecimento da normalidade democrática e prometem realizar novas eleições em breve. Ressalta-se que, na maioria dos casos de golpes promissórios, quando a nova eleição é, enfim, realizada, quem sai vencedor normalmente é o candidato golpista ou aquele apoiado pelos golpistas.

---

<sup>15</sup> Muitos conceitos têm sido utilizados para o mesmo fenômeno, como: erosão democrática, degradação democrática, retrocesso democrático, regressão democrática, dentre outros. Ao longo desta dissertação farei o uso de regressão democrática, tal como Avritzer (2019) - além da referência mais ampla à crise da democracia - para nomear o fenômeno que diz respeito ao processo de desfiguração da democracia por dentro e de forma lenta, em contraposição à forma clássica do golpe de Estado.

<sup>16</sup> Em inglês: *promissory coups* (Bermeo, 2016).



Uma segunda tendência observada por Bermeo é a de engrandecimento do Executivo. Essa forma de regressão democrática diz respeito aos movimentos realizados pelo chefe do Executivo, dentro da lei e da institucionalidade, para diminuir o poder das instituições que o regulam, desequilibrando o balanço entre poderes. Uma característica importante desse tipo de regressão democrática é que tais movimentos são realizados por representantes eleitos, de forma que atitudes autoritárias acabam sendo interpretadas por grande parte do eleitorado como legítimas e, simplesmente, parte de um programa de governo. Um caso ilustrativo de engrandecimento do Executivo é a Turquia sob o governo de Recep Tayyip Erdogan e seu Partido Justiça e Desenvolvimento - AKP, que governa o país desde 2002 se utilizando de estratégias desse tipo.

Por fim, de especial importância para o caso em análise na dissertação, é a terceira tendência apontada por Bermeo (2016): manipulação estratégica das eleições. Normalmente realizada em conjunto com o engrandecimento do Executivo, a manipulação estratégica de eleições diz respeito a:

[...] uma variedade de ações com o objetivo de inclinar o campo eleitoral em favor dos incumbentes. Isso inclui dificultar o acesso à mídia, usar fundos do governo para campanhas do incumbente, manter os candidatos da oposição fora das urnas, dificultar o registro eleitoral, fechar comissões eleitorais, mudar regras eleitorais em favor do incumbente, e assediar oponentes - mas tudo feito de um jeito que as eleições em si não pareçam fraudulentas. (Bermeo, 2016, p. 13 - tradução minha)

Tendências apontadas por Bermeo podem ser identificadas na atuação de Jair Bolsonaro como Presidente da República, tal como o engrandecimento do Executivo<sup>17</sup>, mas a noção de manipulação estratégica das eleições se mostra importante para compreender as atitudes do ex-presidente em relação ao processo eleitoral, especialmente em 2022. Atitudes como assediar e ameaçar oponentes - um elemento, como veremos, típico de sua retórica baseada na lógica amigo-inimigo -, impedir que eleitores compareçam aos locais de votação<sup>18</sup>,

<sup>17</sup> A discussão sobre o engrandecimento do Executivo necessitaria de estudos mais aprofundados por sua ambiguidade no caso brasileiro. Pois, se por um lado o governo Bolsonaro se projetava contra o Supremo Tribunal Federal como forma de enfraquecer o controle de constitucionalidade, a aliança feita com o Congresso Nacional levou-o a certo alinhamento com o governo, mas também à perda de controle sobre o orçamento.

<sup>18</sup> Refiro-me aqui às operações de bloqueio de estradas realizadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) durante o segundo turno das eleições de 2022. Os bloqueios foram realizados de forma atípica e, principalmente, em regiões com maior tendência de voto ao candidato adversário, Luiz Inácio Lula da Silva, como o Nordeste. Ver, por exemplo:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/09/sob-comando-de-vasques-prf-fez-500-operacoes-com-bloqueio-de-estradas-no-2-turno-apesar-de-proibicao-do-tse>.

utilizar fundos e eventos de Estado para campanha político-eleitoral<sup>19</sup>, assim como o objeto próprio desta dissertação, a constante mobilização de um discurso conspiratório contra as urnas eletrônicas<sup>20</sup>. Desse modo, é possível incluir a regressão democrática no Brasil, em especial o período que concerne ao mandato de Jair Bolsonaro, dentro dos termos inaugurados por Nancy Bermeo (2016) ao apontar para uma nova agenda de pesquisa sobre as formas de *backsliding* das democracias contemporâneas.

Para colocar em evidência as rachaduras que se apresentam nas democracias mais longevas e tidas como mais consolidadas, assim como para compreender algumas das mudanças políticas e sociais que as colocam em risco, vale lançar mão de duas obras de maior vulto sobre a agenda de pesquisa que se abriu sobre a crise da democracia. Refiro-me, aqui, ao livro *Como as democracias morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), e ao *Povo contra a democracia*, de Yascha Mounk (2019). Ambas as obras têm como foco principal as democracias do norte global, mas nos fornecem lentes úteis para a compreensão do caso brasileiro, Levitsky e Ziblatt (2018) com uma análise mais detida do caso dos EUA, e Mounk (2019), com um olhar que abrange tanto os EUA como a Europa. O que mais nos interessa, no entanto, são os diferentes prismas que se utilizam para compreender a crise ou a desconsolidação da democracia: enquanto os primeiros optam por uma análise institucional, o segundo tem como interesse a compreensão do fenômeno através dos comportamentos e opiniões do eleitorado.

Não parece equivocado afirmar que o principal acontecimento que fez despertar um alarme de emergência entre os democratas e cientistas políticos foi a vitória de Donald Trump para a presidência dos EUA, em 2016. A eleição de um *outsider* com discurso populista e atitudes imprevisíveis para, não só a nação mais rica do mundo, mas também a democracia mais duradoura, foi um sinal claro de que algo não estava certo. A partir de tal preocupação, Levitsky e Ziblatt (2018) buscam demonstrar quais seriam as mudanças no âmbito da institucionalidade democrática que fizeram com que a eleição de Trump se efetivasse.

---

<sup>19</sup> Aqui aponto, principalmente, para o uso político eleitoral do bicentenário da independência do Brasil no dia 7 de setembro de 2022, que resultou na condenação de inelegibilidade por 8 anos da chapa formada por Jair Bolsonaro e Walter Souza Braga Netto. Ver: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-10/maioria-do-tse-condena-bolsonaro-por-uso-politico-do-7-de-setembro>.

<sup>20</sup> Ressalto que os ataques conspiratórios de Bolsonaro contra as urnas eletrônicas, em especial na ocasião da reunião realizada com embaixadores no dia 18 de julho de 2022, foi também motivo para a condenação de Jair Bolsonaro à inelegibilidade por 8 anos. Ver: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos>.

Em primeiro lugar, é importante frisar que os cientistas políticos não consideram, como muito se diz, que a causa para os EUA terem mantido um sistema democrático por dois séculos tem como fundamento sua constituição ou valores democráticos demasiadamente arraigados do próprio povo. Como buscam demonstrar, não faltaram exemplos ao longo da história de líderes de caráter autoritário<sup>21</sup> nos EUA com apoio popular significativo para lançarem candidaturas competitivas. Segundo eles, os principais responsáveis por manter tais ameaças longe do governo eram as elites políticas, ou, mais especificamente, os partidos que impossibilitaram que a candidatura de tais personagens chegasse a ser uma opção. Os partidos, nessa perspectiva, ocupam o importante papel de “guardar os portões da democracia”, a tarefa de *gatekeeping*. Uma perspectiva, no fundo, nada romântica e idealista, uma vez que os autores buscam demonstrar que a democracia estaria sendo mantida, não pela efetiva participação popular, mas por reuniões fechadas em “salas enfumaçadas” (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 45) que definiriam os candidatos presidenciais de cada partido. Tal dinâmica teria mudado, contudo, em 1972 com o surgimento do sistema de primárias presidenciais vinculantes, as quais permitiam que os candidatos presidenciais fossem escolhidos diretamente pela população, enfraquecendo o papel de *gatekeeping* dos partidos e abrindo o caminho para *outsiders*.

De acordo com Levitsky e Ziblatt (2018), o sistema de primárias foi a mudança institucional que possibilitou uma gradual mudança nas relações institucionais entre as elites políticas que levaram à atual regressão democrática. A principal tese do livro está na identificação de duas regras não-escritas do jogo democrático que passaram a se desgastar e que resultaram na ascensão de Trump: a tolerância mútua e a reserva institucional. Normas não estabelecidas legalmente, mas que mantinham o clima de respeito ao jogo democrático.

Entende-se por tolerância mútua a:

ideia de que, enquanto nossos rivais jogarem pelas regras institucionais, nós aceitaremos que eles tenham direito igual de existir, competir pelo poder e governar. Podemos divergir, e mesmo não gostar deles nem um pouco, mas os aceitamos como legítimos. (...) Por mais senso comum que essa ideia possa parecer, a crença de que oponentes políticos não são inimigos é uma invenção notável e sofisticada. (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 103 e 104)

---

<sup>21</sup> Uma das contribuições mais significativas da obra de Levitsky e Ziblatt (2018) é a tipificação que fazem dos “quatro principais indicadores de comportamento autoritário”, a qual se encontra sistematizada no capítulo 1 (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 33). Mais à frente essa tipificação será retomada em detalhes para demonstrar como Bolsonaro se enquadra como um populista de comportamento autoritário.

A ideia de tolerância mútua se relaciona com a segunda regra não-escrita apontada pelos autores e que se encontra desgastada na atualidade: a reserva institucional. “Reserva significa ‘autocontrole paciente, comedido e tolerância’, ou ‘a ação de limitar o uso de um direito legal’. Para nossos propósitos, a reserva institucional pode ser compreendida como o ato de evitar ações que, embora respeitem a letra da lei, violam claramente seu espírito.” (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 107)

Para entender a reserva institucional deve-se pensar na democracia como um jogo em que queremos jogar indefinidamente, e acostumar-se com a ideia de que uma hora se ganha e outra se perde. O contrário da reserva institucional é o que Mark Tushnet (2004) nomeou como *constitutional hardball*, que pode ser traduzido como “jogo duro constitucional”, ou seja, “jogar segundo as regras, mas levando-as aos seus limites, e ‘jogando pra valer’.” (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 109) Quando se pensa na competição democrática como um jogo que se deve ganhar definitivamente, corre-se o risco de o jogo realmente acabar.

Nesse sentido, Levitsky e Ziblatt ainda contribuem para a compreensão desse cenário de degradação institucional ao construir uma esquematização de quatro principais comportamentos que indicam um típico comportamento autoritário. São eles: 1) a rejeição das regras democráticas do jogo (ou um fraco compromisso com elas); 2) a negação da legitimidade dos oponentes políticos; 3) tolerância ou encorajamento do uso da violência; e 4) propensão a restringir liberdades civis de oponentes, incluindo a mídia (Levitsky e Ziblatt, 2018, p.33-34). Transportando tal tipologia para o caso de Bolsonaro no Brasil, não seria difícil perceber as quatro características do ex-presidente ainda no período de campanha eleitoral, na medida em que Bolsonaro sempre se notabilizou por ser uma figura de linguagem violenta, que exalta o militarismo ditatorial, que falou em “varrer” ou “fuzilar” seus oponentes, assim como assumiu como padrão de comportamento a deslegitimação dos veículos midiáticos.

A degradação de valores informais tão caros para a democracia diz respeito não apenas às ações de elites políticas, como Levitsky e Ziblatt (2018) colocam em evidência, mas também a dinâmicas de sociedades cada vez mais descrentes em seus sistemas democráticos e na perspectiva de melhora em um futuro próximo. Mounk (2019) explora o problema da regressão da democracia, nomeada por ele como “desconsolidação”, com enfoque nas percepções públicas partindo de uma compreensão específica de democracia liberal. A democracia liberal para Mounk é simplesmente um sistema político que busca a junção de

dois mecanismos institucionais distintos: 1) a democracia, enquanto um conjunto de instituições com poder de lei que busca transformar a vontade popular em políticas públicas; 2) o liberalismo, como um conjunto de instituições que tem como objetivo manter o Estado de direito e as liberdades individuais para toda a população, incluindo minorias étnicas e religiosas.

O que ele chama de “desconsolidação” da democracia se apresenta em uma dupla crise. Se a democracia liberal foi entendida durante muitos anos, principalmente após o fim da Guerra Fria, como um sistema coeso que fazia sentido em si mesmo, hoje em dia tal sistema demonstra desafios de coadaptação. Mounk (2019) argumenta que existem problemas na relação entre democracia e liberalismo. Em vários países, o povo tem eleito democraticamente populistas iliberais que buscam enfraquecer liberdades individuais de minorias - o caso mais emblemático, para o autor, é o da “democracia iliberal” da Hungria, sob Viktor Orban - gerando uma situação de “democracia sem direitos”. Já em outro sentido, percebe-se a crise da democracia pela concentração de poder em instituições contramajoritárias, ou não representativas, controladas por elites de forma tecnocrática e refratária às demandas populares, como bancos, cortes constitucionais, agências de regulação e entidades supranacionais que, por sua vez, levam à situação que ele chama de “direitos sem democracia”. Destaca-se, nesse sentido, como polo oposto à Hungria, a situação da Grécia, com sua soberania reduzida em função de decisões da União Europeia.

[...] a Hungria e a Grécia são apenas dois lados da mesma moeda. Nas democracias do mundo todo, dois acontecimentos aparentemente distintos estão ocorrendo. Por um lado, as preferências do povo são cada vez mais iliberais: os eleitores estão cada vez mais impacientes com as instituições independentes e cada vez menos dispostos a tolerar os direitos de minorias étnicas e religiosas. Por outro lado, as elites vêm assumindo o controle do sistema político e tornando-o cada vez mais insensível: os poderosos estão cada vez menos dispostos a ceder às opiniões do povo. Como resultado, liberalismo e democracia, os dois elementos centrais do nosso sistema político, começam a entrar em conflito. (Mounk, 2019, p. 29)

O Brasil também experienciou e ainda vive, a seu próprio modo, essa dupla crise. Em termos propostos por Avritzer (2019), a crise da democracia no Brasil pode ser percebida em termos antieleitorais, o que se percebe pela intervenção exacerbada do Judiciário em assuntos de política eleitoral, e elementos antipolíticos, os quais estão ligados ao retorno da violência política impulsionada por discursos populistas e autoritários. Essa dimensão dupla da crise ainda pode se perceber, e esse sentido é de especial importância para este trabalho, ao se tratar da problemática das urnas eletrônicas e da integridade das eleições. O debate sobre voto

eletrônico e voto impresso se dividiu entre, de um lado, posicionamentos que defendem o fortalecimento de uma instituição contramajoritária, o TSE, como regulador das eleições e protetor do sistema eletrônico e, por outro lado, questionamentos de teor populista e conspiratório vindos de Bolsonaro como chefe do Poder Executivo, que afirmava que as urnas eletrônicas e as eleições no Brasil são fraudáveis. Enquanto a defesa dos avanços em matéria de integridade eleitoral possibilitados pelo sistema eletrônico de votação ficou a cargo de uma instituição não representativa, o Poder Executivo se apoiava em uma retórica populista para supostamente “entregar ao povo” a responsabilidade de auditar as eleições através do voto impresso, apesar dos inúmeros riscos que tal medida representaria (Santano, 2022). Um estranho embate a ser melhor explorado entre tecnocracia a favor da institucionalidade democrática liberal e mobilização populista, legitimada por eleições, que busca enfraquecer garantias de direitos políticos.

Retornando à compreensão da crise da democracia no norte global, Mounk (2019) aponta para três fenômenos que contribuem para o atual cenário. Em primeiro lugar, a emergência de redes sociais que transformaram profundamente a forma de comunicação e consumo de informações. Nesse ponto, o autor dá destaque para o modo como as redes sociais possibilitaram uma conexão mais direta entre representantes e representados, driblando os modos convencionais de comunicação da mídia, que, assim como os partidos para Levitsky e Ziblatt (2018), atuavam como organizações de *gatekeeping*. Em segundo lugar, grande parte dos cidadãos de classe média desses países desenvolvidos tem vivido anos de estagnação econômica, tendo perdas materiais reais ou mesmo sofrendo pela falta de perspectiva de melhora econômica. As atuais gerações jovens são as primeiras a não conseguirem alcançar uma posição igual ou melhor que a de seus pais. Por fim, um problema mais específico de países desenvolvidos, e que tem sido responsável pela reativação de uma urgência nacionalista que vem a ser representada pelos populistas, são as altas taxas de imigração. A percepção de que seus países têm sido cada vez mais ocupados por estrangeiros tem feito com que a xenofobia tome dimensão política, no que Mounk (2019) chama de uma “revolta contra o pluralismo”.

Esses fatores críticos mais recentes têm como pano de fundo o contexto, em desenvolvimento desde a década de 1970, da democracia de público, tal qual identificado por Manin (1995). O cientista político demonstra que estava a se consolidar no último quartil do século XX uma metamorfose dos governos representativos, na passagem de uma democracia

de partidos para uma democracia de público. Na democracia de público, há uma maior tendência à personalização à medida que os partidos políticos perdem relevância e passam por uma crise de lealdade decorrente do comportamento político mais instável dos eleitores. Percebe-se também que clivagens antes determinantes, como classe social, tornam-se menos relevantes, fazendo com que uma parcela dos eleitores passe a agir de forma mais reativa ao contexto de cada eleição e às clivagens que já não estão dadas, mas são propostas pelos candidatos. Essa situação, segundo Manin (1995), tem duas causas: 1) as mudanças nos meios de comunicação - à época a popularização do rádio e da televisão - aproximavam a figura do representante com a dos representados, de modo que os candidatos “comunicadores” ganharam mais relevância; 2) mudaram também as condições de exercício do poder, a atuação do governo tem novas frentes e as relações internas e externas são mais complexas, o que exige dos eleitores maior confiança no candidato e aceitação de poderes mais discricionários, assim como maior liberdade em relação aos programas eleitorais.

O que para Manin (1995) era visto apenas como uma metamorfose do governo representativo, sem se configurar em uma crise da democracia, para Mair (2015) se trata de um problema de distanciamento popular da política convencional e esvaziamento dos espaços onde deveria se dar a relação entre representantes e representados. Para ele, a política dos partidos, que costumava oferecer esse ponto de conexão entre representantes e representados, veio se debilitando desde pelo menos a década de 1970, e as eleições já não são tão efetivas em termos de mudanças práticas, o que produziu um contexto de indiferença mútua entre os cidadãos e as elites políticas (Mair, 2015).

A debilidade da participação popular ativa, por um lado, e o isolamento das elites políticas em relação ao eleitorado, por outro, gera dois problemas, de acordo com Mair (2015). Em primeiro lugar, o crescimento do populismo, principalmente de direita, que desafia as normas da democracia liberal e insere discursos xenofóbicos e racistas no debate público. Em segundo lugar, a crescente aceitação e legitimação de instituições não majoritárias nos processos de tomada de decisão. Há que se notar que o que Mair (2015) aponta como tendências, viria a ser percebido como um diagnóstico concreto mais tarde por Mounk (2019), em um cenário de crescente influência do populismo na política.

O fenômeno do desinteresse pela política, assim como a atual problemática da regressão democrática e ascensão dos populismos, também são interpretados como desdobramentos do neoliberalismo (Brown, 2019). De maneira geral, entende-se o

neoliberalismo como um modelo econômico que ganhou força a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, pautado nas privatizações, desregulamentação estatal e soluções baseadas no livre mercado. Responsável pelo colapso do modelo de Estado de bem-estar social e pela predominância da lógica de mercado, o neoliberalismo ainda é interpretado sob diferentes prismas, por exemplo: o de um novo paradigma econômico e estágio do capitalismo (Harvey, 2007); de um novo modo de subjetivação, no qual cada indivíduo é convidado a se pensar como uma empresa, como competidor em relação aos seus iguais e responsável por investimentos em seu próprio capital humano (Foucault, 2008); assim como também está relacionado a modos autoritários de proceder politicamente, como no caso da ditadura instalada no Chile em 1973, considerada o laboratório primeiro do neoliberalismo (Chamayou, 2020).

Wendy Brown (2019) sintetiza essas questões de forma interessante ao demonstrar, a partir da análise da obra de Hayek, que o projeto do neoliberalismo, baseado no mercado e na moral como dimensões inerentes à humanidade, teve como objetivo o dismantelamento da ideia de sociedade, o destronamento da política democrática e a extensão da proteção da esfera pessoal. Tem-se como efeitos principais do processo de neoliberalização das sociedades o aumento do individualismo e o enfraquecimento de mecanismos de deliberação política. Se, por um lado, o neoliberalismo fomentou determinações tecnocráticas, principalmente a partir de instituições financeiras supranacionais, por outro, seu evidente fracasso, constatado em 2008, proporcionou a emergência dos populismos de extrema direita sobre suas ruínas (Brown, 2019).

## **1.2. A ascensão dos populismos**

O populismo não é algo novo, mas há pelo menos duas novidades em relação ao fenômeno: a intensidade e a simultaneidade com que tem surgido em vários locais do mundo (Urbinati, 2019). Como apontam Eatwell e Goodwin (2018), sua prevalência na contemporaneidade está relacionada a fatores específicos, a saber: o aumento da desconfiança popular em relação às elites políticas que sustentam a democracia liberal; no caso das sociedades do norte global, um sentimento de gradual destruição da comunidade nacional com o aumento dos fluxos migratórios; um sentimento de privação pelas gerações que já não conseguem prosperar tal como as gerações dos seus pais e avós; e, por fim, o desalinhamento



e distanciamento entre o sistema político e o eleitorado decorrente da crise dos partidos. Além disso, o fato de líderes populistas ascenderem com apoio nas tecnologias digitais, permite que pensemos também em termos de um populismo digital (Cesarino, 2020), no qual se insere o caso de Bolsonaro no Brasil.

Populismo é um dos conceitos mais disputados e com menos consenso na ciência política, por ser utilizado para se referir a políticos de matrizes ideológicas muito diferentes e contextos diversos. Na parte introdutória do *Oxford Handbook of Populism*, no entanto, são apontadas as três principais abordagens de populismo: a abordagem ideacional (Mudde, 2017); a abordagem político-estratégica (Weyland, 2017); e a abordagem sociocultural (Ostiguy, 2017). As quais serão apresentadas a seguir.

A perspectiva ideacional sobre o populismo (Mudde, 2017), que encontra maior respaldo em estudos clássicos do populismo enquanto discurso (Laclau, 1977; 2005), o trata como uma forma específica de ideologia. Cas Mudde (2017) o define como uma ideologia que separa a sociedade em dois grupos homogêneos e antagônicos entre si: o “povo puro” e uma “elite corrupta”. A divisão da sociedade em dois grupos apontada pelos populistas, no entanto, tem como fundamento a moralidade, ao contrário de políticos socialistas, por exemplo, que também operam através de uma dualidade antagônica, mas a partir da noção de classe social. De acordo com o autor, os líderes populistas, como modo de se apresentarem como os verdadeiros representantes do povo, apropriam-se de maneira vulgar da noção rousseauiana de “vontade geral” para fazer avançar sua agenda política em tensão com a constitucionalidade liberal, projetando assim a ideia de um povo homogêneo. A vontade geral é, necessariamente, uma expressão do senso comum apresentada a partir da proposição de soluções simples para os problemas sociais; qualquer tentativa de complexificação das respostas do Estado a tais problemas sociais, acaba por ser interpretada como tentativas de enganar o povo em nome de interesses específicos da elite.

Mudde (2017) não considera o populismo como uma ideologia semelhante a outras, mas como uma *ideologia magra*<sup>22</sup>. Isso significa dizer que se trata de uma ideologia mais flexível e menos robusta, se comparada com o socialismo ou o liberalismo, e toma como base apenas alguns conceitos centrais, a saber: “povo”, “elite” e “vontade geral”. Tais palavras são consideradas como significantes vazios, os quais ganham substância a partir do discurso dos populistas que variam de acordo com cada contexto nacional. O que há em comum é a

---

<sup>22</sup> No original em inglês: “*thin ideology*” ou “*thin-centered ideology*” (Mudde, 2017, p. 49).

construção do povo a partir de uma noção de pureza, em oposição a uma elite pensada como corrupta ou autointeressada.

A abordagem ideacional é a que mais se aproxima da proposta teórica a ser apresentada nesta dissertação, por pensar o populismo em relação mais estreita com a prática discursiva e seus efeitos sobre a política. Além disso, acompanha-se o argumento do autor sobre as vantagens metodológicas apresentadas por tal concepção ideacional e “mínima” de populismo: 1) *distinguibilidade*, ou seja, a capacidade de dizer o que é e o que não é populismo; 2) *possibilidade de categorização*, isto é, permite a classificação de diferentes tipos de populismo, tal como o que será proposto mais à frente, populismo conspiratório; 3) *capacidade de viagem* do conceito entre diferentes regiões, países e contextos; e 4) *versatilidade*, por poder ser aplicado em diferentes níveis de análise.

A segunda abordagem apresentada no *Oxford Handbook of Populism* é nomeada como político-estratégica (Weyland, 2017). Tal abordagem tem como fundamento um olhar mais focado no que o líder populista efetivamente faz, ao invés do que ele diz, em busca da compreensão de como populistas perseguem e mantêm o poder. Sob essa perspectiva, as ações do líder populista são mais racionalizadas, buscando se afastar da potencial imprecisão de seus discursos. Weyland (2017) argumenta que tal abordagem permite uma melhor compreensão do populismo no poder, pois se atenta às verdadeiras escolhas tomadas por tais líderes. Segundo o autor, ao conferir maior validade metodológica para o estudo do fenômeno, também acaba por permitir uma melhor comparação entre diferentes governos populistas.

De acordo com Weyland (2017), o líder populista busca se conectar com o cidadão diretamente, através de grandes comícios ou pela televisão - atualmente através das redes sociais (Cesarino, 2020) - e tende a renunciar às intermediações organizacionais e institucionais típicas. Para compensar a inconstância desse tipo de ligação, o líder populista confere grande intensidade a esses momentos, atacando inimigos perigosos ou mobilizando seu eleitorado em missões heroicas, o que ajuda a construir a sensação de pertencimento e um engajamento mais profundo com o líder e seu projeto político.

Weyland (2017) também critica a abordagem discursiva e ideacional, pois, supostamente, ao dar muita atenção ao discurso de exaltação do povo, deixaria de lado a essência do populismo em si, que transfere a soberania popular a um líder personalista e, portanto, desempodera a cidadania. Nesse sentido, a proposição de uma relação direta entre

representante e representados contrasta com o recorrente modo de ação verticalizado dos líderes populistas. No entanto, tal crítica parece desconsiderar abordagens já muito bem estabelecidas sobre o discurso, em especial o discurso político, que o entendem como uma maneira de fixar significados, o que envolve cuidados estratégicos tendo em vista objetivos de poder (Pinto, 2006; Foucault, 2012; 2019).

A terceira abordagem sobre o populismo, enfim, trata-se da proposta sociocultural de Ostiguy (2017). A partir de um prisma relacional, e não *top-down*, tal como propõe Weyland (2017), Ostiguy (2017) entende o populismo como uma performance política de *ostentação do baixo*<sup>23</sup> com o propósito de gerar animosidade política. Alto e baixo são conceitos mobilizados pelo autor e permitem complexificar os tradicionais mapas políticos divididos entre direita e esquerda. A partir da introdução de um eixo vertical, de caráter sociocultural, forma-se um mapa político bidimensional, com quatro quadrantes, o que permite classificar diferentes performances políticas de líderes populistas ou não-populistas, tanto de direita como de esquerda. Enquanto o alto é compreendido como uma performance marcada pelo legalismo, pela impessoalidade e por maneiras institucionalizadas de exercer a autoridade política, o baixo é uma performance que apela para uma relação direta com o eleitorado a partir de códigos culturais capazes de gerar maior identificação com o líder. A ostentação do baixo, em termos mais correntes, pode ser entendida como um estilo “politicamente incorreto”.

Tal abordagem do populismo, por se pautar em uma perspectiva relacional, apresenta o diferencial, se comparada às propostas de Mudde (2017) e Weyland (2017), de melhor apreender as peculiaridades culturais de cada nacionalidade a serem apropriadas pelo líder populista em sua performance. A abordagem sociocultural do populismo, sendo relacional, permite enxergá-lo como um fenômeno de duas vias. Não diminui a importância das afetações sobre o público, nem reduz o discurso à mera demagogia ou manipulação. Tal abordagem busca, na verdade, demonstrar como o populismo, a partir de uma relação específica entre o líder e o povo e, principalmente, pela relação tensa e hostil com um “outro” abominável, cria identidades, mais do que visões de mundo e ideologias. Fundamentados nessa compreensão, Mendonça e Caetano (2021a) propuseram a análise da performance populista de Jair Bolsonaro como paródia, abrindo um caminho interessante, através de metodologias de análise imagética, para a compreensão da autorepresentação de líderes populistas nas redes sociais.

---

<sup>23</sup> No original em inglês: “*flownting of the low*”.

Em crítica às concepções que buscam definir o populismo como um conceito fechado e essencialista, Finchelstein e Urbinati (2018) partem de uma análise histórica para argumentar que, o que chamamos atualmente de populismo, diz respeito a uma forma de governo que se encontra entre a democracia representativa e a ditadura e que pode ser nomeado como pós-fascismo. Nesse sentido, o populismo seria uma construção política contextual em um mundo onde o fascismo não é mais uma alternativa anti-liberal viável. Ao invés de destruir a democracia, tal como o fascismo, o populismo busca transformá-la atacando os princípios de tolerância política e pluralidade democrática a partir da criação de consentimento popular. Assim, uma vitória eleitoral do líder populista é tratada, menos como meio institucionalizado de exercício do poder, e mais como aclamação do líder e autorização para avançar agendas que ferem a constitucionalidade liberal.

Apesar das divergências existentes em torno do conceito, Nadia Urbinati (2019) argumenta que existe um certo consenso em torno do que é populismo e busca compreendê-lo não apenas como estratégia para angariar poder, mas também o que o caracteriza no próprio exercício do poder. Os pontos em que parece não haver discordâncias sobre o populismo, dizem respeito ao fato de: 1) ele “pertencer às transformações da democracia moderna” (Urbinati, 2019, p. 113), sendo, portanto, possível apenas em sociedades democráticas; 2) ter como principal característica, tal como aponta a teoria minimalista do populismo (Mudde e Kaltwasser, 2013), uma estratégia retórica que se baseia em uma compreensão moralista e maniqueísta da política, em que a sociedade é tratada a partir da cesura em dois grupos: o povo, “puro” e “do bem”, e uma elite, “corrupta” e “do mal”. A elite, ou o *establishment*, é sempre a externalidade contra a qual o líder populista projeta sua ideia de povo. O povo, nesse sentido, não é de forma alguma tomado *a priori*, mas sim construído discursivamente pelo líder populista (Urbinati, 2019).

Uma vez no poder, o populismo tende a se chocar com os princípios de uma democracia constitucional e transformá-la, sem necessariamente romper com a democracia, mas, podendo, em casos extremos, levar ao autoritarismo. De maneira imediata o que se percebe é que o populista, ao produzir uma cisão no corpo social através do discurso de que a parcela da população que ele representa é mais legítima e moralmente superior à parcela que não o apoia, ele tende a ferir o direito de igualdade normalmente estabelecido em constituições liberais e governar apenas para seus seguidores. A lógica do populismo é a glorificação de uma parte da população, de modo que se forma um governo *da* maioria e não um governo *por* maioria. Além disso, o governo de um populista pode caminhar rumo a duas

“tentações”, a saber: 1) permanecer em campanha constante para reforçar sua ligação com o povo; 2) mudar leis e a constituição para aumentar o seu poder de decisão e estabelecer a maioria circunstancial que o elegeu em uma maioria permanente (Urbinati, 2019).

Como veremos mais à frente, a ascensão de Bolsonaro é intimamente ligada à produção dessa ideia de divisão do corpo social, tão bem exemplificado em seu discurso voltado ao “cidadão de bem”, que leva à conclusão lógica de que, quem não está com ele faz parte da parcela má da sociedade. Do mesmo modo, quando esteve no poder, Bolsonaro governou tendo em vista apenas o seu interesse e o interesse dos seus eleitores - em especial aqueles mais fiéis e radicalizados. O populismo de extrema direita em exercício do poder no Brasil, corrobora o que demonstra Urbinati (2019), pois agia em campanha permanente para os seus e tensionava as normas constitucionais pautadas na igualdade formal entre os indivíduos. No que diz respeito ao caso específico do discurso contra as urnas eletrônicas, veremos que a dimensão populista de produção de antagonismos políticos tem um papel importante para a estruturação de seus sentidos.

Antes de uma análise mais detida do bolsonarismo, no entanto, faz-se necessária uma reconstrução do processo de regressão democrática que o precedeu. Nesse sentido, na seção a seguir buscarei demonstrar as dimensões da crise democrática no Brasil que resultaram em um sentimento antissistema que tornou possível a eleição de Bolsonaro. Pois, como aponta Marcos Nobre: “Bolsonaro é resultado, não é causa e nem acaso” (Nobre, 2022, p. 146).

### **1.3. Sentimento antissistema no Brasil**

Recentemente, Mendonça (2023b) elencou quatro dimensões da crise que atinge as democracias liberais ao redor do mundo: 1) econômica, 2) política, 3) social e 4) epistêmica. Como forma de sintetizar o debate feito acima e de avançar o argumento do surgimento de um sentimento antissistema, muito bem canalizado pela extrema direita, cabe apresentar brevemente cada uma dessas dimensões da crise da democracia.

Em primeiro lugar, o atual cenário de aprofundamento das desigualdades econômicas ameaça a democracia na medida em que impossibilita a formação de uma sociedade de iguais. A atual ortodoxia econômica de cunho neoliberal, baseada em políticas de austeridade e na financeirização do capitalismo, produz, segundo Mendonça (2023b), três efeitos colaterais perigosos para as democracias: o fortalecimento de um discurso tecnocrático e despolitizante,

que apresenta soluções “neutras” como se não houvesse outra alternativa, solapando a possibilidade de deliberação e os princípios da representação; a tendência crescente do individualismo e o conseqüente enfraquecimento das condições de construção de uma comunidade; a redução, via austeridade, da capacidade de ação dos Estados em um mundo globalizado, o que tem contribuído para uma resposta nacionalista de populismos de direita (Mendonça, 2023b).

Além disso, a crise da democracia é, sobretudo, uma crise política. Tal dimensão política da crise se apresenta, principalmente, como crise de legitimidade. Menores graus de confiança em relação ao Estado e às instituições democráticas têm sido registrados por todo o mundo. Tal crise de legitimidade tem gerado, por um lado, protestos massivos sem coordenação direta de líderes ou organizações, que podem levar a consequências imprevistas, inclusive piora na qualidade democrática, e por outro lado, reações radicais e desesperadas que têm sido recorrentemente canalizadas pelos populismos de direita, os quais dizem representar um “povo” idealizado contra uma “elite”, construindo a figura dos adversários como inimigos, incentivando a violência política e deslegitimando eleições (Mendonça, 2023b).

A democracia, entendida não apenas em sua institucionalidade, mas como princípio a estruturar as relações humanas, precisa respeitar o pluralismo e garantir liberdades individuais. Nesse sentido, podemos perceber a dimensão social da crise democrática na ameaça posta pelo problema da polarização e da competição agressiva. Há que se levar em conta o papel das plataformas de redes sociais e o tipo de transformação que elas geram na esfera pública. Percebe-se através delas o avanço dos discursos de ódio, a impossibilidade da privacidade face às *big techs*, o atrofiamento da escuta de quem pensa diferente, e, assim, a configuração de um ambiente comunicacional propício para os populismos e os discursos de reação cultural que buscam não a defesa de um bem comum, mas a defesa da parcela “boa” da sociedade (Mendonça, 2023b).

Por fim, há que se considerar o deslocamento das maneiras de produção e legitimação do conhecimento na atualidade. O que tem sido chamado de pós-verdade, diz respeito não apenas à inundação do debate público pelas notícias falsas, mas também pela perda de credibilidade do conhecimento científico, que, muitas vezes visto como elitista e politicamente enviesado, tem perdido espaço para uma valorização maior da “experiência” como base de conhecimento. A legitimação se dá agora por meio da aclamação pública com

diferentes grupos das sociedades polarizadas cultivando “verdades” distintas, e, assim, do conhecimento científico às teorias conspiratórias, tudo parece afundar na vala comum das opiniões (Mendonça, 2023b).

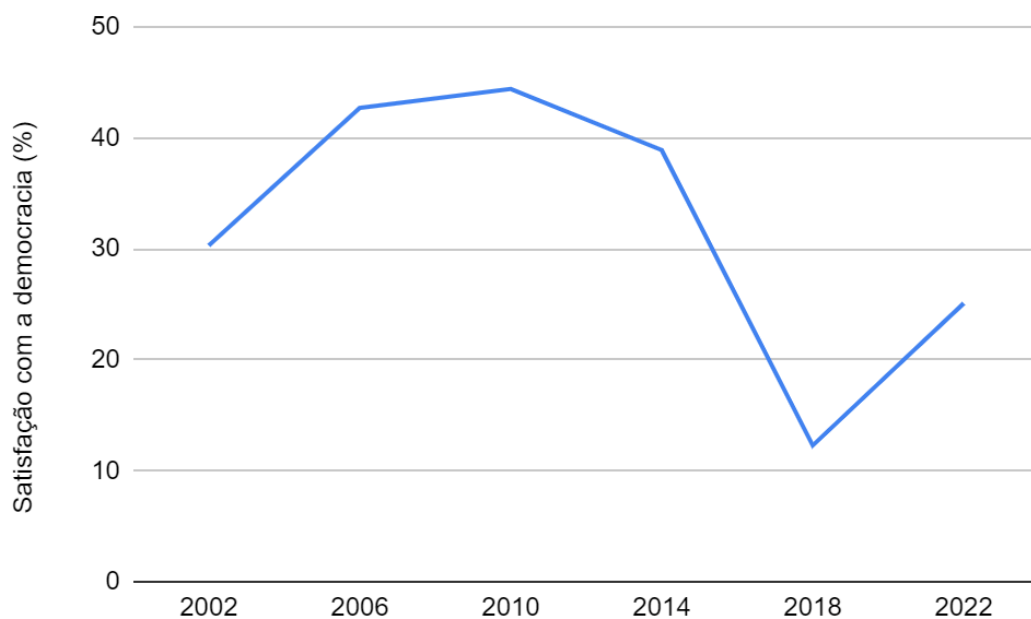
A partir de tais dimensões, cabe indicar que a presente dissertação busca uma maior compreensão das dimensões política, obviamente, mas também a epistêmica; embora as outras duas, econômica e social, sejam referenciadas vez ou outra e ajudem a compor o panorama do problema. A crise política por se tratar da grande questão a qual o bolsonarismo é uma resposta (Scerb, 2021), mas que, contraditoriamente, a aprofunda, radicalizando ainda mais a deslegitimação das instituições (Nobre, 2022). E a crise epistêmica por ser aquela que mais se relaciona à questão dos discursos de Bolsonaro que, amplificados pelas redes sociais, influenciam a percepção da verdade sobre as urnas eletrônicas. Este capítulo é dedicado à compreensão da crise política enquanto crise de legitimidade do sistema democrático, assim como suas implicações para a polarização social e a ascensão do populismo de extrema direita que a explora com objetivos antidemocráticos.

A compreensão da atual crise da democracia no Brasil deve, antes de uma caracterização mais detalhada, pautar-se por uma compreensão de longo prazo. De acordo com Avritzer (2019), a democracia no Brasil possui uma estrutura pendular. Isso significa que, desde 1946 até a atualidade, é possível perceber processos históricos em que o apoio das elites, assim como da população de forma geral, varia do otimismo em relação à democracia para o pessimismo e conseqüente articulação para limitá-la. Se havia um entusiasmo por este modelo institucional ao fim do Estado Novo, pouco mais de uma década depois vimos a articulação das elites junto aos militares para derrubar João Goulart e implementar a ditadura que perdurou por 21 anos. Com a abertura do regime, viu-se a renovação da força democratizante em meio à sociedade brasileira, a qual se concretizou na Constituição de 1988. No entanto, a última década foi um período de inegável regressão democrática.

A regressão democrática iniciada em 2014, que resultou na vitória de Jair Bolsonaro, marca o fim da Nova República e o processo de democratização do país (Avritzer, 2019). O rompimento com o processo de democratização, que tem a Constituição de 1988 como referência, deu-se tendo como elemento mais flagrante a reinserção da violência na política, não apenas no âmbito discursivo com a emergência da extrema direita, mas com a ocorrência de situações como a facada em Jair Bolsonaro em 2018, o assassinato de Marielle Franco no início do mesmo ano, assim como vários casos de agressão entre cidadãos motivados por

questões políticas e posicionamentos extremados. No entanto, outros elementos se somam à questão da violência para fundamentar o diagnóstico de Avritzer (2019) sobre o fim da Nova República. São eles: a interferência do Judiciário no processo de determinação da soberania política por meios eleitorais; a emergência das redes sociais e suas funcionalidades como o principal meio de informação e comunicação, com efeitos degradantes sobre o debate público; e a relativização da negatividade sobre a ditadura militar que se seguiu ao golpe de 1964, antes tida como um consenso entre as principais forças políticas (Avritzer, 2019). Soma-se a esses fatores uma queda brusca nos níveis de satisfação com o regime democrático (Gráfico 1).

**Gráfico 1 - Histórico de satisfação com a democracia (2002-2022)**



Fonte: Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB).

O início da diminuição da satisfação com a democracia brasileira se percebe entre os anos de 2010 e 2014, com uma queda muito mais acentuada entre 2014 e 2018. Esse processo, o qual buscarei argumentar em concordância com Marcos Nobre (2022), representa o surgimento e o crescimento de um sentimento antissistema do eleitorado brasileiro. Uma visão demasiadamente negativa em relação à política, tida como antro de corrupção e



subversão do interesse popular, fez-se cada vez mais presente, reforçado por vias institucionais e pelo enquadramento dado pela grande mídia em relação aos casos de corrupção, principalmente no âmbito da Operação Lava-Jato (Nobre, 2022).

Um evento em especial demonstrou a força desse sentimento antissistema na sociedade brasileira: as Jornadas de Junho de 2013. Embora interpretadas posteriormente por muitos como a origem da crise, ou como o “ovo da serpente”, as Jornadas de Junho de 2013, tomadas em seu contexto histórico, figuram como parte de um ciclo global de manifestações democráticas em resposta ao esgotamento do neoliberalismo e seus efeitos de esvaziamento da política (Castells, 2017; Nobre, 2022). As manifestações de Junho de 2013 se caracterizam pelo seu caráter multitudinário, por mobilizarem um grande número de pessoas sem lideranças definidas e pautas específicas, tendo as redes sociais como o principal meio de organização e mobilização. Esse episódio da história do Brasil deve ser interpretado não como a origem do problema, mas como um ponto de referência que tirou a política do controle do sistema político (Nobre, 2022). Fez-se evidente ali a existência de um sentimento antissistema que demandava mudanças políticas profundas - sem um rumo ideológico definido, diga-se de passagem - que não poderiam ser resolvidas aos moldes do presidencialismo de coalizão (Abranches, 2018), ou do pemedebismo, como nomeia Nobre (2022).

É um erro teórico e político interpretar as Jornadas de Junho como um levante reacionário. Suas pautas de origem eram, inclusive, vinculadas à esquerda, tal como o posicionamento do Movimento Passe Livre - MPL - contra o aumento das passagens do transporte público e as denúncias contra a violência policial. Pode-se dizer que as Jornadas de Junho foram palco da aparição de “novas esquerdas” (Nobre, 2022), que buscavam formas mais horizontais de participação política. Mendonça (2018), por exemplo, ao analisar as dimensões democráticas presentes nas falas de manifestantes das Jornadas de Junho, entrevistados em Belo Horizonte e São Paulo, nota a prevalência de posicionamentos voltados a ideais participacionistas, assim como preocupação com direitos fundamentais e valores igualitários. No entanto, nota-se o silêncio a respeito de questões relacionadas à institucionalidade democrática e às formas de controle do poder político (Mendonça, 2018), o que pode estar relacionado à desconfiança nas instituições e a certo sentimento de aversão à forma como o sistema político opera. Ademais, Mendonça e Domingues (2022a), apontam para o fato de que protestos multitudinários contemporâneos podem compor o cenário de

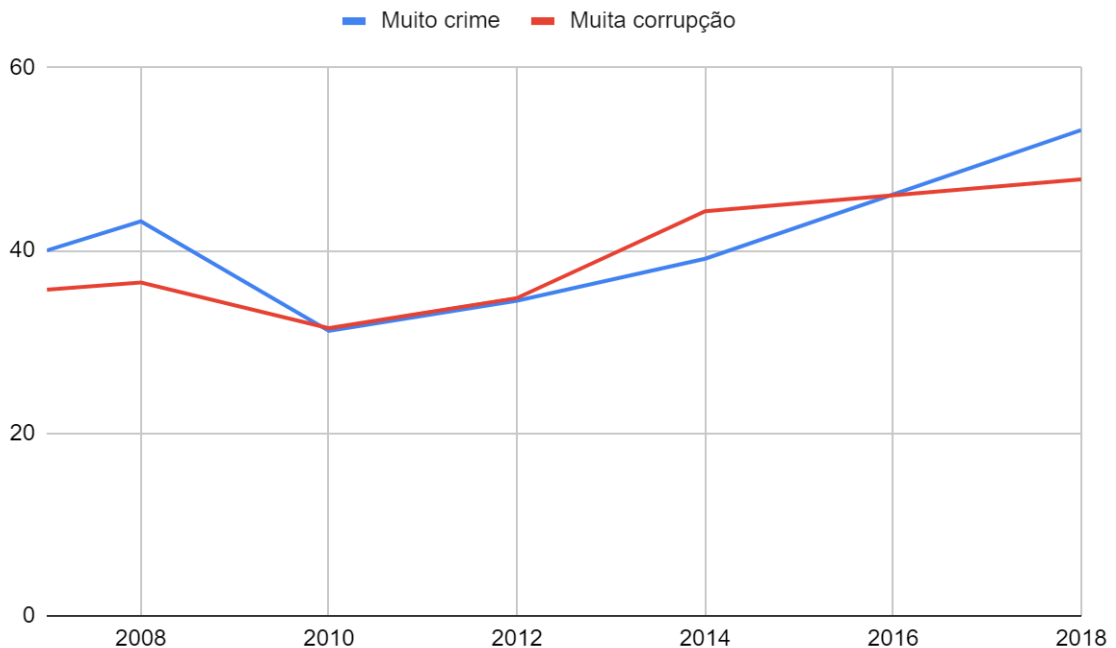
regressão democrática ou recrudescimento autoritário em vários países, como Tailândia, Egito, EUA e Turquia, além do Brasil.

Para se diagnosticar uma crise, no entanto, há que se compreender, de início, o que está em crise. No caso brasileiro, o que veio a entrar em crise é o modo de funcionamento da democracia brasileira, o presidencialismo de coalizão. O presidencialismo de coalizão, em termos gerais, “combina, em estreita associação, o presidencialismo, o federalismo e o governo por coalizão multipartidária” (Abranches, 2018, p.10). Isso significa dizer que, desde a redemocratização, mas principalmente após o Plano Real e o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o governo opera a partir da necessidade de formar uma ampla coalizão de partidos que integram o Poder Legislativo, assim como necessita fazer articulações com os estados federativos. Isso, segundo Nobre (2022), gerou uma situação complicada em que nunca se estabeleceu uma real oposição aos governos, sendo a oposição interna à coalizão mais forte do que a oposição externa. Em meio a uma política feita majoritariamente por acordos entre elites políticas, a agenda do Executivo e seu campo de atuação era reduzido em nome do interesse comum possível e nem sempre transparente ao eleitorado. Essa dinâmica, nomeada como “pemedebismo” (Nobre, 2022), em referência ao principal partido que coordenava esses processos, o PMDB, hoje MDB - Movimento Democrático Brasileiro, é caracterizada pela forma que o conservadorismo democrático teve de atuar após a redemocratização (Nobre, 2022).

É, portanto, esse modelo que entrou em crise com o surgimento de um sentimento antissistema cada vez mais generalizado e que deu suporte para o acirramento de posicionamentos políticos e a polarização tal como a percebemos hoje. O que chamamos hoje de polarização, não é a mesma coisa a que se referia o termo dez anos atrás. Se, na dinâmica do presidencialismo de coalizão, ou do pemedebismo, PT e PSDB eram partidos que polarizaram respeitando as regras do jogo, assim como sem grandes diferenças propositivas no que diz respeito às mudanças estruturais da sociedade e da política, atualmente, a polarização entre Lula e Bolsonaro tem como principal tema em disputa a democracia e a noção de civilidade tal como formulada na Constituição de 1988. Portanto, não podem ser tomados como dois pólos de um jogo democrático (Nobre, 2022), uma vez que o que se encontra em jogo é a própria institucionalidade democrática vigente. Interessante notar, no entanto, que a maior aceitação de um rompimento com a democracia precede a figura de

Bolsonaro como presidente ou mesmo presidenciável, estando antes associada à perda de legitimidade da democracia, como pode-se perceber no Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Posicionamento sobre aceitabilidade de um golpe militar em caso de muito crime ou muita corrupção no Brasil (2007-2018)**



Fonte: Dados Lapop e INCT (retirados de relatório realizado pelo INCT em 2018): Lapop (2007, 2008, 2010, 2012, 2014); INCT (2018). Margens de erro: 2007 (2,8); 2008 (2,53); 2010 (1,79); 2012 (2,5); 2014 (2,5); 2018 (2,0). I.C. 95%.

De maneira mais abrangente, Santos e colegas (2020) traçam em detalhes o panorama de desconfiança para com as instituições democráticas brasileiras. Propondo que a crise tenha pelo menos duas dimensões, na esfera da cultura política e na esfera institucional, os autores apresentam dados importantes para construir o diagnóstico de que “a democracia brasileira tem apresentado uma queda consistente e constante no apoio de massas nos últimos anos” (Santos et al.. 2020. p. 170). Entre os países da América Latina, o Brasil é o mais disposto a abolir partidos e o Congresso Nacional, demonstrando carregar uma tradição autoritária que perdura ao longo dos anos. Além disso, percebe-se que, a partir de 2011 - segundo dados do Latinobarômetro - o apoio popular a todas as instituições democráticas caiu vertiginosamente,

incluindo partidos políticos, Legislativo, Executivo e Judiciário. Por outro lado, aumentou, entre 1994 e 2014, a ideia de que é bom ter um líder forte que não precise se preocupar com o Congresso Nacional, alcançando a parcela de 65% da população. Ademais, dados produzidos pelo *V-Dem* atestam o aumento constante na ocorrência de movimentos antissistema a partir de 2013 (Santos et al., 2020).

Com tais dados e informações à disposição, pode-se afirmar que, de fato, a democracia brasileira estava em crise muito antes de Bolsonaro ascender ao Palácio do Planalto. Percebe-se que, não apenas a confiança nas instituições e a aprovação da democracia tem diminuído, mas que parcelas cada vez mais amplas da população vinham se mostrando abertas ao autoritarismo como resposta aos problemas percebidos. Constata-se, portanto, que o otimismo democrático (Avritzer, 2019) passou a dar lugar a uma insatisfação sob a forma de movimentos com anseios disruptivos e um sentimento antissistema cada vez mais generalizado. O qual, como veremos, foi muito bem capturado e mobilizado pela extrema direita.

#### **1.4. Novas direitas e disputa hegemônica**

Compreender movimentos de direita, no contexto da América Latina e do Brasil, é um desafio especial, pois, historicamente, a atenção de pesquisadores esteve quase exclusivamente voltada para movimentos sociais de esquerda (Silva e Pereira, 2020; Tatagiba, 2018; Mendonça e Domingues, 2022a; Gold e Peña, 2021). Ademais, o campo político da direita, em geral, se caracteriza, frequentemente, por noções relacionadas à lei e à ordem e com relações próximas às elites econômicas, o que fazia com que seus repertórios de ação raramente envolvessem o confronto político mobilizando massas nas ruas. Isso, no entanto, não é mais verdade.

Levando em conta a dimensão da mobilização da direita através de protestos, o ano de 2013 foi um ponto fora da curva em relação aos dois anos anteriores. De acordo com Luciana Tatagiba (2018), os protestos de direita dobraram neste ano, indicando a influência das jornadas de junho na possibilidade de crítica e contestação ao governo de Dilma Rousseff. Em 2014, há um arrefecimento dessa intensidade, mas ela retorna com força ainda maior a partir de 2015, devido às movimentações pró-impeachment. Estas não tinham origem apenas popular, mas também institucional, dado o contexto da Operação Lava-Jato e a postura do

PSDB e seu candidato, Aécio Neves, de contestar o resultado eleitoral e incitar manifestações públicas pelo afastamento de sua adversária eleita em 2014. Cabe ressaltar que a atitude do PSDB, de não aceitar o resultado eleitoral e criticar a integridade das urnas eletrônicas, foi inédita na Nova República e abriu um precedente para que o sistema eletrônico de votação viesse a ser mais contestado do que nunca, somando-se a outras desconfiâncias da população em relação às instituições democráticas (Santos et al., 2020).

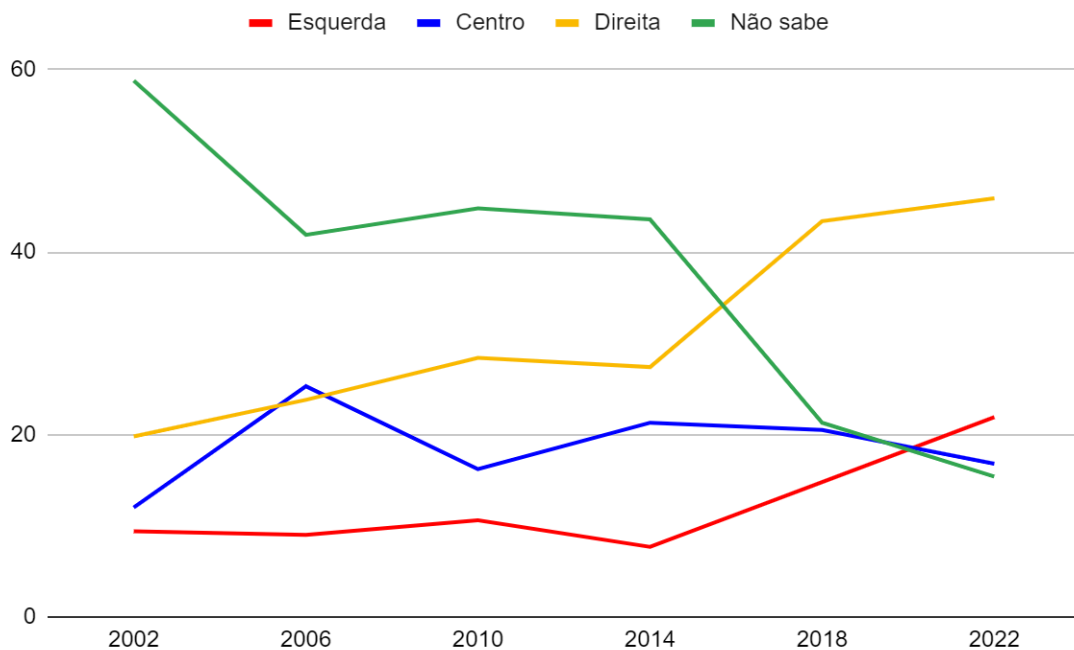
Nesse contexto dos anos 2010, a nova direita começa a tomar corpo nas ruas, mas sua organização em oposição ao PT começara anos antes. Camila Rocha (2021), através de etnografia política e variadas entrevistas com militantes de direita, recompõe o processo de formação da nova direita desde pelo menos o ano de 2006, com a criação do Movimento Endireita Brasil - MEB, por Ricardo Salles - que anos mais tarde viria a ser ministro do meio ambiente no governo Bolsonaro. Concomitante a esse e outros pequenos movimentos, comunidades *online* no Orkut começam a se formar em torno das obras e ideias de Olavo de Carvalho. Entre neoliberais, conservadores e católicos que se uniam nessas comunidades *online*, havia um sentimento de não pertencimento à ordem política vigente, a saber, aquela definida pelo pacto da Constituição de 1988, que entendiam ser hegemônica pela esquerda. Para Camila Rocha, “a nova direita é nova em comparação com a direita atuante desde a época da redemocratização, pautada pelos marcos do pacto de 1988” (Rocha, 2021, p. 17) e se caracteriza, portanto, pelo rompimento com os valores e ditames estabelecidos pela constituição.

Com a percepção de que havia uma hegemonia esquerdista no país e o sentimento de estar fora de tal ordem política, passa a se tornar difundida entre a nova direita a estratégia da “política do choque”. Nas palavras da cientista política:

A política do choque, que pode ser usada tanto à esquerda quanto à direita, é uma forma radical de chamar a atenção para determinados temas e demandas e aumentar a circulação pública de discursos que se opõem a um horizonte cultural percebido como dominante. (...) os frequentadores das comunidades dedicadas à discussão da obra de Olavo de Carvalho faziam uso frequente de palavrões, exageros e de um humor ácido e agressivo com objetivo de chamar a atenção para o que consideram ser uma dominação esquerdista no país (...) (Rocha, 2021, p. 104)

Assim, foi se consolidando não apenas entre usuários do Orkut influenciados por Olavo de Carvalho, mas também na mídia tradicional, no mercado editorial e nas universidades, um ideário por vezes neoliberal, por vezes conservador, mas recorrentemente marcado pela agressividade e percepção da esquerda como inimiga.

Quando eclodiu a crise política e econômica em 2013 e 2014, uma nova direita agressiva e pouco afeita ao diálogo já vinha sendo gestada há quase uma década. Os efeitos que viriam a ser percebidos nos anos seguintes, como o afastamento de Dilma Rousseff, em 2016, a prisão de Lula da Silva e a vitória de Bolsonaro, em 2018, podem ser entendidos como resultado de uma articulação bem-sucedida entre movimentos sociais e partidos políticos de direita. Tatagiba (2018) aponta para o fato de ter havido uma sincronização das arenas institucionais e extra-institucionais. Enquanto movimentos de caráter nacionalista e anticorrupção tomavam as ruas, autoridades judiciais como Polícia Federal - PF, Ministério Público Federal - MPF - e Supremo Tribunal Federal - STF - contribuíram para o fortalecimento da Operação Lava-Jato, que vinha tomando medidas que desafiavam princípios constitucionais e se orientando de maneira política. Além disso, Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, rompe com o governo, declara-se oposição e dá prosseguimento ao controverso pedido de impeachment de Dilma Rousseff. A veiculação midiática de todo esse processo – aliada à adoção de medidas neoliberais de ajuste fiscal por Dilma, em contradição com suas promessas de campanha - contribuiu para a deterioração da aprovação do governo e colocou a corrupção como o principal tema de preocupação entre os brasileiros (Tatagiba, 2018). Sem dúvida alguma, o campo político que melhor soube lidar com a crise foi a direita. A época de uma “direita envergonhada” (Rocha, 2021) acabou. A direita obteve vitórias políticas, assim como conquistou uma parcela significativa do eleitorado, principalmente entre aqueles que não sabiam como se posicionar (Gráfico 3).

**Gráfico 3 - Autoposicionamento ideológico do eleitorado (2002-2022)**

Fonte: Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB).

Para Gold e Peña (2021), foi fundamental para o sucesso da direita, agora conflituosa, não apenas a coexistência temporal entre protestos de rua e medidas partidárias e institucionais, mas principalmente a capacidade de conexão entre esses dois campos. Segundo a pesquisa dos autores, baseada em rastreamento de processo, é possível identificar três fases entre 2013 e 2016. São elas: 1) fase ativista, com início em 2013 e marcado principalmente por um sentimento antipartidário e receio dos partidos em se envolver; 2) fase de alinhamento, marcado pela consolidação do antipetismo e a intensa relação entre movimentos de protesto e ações institucionais pelos partidos através de novas formas de comunicação possibilitadas pelas redes sociais; e 3) a fase institucional, marcada por forte coalizão da direita radical e sua vitória política concretizada no afastamento de Dilma Rousseff. Como extensão da terceira fase, percebeu-se, inclusive, que membros oriundos dos movimentos de rua acabaram se elegendando nas eleições de 2018.

O combustível emocional e a percepção compartilhada que levou as pessoas às ruas foi, segundo Luciana Tatagiba (2018), o antipetismo:

Os protestos foram resultado da laboriosa construção de um processo de identificação que teve no antipetismo seu elemento catalisador. O ódio ao PT é um fenômeno sociopolítico que funcionou como gatilho emocional para os protestos. O antipetismo ofereceu a energia moral para o engajamento ativo e os marcos simbólicos para o enquadramento do conflito, em um contexto de intensa polarização política. Mais do que destituir Dilma Rousseff, o que estava em jogo nas manifestações era “extirpar o mal da política brasileira”, personificado no PT e suas lideranças. (Tatagiba, 2018, p. 131)

Argumento, no entanto, que em estreita associação com a ideia de antipetismo, está o sentimento antissistema (Nobre, 2022). Desde Junho de 2013, percebia-se que, por mais que houvesse manifestantes de direita contrários ao governo do PT, havia espreado entre uma parcela mais ampla da sociedade brasileira a desconfiança e a crítica às elites políticas em geral e uma aversão aos partidos de qualquer tipo. Há, nesse sentido, uma sobreposição dessas duas percepções sobre a política, porque as novas direitas, e o bolsonarismo principalmente, conseguiram criar com sucesso a ideia de que o PT se tornou o próprio sistema após quatro vitórias eleitorais consecutivas. Narrativa que, inclusive, tem forte implicação para o caso das urnas eletrônicas, no qual se percebe a teoria conspiratória de que PT e TSE agem juntos para fraudar o sistema eletrônico de votação. De acordo com Marcos Nobre (2022):

(...) a tese explicativa fundamental que apresento para o período de crise aguda do pemedebismo, o período 2015-8, diz que nesse momento se formou uma oposição extrainstitucional com razoável unidade, grande força política e significativa capacidade de mobilização. Não se tratou de uma oposição a um partido ou a um governo, mas de uma oposição antissistema, *antiestablishment*. Atacava o governo de plantão, por certo, qualquer que fosse o nível de governo ou o partido no poder. Mas não era uma oposição a um governo determinado. (Nobre, 2022, p. 129)

A predisposição antissistema do eleitorado foi, no entanto, explorada pelas “novas direitas”, e especialmente pelo bolsonarismo, para assumir a forma do antipetismo e, mais além, do antiesquerdismo e do anticomunismo, gerando maior identificação com a direita.

No decorrer do ciclo de protestos de 2015 e 2016, que levou ao impeachment de Dilma Rousseff, formou-se, em torno do sentimento antipetista e antissistema, um amálgama liberal-conservador (Rocha, 2021). Os interesses dos liberais<sup>24</sup>, que se organizavam desde o primeiro governo Lula, alinharam-se aos interesses de setores conservadores, de olavistas a evangélicos, que reagiam aos avanços progressistas do governo Dilma. A partir desse momento, identificar-se publicamente como de direita no Brasil deixou de ser um tabu – antes

---

<sup>24</sup> O termo “liberais” é aqui tomado emprestado da análise de Camila Rocha (2021). Vale mencionar que o termo, por vezes, assume certa ambiguidade por designar indivíduos e grupos alinhados a princípios econômicos neoliberais e contra a intervenção estatal na economia, mas que, por também se alinharem a posicionamentos políticos de caráter autoritário, se afastam dos fundamentos do liberalismo político e da democracia liberal.



relacionado aos crimes e arbitrariedades da ditadura militar – e passou a ser algo afirmado com orgulho, sob o lema “liberal na economia e conservador nos costumes”. De acordo com André Singer (2021), houve uma reativação da direita através do retorno do conservadorismo popular para a esfera pública, o qual havia sido temporariamente abafado pelo consenso em torno das políticas sociais de Lula que garantiram a ascensão econômica às classes populares.

Formou-se, portanto, ao longo de mais de uma década, mas especialmente no período agudo da crise da democracia (2015-8) uma nova força política. Elementos mais amplos do contexto, descritos por Avritzer (2019) como instrumentos contrademocráticos, a saber, o impeachment, o Poder Judiciário em estreita relação com a política, e os militares, também entraram em cena e contribuíram para o problema. A consolidação de um novo campo político ideológico com tendências disruptivas, em contexto de forte desconfiança para com as instituições políticas, era o necessário para receber, nos anos seguintes, os discursos populistas e a candidatura de Jair Bolsonaro. O que se obteve foi um contexto de radicalização e disputa hegemônica a partir da atuação de uma direita que não buscava disputar o governo com o campo oposto, mas tomá-lo para si (Nobre, 2022), colocando em risco o projeto de democracia postulado pela Constituição de 1988 (Rocha, 2021).

### **1.5. O populismo conspiratório de Bolsonaro**

A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro foi disruptiva em vários sentidos. Em primeiro lugar, porque desde a redemocratização é a primeira vez que um discurso e projeto de viés autoritário, reacionário e saudoso da ditadura militar ganha tamanha força entre a população. Em segundo lugar, porque ganhou as eleições sem cumprir requisitos que eram tidos como necessários pela ciência política: tinha pouco tempo de propaganda eleitoral na televisão, pouco dinheiro e nenhum apoio formal de grandes legendas partidárias. Além disso, outros fatores contribuíram para que fosse uma eleição “fora da curva”, como a prisão de seu principal adversário político, Lula da Silva, e o atentado a faca que sofreu em Juiz de Fora, que o colocou fora dos debates, lhe rendeu horas extras de visibilidade na televisão através dos noticiários e reforçou sua narrativa de vítima e candidato antissistema (Nicolau, 2020).

De acordo com Scerb (2021), o bolsonarismo e sua vitória eleitoral são uma reação à crise política, não a causa dela. O bolsonarismo, assim como o populismo de forma geral, responde ao problema da crise de legitimidade da democracia ao propor novas formas de

representação e participação. De certa forma, por mais que deturpada e centrada na personalidade do líder, o bolsonarismo constrói uma ideia de “povo” e o coloca no centro da política<sup>25</sup>. Isso soa bastante atraente para uma parcela considerável da população brasileira que via o sistema político como essencialmente corrupto e distante de suas necessidades. Tal análise se alinha à proposição de Nobre (2022) de que o bolsonarismo canaliza e dá forma política a um sentimento antissistema.

Esse eleitorado, como busquei demonstrar na seção anterior, vinha sendo construído há mais tempo, tendo se consolidado ideologicamente durante as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff. Esther Solano (2019) e Isabela Kalil (2018) fizeram importantes contribuições para a compreensão das motivações que levaram milhões de brasileiros a optar por Bolsonaro como Presidente da República.

Solano (2019) coordenou aplicação de *surveys* nas manifestações pró-impeachment, no dia 16 de agosto de 2015 na Avenida Paulista, e nos apresenta os seguintes dados: 96% estavam insatisfeitos com o sistema político, 73% não confiavam em partidos e 70% não confiava em políticos. Quando perguntados “quem poderia resolver a crise brasileira?”, a qual deveriam responder se concordavam com opções propostas no questionário, “56% já concordavam total ou parcialmente que ‘entregando o poder a alguém de fora do sistema político’, 64% para ‘um juiz honesto’ e 88% para um ‘político honesto’.” (Solano, 2019, p. 310) Tais respostas sugerem, portanto, o caráter não só antipartidário, mas antissistêmico do ideário desses manifestantes, assim como a preferência que viriam a dar para um governo composto por Bolsonaro, vendido como político *outsider* que nunca se envolveu em escândalos de corrupção, e Sérgio Moro, à época tido como “herói”, que, à frente da Operação Lava-Jato, faria uma limpeza na política. Soma-se a isso o antipetismo, já discutido anteriormente, que passa gradualmente a se intensificar como antiesquerdismo e anticomunismo, em uma retórica de construção do inimigo que deve não só ser combatido, mas criminalizado e eliminado (Solano, 2019).

Isabela Kalil (2018) também realizou pesquisa semelhante, a partir de *survey*, já em 2018, em um momento de maior consolidação do eleitorado bolsonarista, adicionando uma

---

<sup>25</sup> Compreende-se tal formulação no sentido de seu aspecto de persuasão, cabendo, desse modo, todas as ressalvas já levantados sobre o populismo em seção anterior, com destaque para Weyland (2017), que afirma ser o populismo uma estratégia que exalta o povo mas subtrai o poder da cidadania em si, e Urbinati (2019), que aponta para o fato de que o populismo em exercício do poder tende a governar apenas para a parcela considerada “boa” e “pura” da sociedade.

camada de complexidade ao fenômeno. Cruzando as respostas de *surveys* com variáveis tais como classe social, raça/etnia, identidade de gênero, religião, formas de engajamento e crenças, a antropóloga afirma existirem 16 perfis<sup>26</sup> de eleitores bolsonaristas. Para ela, a estratégia de comunicação de campanha de Bolsonaro se assemelha à de Trump no sentido de ter segmentado as mensagens de acordo com os públicos que buscava alcançar, isto é, as estratégias de *microtargeting* e *profiling*. O que une esses vários perfis diferentes é a identificação enquanto “cidadão de bem”, categoria “central e caleidoscópica” para compreender o fenômeno bolsonarista. Vale ressaltar que a ideia do “cidadão de bem” cumpre o papel de construção do “povo bom” em oposição à “elite má” na lógica maniqueísta do populismo (Mudde, 2017; Urbinati, 2019). De acordo com Kalil:

O ‘cidadão de bem’ passou a designar aquele que, além de ter uma conduta individual “correta” e saber se comportar nas manifestações, se distingue dos ‘bandidos’ (corruptos) ou de quem apoia bandidos. Assim, o ‘cidadão de bem’ refere-se a um conjunto de condutas dos indivíduos na vida privada, a um conjunto de formas específicas de reivindicação política na vida pública e a um conjunto particular de temas e agendas que passaram a ser consideradas como legítimos. É dessa forma que o ‘cidadão de bem’ extrapola as formas de condutas individuais e passa a designar aqueles que não são ‘comunistas’, ‘petistas’ ou ‘de esquerda’ - vistos como apoiadores da corrupção e ‘não trabalhadores’. Trata-se de uma noção específica de pessoa e um sentimento de pertencimento a uma forma correta de estar no mundo. (Kalil, 2018, p. 9)

Igualmente importante para compreender o bolsonarismo é entender que o “cidadão de bem” se opõe à “corrupção”. Corrupção adquire pelo menos três sentidos diferentes, de acordo como Kalil (2018). Em primeiro lugar, a corrupção institucional, na qual “políticos roubam o povo” e que está diretamente relacionada ao antipetismo. Em segundo lugar, a noção de corrupção enquanto “desordem” de costumes e valores; compreensão que ganha força entre os perfis mais conservadores e aponta para uma necessidade de moralização da política e da sociedade. Por fim, a noção de corrupção como “confusão entre direitos e privilégios”, através da qual se criticam, por exemplo, as políticas de ações afirmativas para negros em instituições de ensino; esta terceira noção carrega consigo o valor da meritocracia e de desvalorização da política frente ao esforço individual no trabalho. Tais noções de corrupção também alimentam a retórica populista na medida em que o “sistema” seria seu

---

<sup>26</sup> Os dezesseis perfis elencados pela autora funcionam mais como tipos ideais, e menos como grupos que existem de forma isolada uns dos outros, podendo haver interseção entre eles ao se olhar para indivíduos reais. São eles: 1) pessoas de bem; 2) masculinidade viril; 3) nerds, gamers, hackers e haters; 4) militares e ex-militares; 5) femininas e “bolsogatas”; 6) mães de direita; 7) homossexuais conservadores; 8) etnias de direita; 9) estudantes pela liberdade; 10) periféricos de direita; 11) meritocratas; 12) influenciadores digitais; 13) líderes religiosos; 14) fiéis religiosos; 15) monarquistas; 16) isentos.

garantidor e promotor, podendo ser contraposto apenas pelos “cidadãos de bem” representados por um líder forte.

Há quem classifique o bolsonarismo como um contramovimento (Silva e Pereira, 2020), pois criou a síntese possível entre diferentes parcelas do eleitorado brasileiro em nome do combate à corrupção e o “mal” que enxergavam no PT e no sistema político de forma geral. No entanto, sob outra perspectiva, tal noção perde de vista o que o bolsonarismo tem de propositivo e que confere um sentido maior aos seus seguidores, além de mera reação a uma dada situação (Scerb, 2021). De certa forma, existem diferentes concepções de quem é Bolsonaro e diferentes noções do perigo que o PT representa. Nessa atmosfera de medo, ódio e busca por salvação, formou-se o amálgama liberal-conservador (Rocha, 2021), que se calcificou socialmente produzindo um nível de polarização inédito na história da democracia brasileira (Nunes e Traumann, 2023). A constituição dessa formação ideológica é fruto da realidade brasileira: de uma militância neoliberal que ganhou espaço na esfera pública (Rocha, 2021), mas também de um público evangélico cada vez mais politizado e mobilizado por seus pastores (Nicolau, 2020; Boas, 2023). O alinhamento entre neoliberais e neoconservadores não é exclusividade do Brasil, manifestando-se também nos EUA e outros locais do globo (Brown, 2019).

Há que se compreender também que o discurso bolsonarista, assim como sua estratégia de segmentação do eleitorado (Kalil, 2018), foram efetivas pelo modo como Bolsonaro e sua campanha se utilizaram de desinformação e *fake news* como repertório de ação política (Mendonça et al., 2023), principalmente através do Whatsapp (Piaia, 2021). A instrumentalização dos algoritmos de redes sociais para disseminar notícias falsas, teorias conspiratórias, ódio e medo para influenciar politicamente as pessoas, tem sido uma das principais estratégias de comunicação populista de direita ao redor do mundo para obter avanços políticos e eleitorais (Empoli, 2019). Percebe-se que tal estratégia de comunicação tem como objetivo constituir uma esfera pública paralela (Rocha, 2023), a partir da qual o bolsonarismo consegue se constituir à margem e contra as principais instituições midiáticas que costumavam realizar o *gatekeeping* do debate público. Esse ponto é importante e central para esta dissertação, na medida em que explica a maneira pela qual os populismos contemporâneos conseguem, a partir das redes sociais, driblar o debate convencional e falar diretamente com seu eleitorado sem a mediação da mídia tradicional. Exemplo importante

desse método é a realização das *lives* semanais de Bolsonaro durante todo o seu mandato, as quais serão tomadas como *corpus* de análise mais à frente.

Sobre o modo de comunicação bolsonarista, Leticia Cesarino (2020) afirma se tratar de populismo digital. O populismo digital se refere tanto a um aparato midiático (digital), quanto a um mecanismo discursivo (de mobilização) e uma tática (política) de construção de hegemonia. Ao analisar imagens, memes e mensagens compartilhadas em grupos bolsonaristas no Whatsapp, a autora aponta para cinco funções metalinguísticas básicas presentes em praticamente todos os conteúdos: 1) fronteira antagonística amigo-inimigo; 2) equivalência líder-povo; 3) mobilização permanente através de ameaça e crise; 4) espelhamento do inimigo e inversão de acusações; e 5) produção de um canal midiático exclusivo. Através dos caminhos comunicativos proporcionados pelo novo ecossistema de comunicação baseado em plataformas de redes sociais, o bolsonarismo encontrou terreno para disputar regimes de verdade via notícias falsas, teorias conspiratórias e mobilização de afetos negativos (Pinheiro-Machado, 2019), contribuindo para a formação de uma midiosfera extremista apartada dos meios de comunicação tradicionais (Rocha, 2023). No âmbito do debate sobre desinformação, opta-se por dar prevalência ao longo desta dissertação para a noção de teoria da conspiração, ou conspiracionismo, entendendo-a como a narrativa que constrói sentidos antiestruturais (Aggio, 2021; Cesarino, 2022) ao costurar notícias fraudulentas e arremedos de verdade para apontar inimigos políticos, propor soluções “antissistêmicas” e disputar hegemonia.

Desse modo, a estrutura comunicacional montada em período de campanha eleitoral permaneceu e se transformou no popularmente conhecido “gabinete do ódio”, através do qual o governo Bolsonaro se comunicava com sua base sem a intermediação da mídia, espalhando *fake news* e teorias conspiratórias, a fim de manter sua base constantemente tensionada e mobilizada. Pensando sobre essa forma de governar, Cláudio Couto (2021) nomeou o governo Bolsonaro como um “governo-movimento”, por conta da “priorização constante do conflito a partir do próprio governo” (Couto, 2021, p. 42). No entanto, ele avalia, escrevendo na metade do mandato de Bolsonaro, que essa estratégia estaria sendo arrefecida em direção à construção de um pacto militar-fisiológico.

A mobilização de massas, na prática, não cessou. E um novo padrão de relação com o eleitorado começa a se desenvolver, rumo a maior radicalização. De acordo com Kalil (2022), Bolsonaro para de mirar o “cidadão de bem” – que lhe rendeu a vitória eleitoral – para se dirigir ao “patriota”, segmento mais extremista que estaria disposto a se insurgir e cometer

atos de violência. Através do “patriota”, Bolsonaro começa a avançar rumo a inviabilização do processo eleitoral de 2022, o qual sabia que dificilmente venceria. Essa estratégia, na qual a deslegitimação das urnas eletrônicas tem um papel central, foi nomeada por Kalil (2022) como “extremismo estratégico”, conceito relevante para compreender as mobilizações e insurreições contra o resultado eleitoral que resultaram nos atos de terrorismo doméstico do 8 de janeiro.

Tais particularidades do governo Bolsonaro nos levam a uma tentativa de tentar defini-lo. Em denúncia e indignação em relação ao caráter violento e autoritário de Bolsonaro, tornou-se recorrente entre os políticos e a militância de oposição nomeá-lo como fascista. Embora o termo não lhe caiba completamente por, certamente, não ter implementado um regime fascista no Brasil, a acusação não é completamente despropositada. Como aponta Federico Finchelstein (2020) sobre a relação entre fascismo e populismo:

Diferentemente do fascismo, o populismo é uma interpretação autoritária da democracia que remodelou o legado do fascismo após 1945 de modo a combiná-lo com procedimentos democráticos distintos. Depois da derrota do fascismo, o populismo emergiu como uma forma de pós-fascismo, que reformula o fascismo para os tempos democráticos. Outra maneira de dizê-lo seria: o populismo é o fascismo adaptado à democracia. (Finchelstein, 2020, p. 21)

Ademais, Finchelstein chegou a classificar Bolsonaro como o líder populista que mais se aproximou do fascismo na história<sup>27</sup>.

Podemos ainda recorrer à obra de Robert Paxton (2023), *A anatomia do fascismo*, para encontrar pontos de encontro e afastamento com o bolsonarismo. Paxton, a princípio, rejeita uma definição fechada de fascismo e busca analisar os fascismos - especificamente os regimes de Mussolini e Hitler, mas também considerando a existência de movimentos fascistas em todos os países democráticos - a partir de seu processo de desenvolvimento histórico. Vale ainda frisar que ele entende o fascismo, assim como também se entende o populismo (Mudde, 2017; Finchelstein e Urbinati, 2018; Finchelstein, 2020), como uma ideologia pouco fundamentada em intelectualidade ou doutrina, assumindo formas variadas de acordo com a geografia, assim como sofrendo mutações de acordo com o contexto político.

Apesar de fugir à ideia de uma essência, ou o chamado “mínimo fascista”, Paxton (2023) arrisca, ao final do seu livro, uma definição para o conceito:

---

<sup>27</sup> Ver: <https://www.intercept.com.br/2020/07/07/bolsonaro-populista-fascismo-entrevista-federico-finchelstein/>. Acesso em: 21/03/2024.

O fascismo tem que ser definido como uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz, com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza. (Paxton, 2023, p. 378)

Tal definição não se aplica totalmente ao caso de Bolsonaro no Brasil, principalmente por não ter estabelecido um regime que o livrasse de limitações éticas ou legais. Pode-se também chamar a atenção para o fato de o bolsonarismo não se apoiar em um partido, não ter conseguido formar um, optando por agregar sua militância principalmente pelos meios digitais (Nobre, 2022). No entanto, é possível encontrar pontos de cruzamento significativos. Bolsonaro, por exemplo: constrói sua noção de povo pela ideia de que o “cidadão de bem” é uma vítima que deve, inclusive, armar-se contra os inimigos à espreita; constantemente apela para “paixões mobilizadoras” (Paxton, 2023, p. 379) através de grandes demonstrações públicas e teorias conspiratórias; assim como repudia as garantias e liberdades democráticas e promove a ideia de redenção através da violência. Além do mais, a atuação do governo em relação ao armamento da população e, principalmente, em relação à pandemia de Covid-19, o caracteriza como um governo promotor da morte.

Newton Bignotto (2022) apresenta uma importante contribuição para a compreensão do bolsonarismo entre o fascismo, o populismo e o cesarismo. De forma sucinta, pode-se dizer que o autor reconhece as semelhanças do bolsonarismo com o fascismo. Mas, entendendo-o como processo e não como algo que surge pronto e acabado, ou ainda, que possui rumos claros, o bolsonarismo é potencialmente fascista. Hoje sabemos que, derrotado eleitoralmente, não chegou lá.

O enquadramento como populista é facilmente observável. No entanto, trata-se de uma nova forma de populismo, na qual “o recurso às teorias da conspiração é um fator definidor do bolsonarismo” (Bignotto, 2022, p. 139). Ademais, Bolsonaro se assemelha, em alguma medida, ao cesarismo de Napoleão III pela constante ameaça de golpe de Estado. A ruptura do regime democrático via intervenção das Forças Armadas sempre foi posta como uma possibilidade ao longo de seu governo. Bignotto (2022) conclui, após um balanço entre os três conceitos, “que a ferramenta de destruição operada por Bolsonaro, posta em marcha pelo desejo de desorganização da esfera pública, é a *produção voluntária do caos*” (Bignotto, 2022, p. 165).

Por mais que o conceito de fascismo enquanto ideologia política não seja totalmente aplicável, dando-se preferência para a abordagem ideacional do populismo, o entendimento do bolsonarismo enquanto uma linguagem da destruição (Lago, 2022; Starling, 2022; Bignotto, 2022) guarda cruzamentos frutíferos com o que se entende como uma linguagem fascista (Klemperer, 2009; Piovezani, 2020a; 2020b). Essas dimensões linguísticas e discursivas serão exploradas mais à frente, precisamente na análise a ser realizada no capítulo 4. Por ora, pretende-se introduzir a ideia de teoria conspiratória como um elemento constitutivo e fundamental do populismo de Bolsonaro.

Em meio à ampla agenda de pesquisa a respeito da comunicação política contemporânea, mais precisamente sobre desinformação, faz-se aqui uma escolha por abordar o problema a partir do conceito de teoria conspiratória, compreendendo que tal conceito encontra maior lastro no pensamento político (Giry e Tika, 2020) e está na base de quase todos os assuntos levantados pelo bolsonarismo. Teoria conspiratória, de acordo com Uscinski (2020), é uma narrativa que pode ser verdadeira ou falsa, mas que não é validada pelas autoridades epistemológicas - tais como o jornalismo ou a ciência -, e que invariavelmente se baseia na ideia de que existe um complô de indivíduos ou grupos poderosos, que agem em segredo para prejudicar o bem comum. Na medida em que as teorias conspiratórias apontam para assimetrias de poder, por mais que sejam falsas ou imaginadas, elas são necessariamente um fenômeno da política (Uscinski, 2020).

Além disso, as teorias conspiratórias possuem uma dimensão epistemológica de busca da verdade e podem ser consideradas as narrativas ou o tipo de discurso que confere lógica interpretativa à desinformação (Aggio, 2021). Ou seja, facilitam a aceitação de *fake news*, pois dizem respeito não apenas a fatos fabricados, mas a um encadeamento de eventos e uma compreensão mais ampla da política. Argumento que o discurso bolsonarista sobre as urnas eletrônicas se trata de uma teoria conspiratória, pois, justamente, afirma que o TSE e o PT agem em segredo para manipular o código-fonte das urnas eletrônicas, alterando votos em detrimento de Bolsonaro e da “vontade do povo”. Como já havia afirmado o próprio Bolsonaro durante o período eleitoral de 2018 em sua cama de hospital após o atentado a faca: “o PT descobriu o caminho para o poder, o voto eletrônico”<sup>28</sup>. Não por acaso, naquele ano foi

---

<sup>28</sup> Ver:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/16/pela-primeira-vez-apos-ataque-bolsonaro-usa-red-e-social-para-fazer-campanha-ao-vivo.ghtml>. Acesso em: 21/03/2024.



registrado um volume inédito de desinformação sobre o sistema eletrônico de votação (Ruediger e Grassi, 2020).

Atualmente, teorias conspiratórias parecem ser cada vez mais populares e se beneficiam das novas mediações proporcionadas pelas redes sociais. Seus exemplos são vários, desde as que buscam explicações para fatos políticos conhecidos, como o assassinato de John Kennedy ou o atentado a faca contra Bolsonaro, até aquelas que imaginam grupos secretos, mágicos ou obscuros, detentores de grandes poderes sobre a humanidade, como as que versam sobre os Illuminati, seres “reptilianos” ou mesmo o popular *QAnon* nos EUA. Por mais que não existam fortes evidências de se as pessoas acreditam mais nelas agora do que em um passado recente (Uscinski, 2020), deve-se considerar o fato de que as plataformas de mídia social possibilitam maior difusão das teorias conspiratórias, além de permitirem a formação de comunidades *online* que as produzem e consomem, o que, somado à lógica da economia da atenção que as regem, faz com que uma teoria conspiratória leve a outras, num processo que pode desencadear situações críticas (Mahl et al., 2022; Cesarino, 2022). Nesse sentido, é possível apontar para indivíduos que acabam por se isolar socialmente devido a um alto grau de pensamento conspiratório e paranoico, assim como os casos de extremismo político, como o paradigmático *Pizzagate*<sup>29</sup>, a invasão do Capitólio nos EUA, em 6 de janeiro de 2021, e o caso brasileiro da tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro, já citado na introdução.

Desde o século XIX é sabido, a partir das formulações do filósofo francês Guizot, que as teorias conspiratórias são instrumentos utilizados por governantes para reforçar o apoio popular ao regime ao mesmo tempo que silencia a oposição (Giry e Tika, 2020). Também é reconhecido o papel das teorias conspiratórias para a manutenção de regimes autoritários (Giry e Gürpınar, 2020). Atualmente, é de grande importância a discussão da relação entre teorias conspiratórias e populismo (Bergmann e Butter, 2020). Ambos os fenômenos possuem uma estreita relação por sua própria definição, pois tanto as teorias conspiratórias como a retórica populista trabalham sobre um dualismo simplista, de “nós” contra “eles”. Se as teorias conspiratórias são definidas pela ideia de que existe um complô de poderosos contra o bem comum (Uscinski, 2020), o populismo tem como característica central a ideia de um “povo do bem” contra uma “elite do mal” (Mudde, 2017; Urbinati, 2019). Portanto, ambos se baseiam em uma visão maniqueísta do mundo que visa a construir inimigos e tendem a gerar

---

<sup>29</sup> Ver: <https://www.nytimes.com/interactive/2016/12/10/business/media/pizzagate.html>. Acesso em: 07/06/2024.

polarização e segregação (Giry e Gürpınar, 2020). Além disso, a atual esfera pública plataformizada tem dado prevalência para narrativas antiestruturais, típicas dos populismos e dos conspiracionismos, que propiciam uma convergência entre os dois (Cesarino, 2022).

Por mais que Bergmann e Butter (2020) afirmem que as teorias conspiratórias não são um elemento necessário para o populismo, o caso de Bolsonaro é flagrante a esse respeito, pois constantemente aponta para inimigos e perigos ocultos, da “fraude” nas urnas eletrônicas à “conspiração chinesa” da Covid-19, passando pela várias formas em que a “ameaça comunista” se apresenta. Todos contribuem para uma esfera pública mais dividida, pois cada vez mais pautada em antagonismos inconciliáveis, com riscos para a democracia.

Dentro do amplo rol de conspirações propagadas pelo bolsonarismo, a que ataca as urnas eletrônicas tem importância especial para compreender o perigo que tal movimento representa para a democracia. Por mais que sempre houvesse críticas às urnas eletrônicas, ficou bem estabelecido por mais de uma década no imaginário popular a ideia de que a implementação de tal tecnologia eleitoral foi um avanço e um símbolo de nosso processo de democratização. Como buscarei argumentar no capítulo 2, as críticas que o dispositivo costumava receber tinham como objetivo incontestável a melhoria do sistema eletrônico de votação e o aprimoramento das eleições e dos princípios democráticos estabelecidos na Constituição de 1988. O mesmo não se pode dizer das críticas levantadas por Jair Bolsonaro, que, ao contrário das anteriores, não se limitou a apontar possibilidades de fraude, mas de fato acusava o TSE de fraudar e conspirar contra sua candidatura. Seu extremismo estratégico (Kalil, 2022), aliado ao discurso de deslegitimação das urnas eletrônicas, demonstra uma intenção de inviabilizar o processo eleitoral e fazer perdurar seu governo a despeito da vontade popular expressa eleitoralmente.

Nesse sentido, cabe finalizar apontando que, se há populismo que não se utiliza de teorias conspiratórias, o populismo bolsonarista definitivamente não é um deles. Assim como muito se discute a ideia de o populismo não ser necessariamente contrário à democracia (Urbinati, 2019), novamente o bolsonarismo foge a essa ideia, na medida em que trouxe de volta para o debate público uma tradição autoritária do Brasil que enxerga a ditadura militar sob o prisma da positividade (Avritzer, 2019). De forma que, não raro, seus apoiadores, assim como o próprio Bolsonaro, atentam contra as instituições de controle.

Desse modo, cabe finalizar com a proposta de que o bolsonarismo pode ser compreendido como um *populismo conspiratório*. Populismo, pois se utiliza dessa ideologia e modo de fazer política, que opõe a ideia de um povo “de bem” contra uma elite política “do mal” e corrupta (Mudde, 2017; Urbinati, 2019); e conspiratório, porque se utiliza, de forma recorrente, de teorias conspiratórias como instrumento de propaganda para reforçar apoio ao governo e apontar inimigos internos (Giry e Gürpınar, 2020). O uso de teorias conspiratórias pelo governo Bolsonaro ainda parece se configurar como um método para se alcançar o autoritarismo, de forma que ao apontar outros agentes políticos como conspiradores, esconde a conspiração que ele próprio arquiteta em segredo; tal como tem ficado evidente com as descobertas acerca dos eventos insurrecionais contrários ao resultado eleitoral, que se estenderam desde o último ano de seu mandato, 2022, até a tentativa frustrada de golpe do dia 8 de janeiro de 2023.

A adjetivação de conspiratório ao conceito de populismo, tomado em sua concepção mínima e ideacional (Mudde, 2017), busca evidenciar, não apenas o uso massivo de teorias conspiratórias na prática comunicativa de líderes populistas em exercício do poder, mas, principalmente, seu uso estratégico para angariar legitimidade às próprias conspirações contra a democracia liberal. O uso massivo de teorias conspiratórias com tal objetivo pôde ser percebido no caso de Bolsonaro, no Brasil, mas também de Trump, nos EUA. Dado que ambos os líderes são amplamente reconhecidos como populistas, seus públicos largamente adeptos de teorias conspiratórias e, além disso, estimularam levantes violentos contra o resultado eleitoral. Nesse sentido, o conceito de populismo conspiratório pode ser entendido como uma variante, ou subclassificação, do populismo autoritário (Levitsky e Ziblatt, 2018) que permite interligar as agendas de pesquisa da comunicação política e da crise da democracia, com possibilidade de viajar e ser testada em outros casos ao redor do mundo.

Portanto, proponho que, para que um determinado líder ou governo seja considerado um populista conspiratório, é necessário que se enquadre em três critérios:

- 1) empregue a linguagem maniqueísta e moralista dos populismos, se colocando ao lado de um “povo do bem” contra uma “elite má” ou “corrupta”;
- 2) dissemine, em complemento à retórica populista, teorias conspiratórias que deslegitimam a democracia e disseminem medo e ansiedades em relação aos “inimigos”;

- 3) tenha agido contra a ordem democrática definida constitucionalmente, sendo o ataque às eleições e ao resultado eleitoral sua expressão mais flagrante.

Tal definição não busca limitar a compreensão do fenômeno do populismo e nem mesmo excluir outras possíveis classificações também aplicáveis a depender do que se quer observar. No caso de Bolsonaro, levando em conta suas práticas de comunicação e propaganda, especialmente seu comportamento de tensão com as instituições democráticas, acredita-se ser importante a denominação como um populista conspiratório. Não só Bolsonaro já foi descrito como um indivíduo marcadamente paranoico (Oyama, 2020), como a ideia de conspiração permeou todo o seu mandato. Seja no plano do imaginário para acusar inimigos e se colocar como vítima do “sistema”, seja pelas ameaças e tentativas reais de conspirar contra a democracia. Busca-se evidenciar, de tal modo, que fomentar um imaginário de conspiração contra seu governo era uma forma de legitimar as próprias conspirações para se manter no poder. Para tal objetivo, as teorias conspiratórias sobre as urnas eletrônicas tinham papel destacado.

Buscou-se até aqui localizar o tema desta dissertação, o discurso bolsonarista contra as urnas eletrônicas em meio a processos políticos e históricos mais amplos. De início, revisitando a literatura internacional sobre crise da democracia. Em seguida, uma breve exploração sobre o disputado conceito de populismo e a prevalência dessa forma de fazer política na atualidade. A intenção das seções posteriores foi focar o caso da crise da democracia brasileira a partir de uma perspectiva sequencial da história recente, identificando nas manifestações multitudinárias de 2013 um marco para a percepção de um sentimento antissistema, que foi, nos anos seguintes, cooptado por novas direitas em vias de radicalização. Esse processo culminou na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Ao final, busquei compreender o bolsonarismo a partir de vários trabalhos que o dissecaram e buscaram classificá-lo de alguma forma. Sob a luz da literatura sobre teorias conspiratórias e a possibilidade de analisar o mandato do início ao fim, com destaque para seu final trágico e atentatório contra a democracia, propus o conceito de populismo conspiratório.

No capítulo seguinte, aprofundar-nos-emos na questão do debate público sobre a urna eletrônica e as especificidades do discurso bolsonarista nesse âmbito. Parto da compreensão de que sempre houve um debate entre defensores do voto eletrônico e seus críticos proponentes do voto impresso, sendo que tais críticos sempre tiveram como horizonte a melhoria do sistema eletrônico de votação. Bolsonaro, no entanto, faz tal crítica de forma a

degradar a confiança no processo eleitoral. Esta discussão será realizada sob um ponto de vista sociotécnico, com apoio em literatura própria do campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade, assim como no âmbito da confiança em sistemas peritos, crise epistêmica e pós-verdade, com destaque final para a importância de se compreender os discursos de caráter conspiratório que atravessam tais processos.

## CAPÍTULO 2 - URNA ELETRÔNICA: UM ARTEFATO POLÍTICO EM DISPUTA

A história das eleições no Brasil é rica em casos e exemplos de fraudes, em especial quando a votação ainda era realizada em cédulas de papel. Fraudes como o desaparecimento de votos já preenchidos, o preenchimento de cédulas em branco, os casos de urnas “engravidadas”, quando já são depositados votos de antemão, além das ocorrências de compra de votos e ameaça violenta por parte de poderosos locais, práticas típicas do coronelismo. No entanto, com a implementação da urna eletrônica em todo o território nacional, a partir de 2000, não foram mais detectadas fraudes e os conflitos em torno da contabilização de votos foram temporariamente pacificados. A implementação de uma máquina digital de votar trouxe maior segurança e estabilidade para as eleições, além de maior inclusão social, ao facilitar o voto aos analfabetos, por exemplo (Nicolau, 2012). Durante mais de uma década houve ampla aceitação em torno desse método de contabilizar votos e legitimar representantes. O que se percebia não só pelas atitudes da maioria dos políticos e seus partidos, mas também pela percepção da população brasileira: em 2008, o TSE encomendou uma pesquisa que concluiu que 97% da população brasileira aprovava a urna eletrônica e 73% consideravam o TSE a instituição mais confiável do país<sup>30</sup>. Em 2010, a aprovação da urna era de 94,4% (Tavares e Moreira, 2011). Sua ampla aceitação por parte da população, no entanto, viria a ser abalada na década seguinte.

Em 2019, logo após a eleição de Bolsonaro, a pesquisa “A cara da democracia”, baseada em *survey* aplicado pelo Instituto da Democracia e Democratização da Mídia, informa sobre um cenário totalmente diferente a respeito da confiança no processo eleitoral. Perguntados se confiavam que a apuração de votos é feita de maneira honesta, apenas 12,4% dos entrevistados disseram “confiar muito”, e 2,4% não souberam responder. A porcentagem dos que disseram “não confiar” na honestidade da apuração dos votos foi de 45%, outros responderam que “confiam pouco” ou “confiam mais ou menos”, de forma que 85,1% dos cidadãos entrevistados demonstraram ter consigo algum nível de desconfiança para com o

---

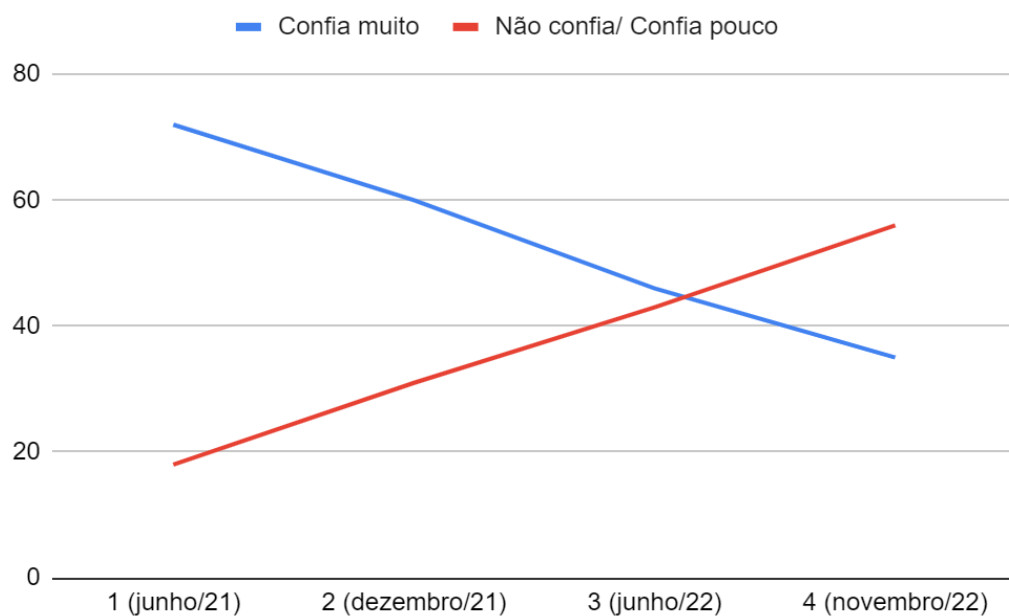
<sup>30</sup> Disponível em:

<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL957341-5601,00-DOS+ELEITORES+APROVAM+A+URNA+EL+ETRONICA+DIZ+PESQUISA+DO+TSE.html>. Acesso em: 23/08/2023.

processo eleitoral brasileiro<sup>31</sup>. Tais resultados, no entanto, podem não dizer diretamente sobre a urna eletrônica, uma vez que a pergunta é endereçada à “apuração de votos” e mobiliza o valor da “honestidade”. Dado o cenário de crise de confiança na democracia e nas instituições do Brasil nos últimos anos (Santos et al., 2020), os resultados podem dizer respeito mais à tendência de desconfiança nas instituições políticas do que na urna eletrônica em si.

Uma vez que a urna eletrônica brasileira será tratada nesta pesquisa como foco central da análise, parece mais acertado tomar como referência os dados produzidos a partir das pesquisas realizadas pela Genial/Quaest ao longo de 2021 e 2022, que demonstram uma clara tendência de aumento da desconfiança em relação às urnas eletrônicas durante a segunda metade do governo de Jair Bolsonaro, como pode se ver abaixo. Sabe-se que Bolsonaro atacou as urnas eletrônicas e o TSE repetidas vezes ao longo de seu governo, assim como já o fazia nos anos anteriores à sua presidência. Por mais que não seja a intenção desta pesquisa mensurar os efeitos do discurso do ex-presidente sobre a confiança da população nas urnas eletrônicas, acredito não ser possível negar tal efeito. Como veremos no capítulo 4, os ataques de Bolsonaro às urnas eletrônicas se intensificam a partir de 2021, por ocasião da votação da PEC do voto impresso, em agosto de 2021, e à medida que se aproximam as eleições de 2022.

**Gráfico 4 - Confiança nas urnas eletrônicas (06/2021 a 11/2022)**



<sup>31</sup> Os dados de 2019 da pesquisa “A cara da democracia” estão disponíveis em: <https://www.institutodademocracia.org/post/2020/01/27/resultados-a-cara-da-democracia-2019>. Acesso em: 23/08/2023.

Fonte: Genial/Quaest<sup>32</sup>.

Neste capítulo, buscam-se apresentar termos teoricamente adequados para se compreender o debate sobre as urnas eletrônicas. Em um primeiro momento, traça-se um panorama sobre a confiança em sistemas peritos na modernidade (Giddens, 1991), crise epistêmica (Mendonça e Bernardes, 2022b), um novo regime de pós-verdade (Harsin, 2015; 2018; Cesarino, 2021) e como o debate sobre as urnas eletrônicas é afetado por tal contexto. Na sequência, faz-se necessário apresentar os argumentos que compõem o debate sobre urnas eletrônicas desde sua implementação. Em primeiro lugar, abordo os argumentos favoráveis ao voto eletrônico, tratando, em seguida, dos seus críticos e defensores do voto impresso. Fecho a seção com algumas considerações sobre o debate. No passo subsequente, apresentam-se alguns teóricos do campo de estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade para melhor enquadrar o caso das urnas eletrônicas sob uma perspectiva sociotécnica. E, finalmente, conclui-se com apontamentos sobre como os discursos, em especial os discursos conspiracionistas, têm se inserido no campo da tecnociência para fazer avançar determinados interesses políticos.

## **2.1. Sistemas peritos, crise epistêmica e pós-verdade**

A questão da confiança nas urnas eletrônicas pode ser melhor compreendida a partir de formulações teóricas que apontam para um contexto de como se dá a confiança em sistemas peritos na modernidade (Giddens, 1991), como se estabelecem regimes de produção e validação da verdade (Foucault, 2019), assim como as que levantam a hipótese de estarmos vivendo um momento de mudança de paradigma que aponta para um novo regime de pós-verdade (Harsin, 2015; Harsin, 2018; Cesarino, 2021), ou o que também vem sendo chamado de crise epistêmica (Benkler et al, 2018; Mendonça e Bernardes, 2022b).

Ao realizar uma crítica da noção de pós-modernidade, tal como expressa por Lyotard (1985), Giddens (1991) advoga que a ideia de que o deslocamento do lugar da verdade e a desorientação provocada pela sensação de que existem fenômenos que estão fora da nossa capacidade de compreensão e explicação, inalcançáveis por uma forma de conhecimento sistematizado, dá-se pelo fato de que a humanidade estava a experienciar ao final do século

---

<sup>32</sup> Dado pode ser consultado em: <https://valor.globo.com/politica/coluna/urnas-dominaram-fake-news-em-2022.ghtml>. Acesso em: 12/06/2024.



XX as consequências da modernidade, agora mais radicalizada e universalizada. É nesse contexto que Giddens propõe “uma análise institucional da modernidade com ênfases cultural e epistemológica” (1991, p. 11), retoma estudos sobre confiança e risco e propõe uma interpretação própria sobre os mecanismos de desencaixe da modernidade, a saber: fichas simbólicas, exemplificadas principalmente pelo dinheiro, e sistemas peritos, compreendidos como “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas do ambiente material e social em que vivemos”. (1991, p. 37-38)

Uma das principais características da modernidade seria, portanto, a confiança em sistemas peritos. Quando embarcamos em um avião, decidimos morar em um apartamento, ingerimos um medicamento ou digitamos nosso voto em uma urna eletrônica, estamos a confiar na perícia de técnicos que não conhecemos e na objetividade de conhecimentos que não dominamos. Sistemas peritos se caracterizam como mecanismos de desencaixe pois “removem as relações sociais das imediações do contexto” (1991, p. 39) e a confiança nos mesmos “é inevitavelmente, em parte, um artigo de ‘fé’.” (1991, p. 39)

No entanto, tal proposição, afirma Giddens, não deve ser simplificada. Desse modo, o sociólogo segue para uma definição em dez pontos do que entende por confiança. Destaco a seguir sua definição geral e os pontos que dizem respeito especificamente aos sistemas peritos. Segundo Giddens, a “confiança pode ser definida como crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados e eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico).” (1991, p. 44-45) Acredita-se que tal conceito de confiança pode ser aplicado à questão das urnas eletrônicas, na medida em que o processo eleitoral brasileiro, por funcionar de forma digital, enquadra-se como um sistema perito típico da modernidade. Giddens ainda afirma que a “confiança está relacionada à ausência no tempo e no espaço” (1991, p. 43), no sentido de que não haveria por que confiar em sistemas cujo funcionamento fosse totalmente conhecido e transparente. A confiança, assim, existe quando não há informação plena sobre o funcionamento de dado sistema. De fato, pouquíssimos cidadãos brasileiros têm o conhecimento necessário para compreender o funcionamento de computadores, aparelhos eletrônicos e, especificamente, da urna eletrônica e suas complexidades. Tal característica do processo eleitoral brasileiro faz com que o mesmo seja alvo de críticas, incluindo de acadêmicos que caracterizam o funcionamento do TSE como tecnocrático (Mendes, 2010).

“Em condições de modernidade”, continua Giddens, existe confiança no contexto em que há “consciência geral de que a atividade humana - incluindo nesta expressão o impacto da tecnologia sobre o mundo material - é criada socialmente, e não dada pela natureza das coisas ou por influência divina”; assim como quando há a consciência sobre “o escopo transformativo amplamente aumentado da ação humana, levado a cabo pelo caráter dinâmico das instituições sociais modernas” (1991, pg. 45). Nesse sentido, podemos pensar no impacto que determinados discursos podem ter sobre a dinâmica de confiança e desconfiança em objetos técnicos e, especificamente, sobre as urnas eletrônicas. Compreendidas como tecnologia fruto da ação humana sobre o mundo e institucionalizada como único meio de agregar preferências políticas no território nacional, a urna eletrônica exerce, portanto, impacto significativo sobre os processos de mudança política da sociedade brasileira. A ideia de um sistema perito - o qual por definição não é totalmente transparente - coordenado pela ação humana e institucionalizado de forma a exercer amplo impacto sobre a sociedade, pode ser mobilizada tanto por discurso institucional que advoga por uma eficiente gestão de riscos e contingências, quanto por discursos de desconfiança ou conspiratórios que dão ênfase às opacidades e controvérsias do sistema para obter ganhos políticos. A confiança moderna em sistemas peritos está assentada em bases frágeis.

Tal fragilidade já era perceptível para Giddens ao final do século XX, mas parece ser com a entrada no século XXI, em especial com a popularização da internet em sua versão plataformizada, que o problema da confiança social e do deslocamento do estatuto da verdade se torna mais evidente e ganha forma no diagnóstico de que há uma crise epistêmica (Benkler et al., 2018; Mendonça e Bernardes, 2022b). A crise epistêmica pode ser compreendida como uma das dimensões da crise da democracia, que também se apresenta em suas faces econômica, política e social, todas elas sobrepostas e em relação (Mendonça, 2023b). No entanto, a crise epistêmica nos interessa especialmente por dizer sobre “grandes mudanças na forma como o conhecimento é produzido e legitimado” (Mendonça, 2023b, pg. 21). Ela está, obviamente, relacionada ao avanço da desinformação que se espalha pela rede, mas também a outros processos correlatos e paradoxais que produzem impactos sobre a legitimação do conhecimento científico, a saber: 1) o avanço das visões participativas da democracia que, por defenderem maior participação cidadã na política, contribuem para a democratização do saber e acabam por colocar o conhecimento técnico e científico em perspectiva; 2) o fortalecimento

do popularmente chamado “identitarismo”<sup>33</sup>, que por evidenciar a existência de saberes localizados, calcados na identidade, tomam a experiência como fonte inquestionável de saber; 3) a explicitação da relação entre saber e poder, que, por meio de diferentes correntes teóricas, demonstrou-se a impossibilidade de pensar a ciência como um empreendimento neutro e alheio aos contextos políticos e sociais e, portanto, reduzindo seu caráter universal e sua capacidade de influenciar os debates políticos; e 4) a transformação estrutural do contexto comunicativo, representado principalmente pelas novas formas de comunicação nas redes sociais, onde mais valem as formas de legitimação do conhecimento baseadas na autorreferência do que em critérios endógenos a campos de saber (Mendonça e Bernardes, 2022b). De modo geral, o cenário percebido aponta para uma realidade comunicacional em que todo tipo de informação, da pesquisa científica à teoria conspiratória, afunda na vala comum das opiniões.

Com a consciência do contexto de crise epistêmica, há quem busque identificar os novos padrões emergentes de produção e legitimação da verdade. Um exemplo frutífero pode ser encontrado no conceito de regime de pós-verdade (Harsin, 2015). A confiança diz respeito à percepção que se tem sobre o que é verdade, e como Foucault (2019) aponta, a verdade é fruto deste mundo, ela é produzida de acordo com os aparatos disponíveis em dado momento histórico em relação com os discursos que atravessam tais aparatos. As dinâmicas entre aparatos e discursos produzem regimes de verdade historicamente localizados. Harsin (2015) propõe que temos experienciado uma mudança, de um regime de verdade tipicamente disciplinar, baseado em parâmetros próprios da modernidade do século XX, tais como a ciência, o conhecimento técnico e os meios de comunicação de massa, para um regime de pós-verdade, baseado na fragmentação dos públicos, no aumento do uso de mentiras, rumores e *fake news* no debate público, assim como na disputa e controle da atenção através de algoritmos de personalização de conteúdos baseados em *big data* (Harsin, 2015; 2018).

Para Harsin (2015), os jogos de verdade, tão presentes na atualidade, são evidências do regime de pós-verdade. Há um desejo por desmascarar narrativas falsas oriundas de

---

<sup>33</sup> O termo identitarismo é controverso, pois é recorrentemente utilizado para reduzir à dimensão de simples afirmação de identidades lutas políticas que são estruturais, tais como as levadas a cabo por movimentos antirracistas, feministas e LGBTQIA+, que, em última instância, dizem respeito à garantia de direitos fundamentais e à sobrevivência de sujeitos politicamente minorizados. Faz-se o uso do termo neste trecho apenas para indicar a dinâmica de sobrevalorização de perspectivas localizadas em relação à suposta universalidade do conhecimento científico, sem, no entanto, desprezar a importância do tensionamento que tais perspectivas trazem para a prática científica.

campos políticos divergentes<sup>34</sup>, assim como aumentam as ações de checagem de fatos por parte de instituições jornalísticas, configurando no universo das redes sociais o que o autor chama de “mercados da verdade”<sup>35</sup>, os quais são deliberadamente criados no regime de pós-verdade. As ações de *fact-checking*, apesar de importantes para marcar posição em favor da integridade da informação, não têm poder suficiente para estabelecer alguma forma de *gatekeeping* eficiente ou um regime de verdade (Harsin, 2015; Cesarino, 2022), uma vez que a aderência aos fatos checados depende da opinião do eleitor influenciado por filtros-bolha (Pariser, 2011), ou câmaras de eco (Sunstein, 2017), fortalecidos pela gestão algorítmica do debate. Pode-se notar, por exemplo, como os conteúdos desinformativos sobre eleições e fraude eleitoral têm aumentado a cada ano, com picos nos períodos de eleição (Ruediger e Grassi, 2020). Um volume de rumores e *fake news* que dificilmente as agências de checagem de fatos dão conta de cobrir - e mesmo se dessem, não há garantia de que os indivíduos atingidos por tais conteúdos desinformativos entrem em contato com a checagem da informação ou abandonem suas crenças. Nesse sentido, Cesarino (2022) afirma que tais ações de checagem tem alcance limitado pois, nesse novo ambiente comunicacional, o que define o estatuto da verdade é a posição que se ocupa em relação à fronteira que separa amigos e inimigos.

Rumores e reivindicações de verdade, normalmente tidos como “armas” utilizadas pelos fracos (Scott, 1987), atualmente são mobilizados por atores políticos e econômicos abastados para conduzir a opinião pública. Segundo Harsin (2018), isso se relaciona ao contexto, não só de pós-verdade, mas de pós-política, em que tais jogos de verdade estendem o biopoder ao psicopoder - manejando não só as ideologias, discursos e corpos, mas a atenção em si. A captura da atenção se liga também ao caráter participativo da pós-política *online*, pois pode ser instrumentalizada para desmobilizar sujeitos políticos em busca de maior aceitação do *status quo*, assim como mobilizar tais sujeitos *online* para manejar um espetáculo de reclamações, acusações, compartilhamentos e *likes* que visam a refutar assuntos específicos de acordo com o interesse político (Harsin, 2015; 2018). Isso pôde ser percebido no caso brasileiro a partir das constantes mobilizações bolsonaristas, incentivadas desde cima, a partir do Executivo Federal. A manipulação do debate público via redes sociais, introduzindo temas conspiratórios como a fraude eleitoral, tem sido característica do

---

<sup>34</sup> Vale ressaltar que tal desejo de desmascarar narrativas falsas ou desvendar verdades ocultas é o motor das teorias conspiratórias e apontam para sua centralidade no que se refere aos discursos políticos na contemporaneidade.

<sup>35</sup> No original em inglês: *truth markets*.

populismo digital (Cesarino, 2020) e estratégias da guerra cultural levada a cabo pela midiosfera extremista (Rocha, 2023).

Letícia Cesarino (2021) se utiliza da proposição de Harsin (2015) sobre um novo regime de pós-verdade e busca avançar a discussão a partir de uma abordagem cibernética recheada de exemplos do contexto brasileiro. Para ela, o que tem sido chamado de crise epistêmica, ou novo regime de pós-verdade, diz respeito a um padrão estrutural de aumento da entropia, ou seja, da desorganização do ambiente informacional, com concomitante reorganização em novas formas epistemológicas ainda emergentes, mas que encontram ressonâncias estruturais com os populismos contemporâneos (Cesarino, 2020; 2021; 2022). Considerando que a ciência cumpre, nas sociedades complexas, a meta-função de produzir ordem através da confiança social em sistemas peritos, a autora considera que

a pós-verdade é uma crise de confiança (Zoonem, 2012) que advém de uma mudança profunda nos tipos de mediação que organizam – e reorganizam em novas bases – a produção de conhecimento legítimo nas sociedades contemporâneas. [...] Diferentes realidades parecem proliferar em um contexto de desorganização epistêmica profunda, no qual a comunidade científica e o sistema de peritos de modo mais amplo deixam de gozar da confiança social e da credibilidade que antes detinham, tendo, portanto, sua capacidade neguentrópica<sup>36</sup> significativamente reduzida. (Cesarino, 2021, p. 77-78)

Nesse sentido, Cesarino propõe que novos elementos têm surgido nesse regime de pós-verdade. Em primeiro lugar, ela identifica como uma reação à crise dos sistemas peritos uma tendência à “eu-pistemologia” (Zoonem, 2012), ou seja, uma maneira de estabelecer a verdade se referindo aos sentidos e sentimentos imediatos e à experiência pessoal. Em um ambiente comunicacional repleto de reivindicações de verdade, ganha força a lógica do “ver para crer”, recurso bastante mobilizado em redes de desinformação quando do compartilhamento de vídeos produzidos no calor do momento sob interpretações apressadas, que buscam reproduzir o “aqui e agora”. Em segundo lugar, destaca-se o aumento do uso de elos causais ocultos, fundamentais para as teorias conspiratórias. Fatos esparsos são concatenados com “fatos alternativos” através de elos causais não evidentes, mas sugeridos pela narrativa, o que se relaciona à função de produção de sentido das teorias conspiratórias em meio a ambientes desinformativos (Aggio, 2021). Por fim, Cesarino aponta para a lógica antagonística amigo-inimigo como “o modo mais fundamental de impor ordem à experiência *online*” (2021, pg. 82), que produz uma fronteira ideológica com função de validar se

---

<sup>36</sup> Neguentropia é o negativo da entropia, se esta diz respeito à desorganização informacional, a capacidade neguentrópica da ciência diz respeito à possibilidade de organização da informação e estabelecimento da verdade.

determinado conteúdo é falso ou verdadeiro de acordo com qual lado da fronteira o emissor da mensagem ocupa.

Tais elementos são importantes para se compreender as dinâmicas dos debates *online* sobre urnas eletrônicas e fraude eleitoral. Podemos perceber que, experiências pessoais com urnas defeituosas são utilizadas para apontar sinais de fraude - “eu-pistemologia”; teorias conspiratórias são inventadas para se explicar resultados eleitorais desfavoráveis - elos causais ocultos; assim como todas essas narrativas, em um contexto de forte polarização política, dizem respeito à lógica amigo-inimigo. Tais aspectos serão mais bem explorados no capítulo 4. Por ora, cabe apresentar os termos sobre os quais o debate em torno das urnas eletrônicas tem sido realizado ao longo dos últimos 28 anos no Brasil.

## **2.2. Voto eletrônico vs. voto impresso: uma controvérsia**

A implementação das urnas eletrônicas iniciada em 1996, mas com uso em todo o território nacional a partir de 2000, trouxe mudanças para o comportamento eleitoral e para a democracia em si. Gastaldi e Rosendo (2012) apontam que as transformações na forma de votar do eleitor - que antes se deparava no momento da eleição com uma lista de nomes dos candidatos possíveis e agora precisa registrar de antemão os números dos seus candidatos - produziram pelo menos dois efeitos sobre o comportamento eleitoral: significativa redução na proporção de votos brancos e nulos e maior dificuldade dos candidatos “nânicos” em ganhar expressão eleitoral. A urna eletrônica também tornou o ato de votar mais rápido e inclusivo, ao facilitar o voto aos analfabetos e às pessoas com deficiência visual, por exemplo (Nicolau, 2012; Carvalho, 2021). Além disso, as fraudes eleitorais, antes recorrentes e possíveis através de vários métodos, agora se tornam bem mais difíceis de se praticar e, até então, não existem registros de casos do tipo (Nicolau, 2012; Gastaldi e Rosendo, 2012; Carvalho, 2021).

Durante mais de duas décadas a urna eletrônica passou por diversas atualizações e mudanças incrementais de maneira a reforçar a segurança e a capacidade de auditabilidade do aparelho. Nesse sentido, Isadora Ferrão e colegas (2019) apontam para nove fases de atualização do *hardware* e *software* entre 1996 e 2013, com destaque para a mudança do sistema operacional da Microsoft - utilizado a partir de 2002 - para o Linux - implementado em 2009 - baseado em código aberto, com o objetivo de “promover a unificação dos sistemas usados nas urnas, reduzir custos, e contribuir para a auditabilidade do código-fonte das urnas” (Ferrão et al., 2019, p. 5). Além disso, o próprio voto impresso já foi testado em 1996 e 2002,

sendo rejeitado pelo TSE. No entanto, a discussão sobre a impressão do voto tem sido uma constante, e, recentemente, alvo de uma forte campanha de desinformação e deslegitimação do processo eleitoral pela extrema direita.

Diferente do que muitas narrativas supõem, a proposta de impressão do voto não se trata de um comprovante que se leva para fora da seção eleitoral e nem mesmo diz respeito ao retorno das cédulas de papel. Em linhas gerais, o que frequentemente se propôs foi o acoplamento de uma impressora à urna eletrônica, que seria responsável pela impressão de uma contraprova física do voto em pelo menos uma porcentagem significativa das seções eleitorais. Quando da impressão do voto, o eleitor nem mesmo tocaria no papel, apenas teria que confirmar seu voto uma segunda vez, conferindo-o na impressão em papel, que cairia em uma urna física. Seus defensores afirmam que tal procedimento seria fundamental para garantir maior transparência ao processo eleitoral e permitir uma auditabilidade mais acurada do *software* da urna. As demandas por maior transparência e auditabilidade produziram tensionamentos ao longo dos anos que resultaram em atualizações do sistema, mas nunca na implementação das impressoras. Como veremos, esse impasse foi sendo radicalizado por atores antidemocráticos a partir de narrativas fraudulentas e teorias conspiratórias.

Em face a tais narrativas e teorias com vistas a produzir desconfiância em relação às urnas eletrônicas e ao sistema eleitoral, principalmente pela acusação de falta de transparência, o TSE introduziu, em 2022, o “Plano de Ação para Ampliação da Transparência do Processo Eleitoral” (TSE, 2022). O plano teve como objetivo ampliar a participação de atores externos ao TSE como modo de incrementar a confiança social no processo eleitoral. Nesse sentido, foram propostas e implementadas dez medidas que merecem ser, ainda que brevemente, citadas: 1) Instituição da Comissão de Transparência das Eleições - CTE; 2) Instituição do Observatório de Transparência das Eleições - OTE; 3) Antecipação da inspeção dos códigos-fonte nas dependências do TSE; 4) Aperfeiçoamento do Teste Público de Segurança - TPS; 5) Publicação dos códigos-fonte; 6) Ampliação da participação das entidades fiscalizadoras na Cerimônia Preparatória das Urnas; 7) Evolução dos Testes de Integridade das Urnas Eletrônicas; 8) Publicação dos arquivos Registros Digitais dos Votos - RDV - e dos Logs das Urnas; 9) Incentivo da conferência dos Boletins de Urna - BUs - pelos mesários; e 10) Fortalecimento da comunicação institucional.

Vale notar, ainda, que o sistema eletrônico de votação utilizado no Brasil é único. Não só por se tratar de uma tecnologia nacional, mas também porque o país pode ser considerado a única democracia de grande porte que utiliza máquinas de votar DRE - *direct recording*

*electronic* - em todo o território nacional e sem impressão dos votos. De acordo com levantamento realizado pelo *International Institute for Democracy and Electoral Assistance - IDEA*, a maioria dos países ainda realiza eleições com cédulas de papel e, os países que recorrem à votação eletrônica, o fazem junto com a impressão do voto, pelo menos em uma porcentagem das urnas utilizadas. Além disso, países como os EUA, utilizam métodos mistos de agregação das preferências eleitorais, variando de estado para estado<sup>37</sup>.

Nas próximas páginas, o debate em torno do desenho tecnológico da urna eletrônica brasileira será explorado a partir de diferentes abordagens. A primeira parte será dedicada a compreender os argumentos favoráveis ao modelo de sistema eletrônico de votação que utilizamos. A parte seguinte tem como objetivo sintetizar os argumentos críticos ao voto eletrônico e favoráveis ao voto impresso. Sem a pretensão de abordar tais perspectivas de forma exaustiva, o objetivo será demonstrar as principais divergências das argumentações entre os defensores da urna totalmente digital e os defensores de alguma forma de impressão do voto. Enquanto a argumentação dos primeiros passa pela compreensão de que as urnas eletrônicas foram fator decisivo para a abolição das fraudes e maior estabilidade e eficiência do processo eleitoral brasileiro (Nicolau, 2012; Gastaldi e Rosendo, 2012; Carvalho, 2021; Tavares e Moreira, 2011; Camarão, 2021; Machado e Oliveira, 2021), a argumentação do segundo grupo é no sentido de apontar a falta de transparência inerente a um sistema totalmente digital, assim como a impossibilidade de uma auditoria adequada do *software* sem uma contraprova física, ou seja, o voto impresso (Brunazo Filho e Cortiz, 2006; Aranha et al., 2013; Aranha et al., 2018; Graaf, 2017; Marcacini e Barreto Jr., 2019; Ferrão et al., 2019). Por fim, realiza-se um balanço do debate em face à ameaça antidemocrática representada pelos discursos de deslegitimação das urnas eletrônicas propagados por Bolsonaro e apoiadores, com destaque para o princípio de que não há um sistema eleitoral ideal, mas sim modelos que melhor se adequam à realidade de cada país (Santano, 2022).

### **2.2.1. A defesa do voto eletrônico: estabilidade e eficiência**

Nota-se, em primeiro lugar, que as produções acadêmicas voltadas à compreensão do processo eleitoral que defendem o projeto de urna eletrônica que vigora, ou seja, o de uma urna totalmente digital, partem principalmente da área do direito (Tavares e Moreira, 2011;

---

<sup>37</sup> É possível acessar a base de dados do *IDEA International*, apresentada de forma interativa e facilitada, no link: [https://www.idea.int/data-tools/data/question?question\\_id=9349&database\\_theme=327](https://www.idea.int/data-tools/data/question?question_id=9349&database_theme=327). Acesso em: 22/03/2024.



Camarão, 2021; Carvalho, 2021; Machado e Oliveira, 2021), com alguns exemplos também na ciência política (Nicolau, 2012; Gastaldi e Rosendo, 2012). Boa parte dessa produção, se encontra publicada pelo próprio TSE em seus cadernos de Estudos Eleitorais, assim como outras eventuais publicações do Tribunal, mas não só. Tais estudos demonstram, através de relatórios e uma série de dados, que a implementação das urnas eletrônicas, associada à gestão independente, centralizada no TSE e baseada em legislação homogênea em todo o território nacional, geraram efeitos de maior confiabilidade, eficiência e estabilidade do processo eleitoral, principalmente se levarmos em conta a perspectiva histórica do voto no Brasil, marcada por diversos tipos de fraudes.

Desde o código eleitoral de 1932 - época da criação do próprio TSE - que a democracia brasileira flerta com a ideia de uma máquina de votar como forma de viabilizar a automatização do processo eleitoral. Houve tentativas nesse sentido, em especial projetos apresentados durante a década de 1960 e 1970, muitas vezes sob iniciativa de Tribunais Regionais Eleitorais - TREs - específicos, mas sem sucesso. A Justiça Eleitoral viria a iniciar seu processo de informatização com a decisão, em 1986, logo após a redemocratização, pelo recadastramento digital dos eleitores. Esse processo foi acompanhado da instalação dos parques computacionais do TSE, dos TREs em todos estados da federação, assim como das milhares de zonas eleitorais Brasil afora, além, é claro, da implementação de uma rede que interliga todas essas instalações. A urna eletrônica em si, viria a ser projetada a partir de 1994 com sua primeira utilização em eleições municipais no ano de 1996. Neste ano, ela foi utilizada apenas em cidades com mais de 200 mil habitantes. Sua utilização avançou nas eleições nacionais e estaduais de 1998 para 57% do eleitorado e, em 2000, todos os eleitores brasileiros já utilizavam a nova máquina de votar (Camarão, 2021; Carvalho, 2021).

Escrevendo uma década após sua nacionalização, André Tavares e Diogo Moreira (2011) avaliam que a urna eletrônica brasileira foi um sucesso por se sustentar na melhora de três qualidades do processo eleitoral: eficiência, transparência e segurança. Como exemplo de eficiência, os autores chamam atenção para o fato de que, com as urnas eletrônicas, o resultado eleitoral passou a ser divulgado na mesma noite do dia da votação. O eleitor e a eleitora no Brasil sabem que, no mesmo domingo em que acordam para depositar seus votos nas urnas, dormirão com o conhecimento dos resultados oficiais. A celeridade da totalização e apuração dos resultados é tida, nessa perspectiva, como uma vantagem, além de fator de confiabilidade e segurança, se comparada a casos de eleições em que os cidadãos demoram

dias ou até mais de uma semana para saberem os resultados, enquanto desconfianças sobre o processo vão sendo inflamadas pelos atores políticos (Tavares e Moreira, 2011). Segundo os autores, a segurança das urnas eletrônicas também pode ser atestada pela: realização dos TPS, que começaram em 2009 a partir da adoção do *software* Linux; da votação paralela, que funciona como uma votação simulada em que pessoas depositam votos na urna eletrônica e votos em papel em uma urna física, os quais, posteriormente, serão conferidos entre si; assim como várias auditorias já realizadas por universidades e outras instituições externas ao TSE. Também vale ressaltar que o fato de as urnas não serem conectadas à internet dificulta enormemente qualquer tentativa de invasão do sistema por *hackers* e fraudadores externos. Tais procedimentos, somados à transmissão ao vivo dos votos apurados no dia da eleição, também seriam responsáveis por conferir transparência à urna eletrônica brasileira<sup>38</sup>.

Destaca-se ainda que, à época em que Tavares e Moreira (2011) escreviam, a urna eletrônica desfrutava de ampla aceitação por parte da sociedade brasileira, mesmo entre aqueles que tinham dificuldades em utilizá-la. Os autores mobilizam em seu artigo dados produzidos pela Sensus Pesquisa e Consultoria a partir da realização de 2000 entrevistas, que demonstraram que 85% dos respondentes não sentiram dificuldades ao votar e 94,4% aprovaram a urna eletrônica. Os bons resultados concernentes ao processo eleitoral em si se alinham à percepção positiva da população em relação à urna eletrônica para produzir um cenário de estabilidade nunca antes visto na vida política nacional.

Reflexões mais recentes sobre a segurança e confiança no sistema eletrônico de votação brasileiro, apesar de reconhecerem a existência de críticas, continuam a reafirmar a história de sucesso da urna eletrônica rememorando o passado, em que pleitos eram recorrentemente maculados pela alta incidência de fraudes. Argumenta-se pelo fato de que houve um evidente avanço no sentido de controlar as fraudes eleitorais, sendo a urna eletrônica a principal personagem desse combate (Carvalho, 2021). Para além da perspectiva histórica e das características da urna eletrônica supracitadas, recorre-se também, como argumento favorável ao atual sistema de votação, ao papel exercido pelo TSE. Em elogio ao desenho institucional que cerca a realização de eleições no Brasil, Volgane Carvalho afirma que:

---

<sup>38</sup> No entanto, veremos a seguir que certos especialistas divergem fortemente no que diz respeito à segurança e transparência do processo eleitoral baseado no uso de urnas eletrônicas.

A posição de vanguarda do Brasil no que diz respeito à informatização do sistema de votação e totalização dos votos decorre do fato de ter sido o primeiro e único país do mundo a informatizar todas as etapas de uma eleição – a identificação do eleitor, a votação secreta, a apuração (a contagem dos votos de cada uma das urnas) e a totalização (a soma dos votos de todas as urnas). Além disso, o Brasil destaca-se por ter englobado as três primeiras fases eleitorais num mesmo equipamento, ou seja, na urna eletrônica, o que é característica própria do sistema eleitoral informatizado brasileiro. [...] Em boa medida, esse sucesso decorre da existência de um órgão judicial independente como fiador do sistema, diferentemente de outros países que preferem atribuir tal mister a departamentos do Executivo que dificilmente conseguem comprovar a necessária imparcialidade para a organização e condução de eleições. (Carvalho, 2021, p. 60)

Nesse sentido, destaca-se como diferencial positivo em relação a outros países o fato de as eleições serem realizadas por uma única instituição, independente do Executivo, que possui um controle totalmente informatizado sobre o processo eleitoral. O que, veremos a seguir, é tido por alguns como um ponto de crítica no que diz respeito à transparência e participação pública no âmbito das eleições.

### **2.2.2. A defesa do voto impresso: transparência e auditabilidade**

A maneira como o TSE e aliados se posicionam oficialmente a respeito das urnas eletrônicas como um caso de sucesso é chamada ironicamente por Mendes (2010) como uma “história bem-comportada e de sucesso de um coletor eletrônico de voto” (Mendes, 2010, p. 23). Nessa perspectiva, as críticas seriam minimizadas, quando não abafadas, para que se possa exaltar os resultados em termos de eficiência e estabilidade. Para que fique claro, o entendimento da maioria dos críticos e partidários do voto impresso, é de que realmente não há nenhuma prova de fraude nas urnas eletrônicas. No entanto, afirmam que ela não é capaz de produzir tal prova caso realmente houvesse alteração do sistema. É nesse sentido que as críticas se desenvolvem, sobre problemas na capacidade de auditabilidade e deficiências de transparência da urna totalmente digital. Problemas que seriam resolvidos pela produção de uma contraprova física dos votos, ou seja, a impressão do voto.

As já mencionadas contestações de Leonel Brizola, de que “perdemos o direito à recountagem” e “cadê o papelzinho?”, vieram a ganhar força no trabalho de Amílcar Brunazo Filho e Maria Aparecida Cortiz (2006). O livro, intitulado “Fraudes e Defesas no Voto Eletrônico”, é dedicado a Brizola e busca explorar no plano teórico as possibilidades de fraudes nas urnas eletrônicas, assim como propõe soluções para se defender

institucionalmente de tais fraudes, dentre elas a impressão do voto para possibilitar a recontagem. Chama a atenção a maneira como Brunazo Filho e Cortiz rememoram o caso da empresa Proconsult, em 1982, nas eleições para governador do estado do Rio de Janeiro. A primeira eleição em que se utilizou sistema computacional para a totalização dos votos, também foi marcada por uma comprovada fraude arquitetada pelos militares através de instituições como o Serviço Nacional de Inteligência - SNI - e a Polícia Federal - PF, assim como as Organizações Globo, para impedir a vitória de Brizola, um dos principais opositores do regime (Brunazo Filho e Cortiz, 2006). No entanto, com o apoio da mídia, a fraude foi exposta e impedida (Carvalho, 2021). A atuação de Brunazo Filho em questionar a segurança do voto eletrônico foi constante ao longo de vários anos, com destaque para o seu site, Voto Seguro, no ar desde 1998 e com atualizações até 2019. Lá é possível encontrar uma ampla variedade de materiais críticos à urna eletrônica<sup>39</sup>.

Durante a primeira década de utilização das urnas eletrônicas no Brasil, as críticas se davam, principalmente, de maneira especulativa e oriundas de um incômodo associado à ausência de conhecimento por parte do eleitorado em relação ao real funcionamento do aparelho. No entanto, a partir do momento em que se iniciaram os TPS, em 2009, grupos externos ao TSE, advindos principalmente dos departamentos de ciências da computação das universidades brasileiras, passaram a notar vulnerabilidades no sistema e engrossar uma percepção de que, talvez, as urnas não fossem tão confiáveis como propagava o TSE e concordava a população. Sem dúvida, a figura mais proeminente a levantar tais críticas foi Diego Aranha. Suas duas participações nos TPS foram cruciais, em 2012 e 2017.

Em sua primeira participação no TPS - que, de forma simplificada, podem ser descritos como tentativas de *hackear* a urna para propor medidas de segurança -, Aranha e sua equipe (2013) afirmam ter encontrado uma série de vulnerabilidades, que, de forma geral são descritas por eles como: 1) proteção inadequada do sigilo do voto; 2) cifração inadequada; 3) utilização de algoritmos obsoletos; 4) formulação inadequada do modelo de atacante; 5) processo de desenvolvimento defeituoso; e 6) verificação insuficiente de integridade. Nessa rodada do TPS, os cientistas computacionais conseguiram, por exemplo, desembaralhar a ordem dos votos relacionando o número do título do eleitor com os votos depositados na urna, demonstrando a fragilidade do sigilo do voto, assim como descobrir as chaves criptográficas que protegem o sistema. De modo que atestam que vários:

---

<sup>39</sup> Ver: <http://www.brunazo.eng.br/voto-e/>. Acesso em: 15/09/2023.

[...] dos recursos implementados no *software* da urna eletrônica não representam mecanismos de segurança, mas apenas de ofuscação, não resistindo a colaboradores internos ou atacantes persistentes. Como vários dos problemas encontrados resultam de falhas arquiteturais ou premissas inadequadas de projeto, é improvável que a intervenção pontual em algumas dessas questões resolva as causas fundamentais para a sua ocorrência. É imprescindível que se execute revisão crítica completa dos processos de desenvolvimento de *software* [...] (Aranha et al., 2013, p. 2)

Em 2017, a participação do professor Diego Aranha junto com outra equipe de colaboradores voltou a identificar o problema de armazenamento das chaves criptográficas e foram além, demonstrando a possibilidade de execução de código arbitrário na urna eletrônica, que poderia modificar praticamente qualquer funcionalidade do sistema (Aranha et al., 2018). Ou seja, seria possível produzir um código externo e inseri-lo nas urnas de forma a alterar profundamente seu funcionamento e comprometendo sua integridade. Uma das ações de fato realizadas pelos cientistas computacionais foi o de associar o número de um determinado candidato à imagem de outro. Sendo também virtualmente possível, portanto, que em uma urna alterada, ao digitar o número de um candidato, o voto fosse registrado para outro.

Além de suas participações nos TPS, Diego Aranha também se apresentou como figura pública em defesa do voto impresso nas redes sociais, programas de televisão, entrevistas a jornalistas e audiências no Congresso Nacional. A impressão do voto é defendida por ele por se caracterizar como uma contraprova física para se auditar, não o processo eleitoral como um todo, mas o *software* das urnas, garantindo a possibilidade de recontagem e a certeza de que o programa é íntegro. Aranha também encabeçou o projeto “Você Fiscal”, que incentivava a participação pública na conferência dos dados da urna a partir do boletim de urna e atuou nas eleições de 2014 e 2016, em 2018 o site do projeto já estava desativado<sup>40</sup> (Marcacini e Barreto Jr, 2019).

O voto impresso também vai ser defendido com base nos princípios democráticos de transparência e auditabilidade pública das eleições (Marcacini e Barreto Jr., 2019; Van de

---

<sup>40</sup> Tal desativação, provavelmente, tenha sido decorrente da apropriação que a campanha de Jair Bolsonaro vinha fazendo dos argumentos levantados por Aranha, assim como do projeto “Você Fiscal”. Como demonstrado por Vinhas e Prates (2020), por mais que, tanto Aranha, quanto Bolsonaro, compunham a rede de críticas às urnas eletrônicas, Aranha não queria se ver associado à campanha de extrema direita e considerava “terrível” a apropriação que tais atores políticos vinham fazendo da pauta do voto impresso.

Graff, 2017). De acordo com Jeroen Van de Graaf (2017), a urna eletrônica pode ser entendida como uma “caixa preta”, no sentido de que:

baseia-se na filosofia de “segurança por obscuridade”, de acordo com a qual os detalhes do projeto de um sistema devem ser mantidos secretos para evitar que a segurança seja comprometida. Esta filosofia de projeto certamente faz sentido em muitos casos, em contextos militares por exemplo. Mas não faz sentido no projeto do processo central de uma democracia: a eleição. [...] O problema é que, no Brasil, para acreditar no resultado das eleições, é preciso ter fê cega nas autoridades eleitorais. Nenhuma confirmação independente da correteude do resultado da eleição é possível, pois não é possível recontar os votos. E esta é a forma como o sistema foi construído: é uma caixa preta, cujo funcionamento interno é conhecido apenas por um pequeno grupo de técnicos do TSE. (Graaf, 2017, p. 9)

É nesse sentido, portanto, que a maior parte das críticas sobre as urnas eletrônicas são tecidas. O sistema eletrônico de votação no Brasil é, no mais das vezes, interpretado por esses pesquisadores como pouco transparente, dependente de um *software* no qual já se foram verificadas vulnerabilidades e gerido pelo TSE de forma centralizada e tecnocrática, portanto, pouco afeita à participação e à crítica pública. Com base nisso, a maior vulnerabilidade apontada por tais críticos é em relação a técnicos e funcionários internos do TSE, os principais agentes com acesso à urna que poderiam ser corrompidos e levados a realizar fraudes potencialmente indetectáveis. Além do mais, pontos que são levantados pelos defensores da urna eletrônica, como o fato de o Brasil ser um caso excepcional e de vanguarda, são vistos com bastante desconfiança por esses críticos. Se isso fosse verdade, afirmam eles, outros países já teriam adotado modelo semelhante ao longo das duas últimas décadas. O que se percebe, na realidade, é que vários dos que testaram modelos desse tipo acabaram por voltar atrás, como a Alemanha e a Holanda, sob o entendimento de que o procedimento de votação deve ser compreensível para o eleitor (Marcacini e Barreto Jr., 2019; Van de Graff, 2017; Aranha et al., 2013; Aranha et al., 2018).

### **2.2.3. Considerações sobre a proposta de impressão do voto**

Evidência de que há uma significativa controvérsia envolvendo o sistema eletrônico de votação, em especial no que se refere à proposta de impressão do voto, é o embate entre o posicionamento do TSE, favorável às urnas eletrônicas, e o de alguns técnicos externos, que historicamente têm levantado dúvidas sobre a confiabilidade de um sistema inteiramente baseado em *software*. Importante destacar que tal tensionamento também foi responsável por

impulsionar atualizações e melhorias do próprio *software*. Tal controvérsia existe desde o início da implementação das urnas eletrônicas, com destaque para as eleições de 2002 em que o módulo de impressão externo - MIE - foi acoplado a uma parcela de aproximadamente 3% das urnas, com o objetivo de testar a viabilidade do voto impresso. Enquanto a constatação do TSE foi de que a impressão do voto gerava problemas no âmbito do sigilo do voto, dos custos da eleição e da eficiência da votação por apresentar problemas técnicos acima do normal (TSE, 2003), o relatório realizado pela Sociedade Brasileira de Computação - SBC - reconhece que houve problemas, mas ainda assim afirma que a impressão do voto é uma “peça chave para realizar um sistema eleitoral auditável” (Graaf e Custódio, 2002, p. 21). Esse é o embate apresentado acima e que acompanhou toda a história das urnas eletrônicas.

Como forma de balizar o debate, recorro ao artigo "*As narrativas e as necessidades: o sistema eletrônico de votação brasileiro a partir de uma análise de políticas públicas*", de Ana Cláudia Santano (2022). A autora busca analisar a proposta de impressão do voto apresentada na PEC 135/2019, distinguindo o que seriam as narrativas fraudulentas sobre o sistema eleitoral e o que seriam as reais necessidades para se manter uma democracia saudável. Desse modo, parte de algumas premissas importantes. Em primeiro lugar, a compreensão de que a legitimidade democrática está assentada em transparência e confiança, não podendo se reduzir à dimensão procedimental do “estilo minimalista e ‘schumpeteriano’” (Santano, 2022, p. 76). Em segundo lugar, que a legitimidade democrática também se relaciona à confiança nas autoridades eleitorais, que devem estar abertas ao contato com a cidadania. Em terceiro lugar, sabendo que não existe e nem existirá um sistema eleitoral melhor do que outro, cada um deve ser elaborado de acordo com as necessidades e contextos sociais específicos de cada país. Por fim, a compreensão de que aprimorar um sistema significa, antes de tudo, não retroceder em conquistas e aspectos já superados.

Preocupada com os rumos desinformativos que o debate vinha tomando, Santano (2022) procura refletir sobre a terminologia utilizada no debate para propor uma conceituação que evite instrumentalizações semânticas que o desvirtuem. Nesse sentido, ela afirma que o termo “voto impresso” é impreciso. Outros termos também são usados e se mostram inadequados por diversos motivos: “cédula impressa”, que não tem a ver com o sistema eletrônico e lembra os métodos antigos do voto em papel; e “voto auditável”, que desvirtua o debate por supor que não há auditoria. O termo “comprovante de voto” seria o que mais se aproxima, mas “o real objeto do debate é o que se chama de *independent voter verifiable*

*record*<sup>41</sup>, que produz dois registros de votos independentes entre si e que permitem auditoria cruzada, não precisando esse ser exclusivamente em papel.” (Santano, 2022, p. 80) Tal definição se mostra importante por propor que a solução para uma suposta falta de transparência da urna eletrônica poderia ser resolvida por outros métodos que não a impressão do voto. Nesta dissertação, no entanto, faz-se o uso mais corrente de “voto impresso”, por assim ter se estabelecido no debate público ao longo dos anos, sendo, inclusive, a única dessas propostas com real possibilidade de ser implementada através da deliberação parlamentar.

As acusações levianas de fraude eleitoral se intensificaram em 2018 e nos anos seguintes (Ruediger e Grassi, 2020), sob ameaças da extrema direita, em especial nos discursos de Jair Bolsonaro. Tais ameaças deram o tom do debate da PEC 135/19, votada em agosto de 2021, enquanto tanques do Exército desfilavam à porta do Congresso Nacional<sup>42</sup>. Diante do cenário de radicalização e instrumentalização política de um debate técnico, o TSE buscou novas estratégias (TSE, 2022) visando a aumentar a legitimidade frente à população (Santano, 2022). Nesse sentido, o artigo de Santano (2022) se destaca por fazer uma análise pormenorizada da proposta de voto impresso, demonstrando uma série de cuidados e decisões delicadas que deveriam ser tomadas para que tal medida não prejudicasse a integridade das eleições. Partindo do princípio que não existe um sistema eleitoral ideal *a priori* e que mudanças não podem comprometer os avanços já alcançados até o momento, seu raciocínio nos leva a concluir que a proposta de impressão do voto não é viável no Brasil, sobretudo em um contexto político de polarização afetiva e incentivo ao uso da violência contra adversários. Entendimento ao qual me alinho.

As críticas dirigidas contra o sistema eletrônico de votação recorrentemente se apoiam em uma ideia de maior transparência e participação popular nos processos de auditoria e contagem de votos. Mendes (2010) chega a afirmar que o TSE age de forma tecnocrática e que cabe aos eleitores um papel passivo nas eleições. Sob Bolsonaro, no entanto, cabe o questionamento de que tipo de “participação” poderia se esperar durante uma provável recontagem de votos. Vejamos, por exemplo, uma importante dimensão do discurso bolsonarista apontado por Miguel Lago (2022):

---

<sup>41</sup> Para uma compreensão mais clara, pode-se usar o termo traduzido para o português: registro independente e verificável do voto.

<sup>42</sup> Ver:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-10/bolsonaro-atropela-com-tanques-de-guerra-a-derrubada-do-voto-impresso-na-camara.html>. Acesso em: 16/09/2023.



O discurso de Bolsonaro é direcionado a todo aquele que tem poder, ainda que seja um poder dentro de uma situação subalternizada. É o dono da birosca que tem poder sobre o garçom, o pastor de porta de garagem sobre seu fiel, o marido que deseja submeter sua esposa, o guarda da esquina que tem poder sobre os transeuntes, o motorista que tem poder sobre os pedestres e ciclistas, o cafetão que tem poder sobre a prostituta, entre tantos outros. Bolsonaro assobia para quem tem poder e sua mensagem é clara: não tenha medo de exercê-lo. (Lago, 2022, p. 47)

Se compreendemos que o discurso de Bolsonaro tem essa dimensão microfísica de fazer com que detentores de pequenos poderes se sintam autorizados a exercê-lo em nome de seus desejos, o que esperar de uma multidão revoltada com sua derrota eleitoral e com direito de questionar resultados em cada uma das seções eleitorais pelo país, participando da recountagem dos votos? A luta travada por Bolsonaro pela aprovação da PEC 135/2019, parece ter tido, como primeiro objetivo, a produção de desconfiança a respeito do processo eleitoral. No entanto, caso houvesse sido aprovada e implementada, seria o meio perfeito para a produção do caos no dia da eleição, com possibilidade de sérias ameaças à integridade eleitoral. Nesse sentido, devido às particularidades sensíveis do atual momento histórico no Brasil, o uso de uma urna totalmente eletrônica se justifica.

No entanto, apesar de reconhecer os perigos da introdução do voto impresso em tempos de radicalização política, a crítica de cientistas da computação às urnas eletrônicas evidencia uma fragilidade inerente ao seu desenho tecnológico: sua opacidade. Como demonstrou Graaf (2017), a urna sem a impressão do voto é necessariamente um aparelho dependente de *software* baseado no princípio de segurança por obscuridade. Mesmo que o TSE se esforce em convidar observadores e auditores externos, ela continua sendo um aparelho incompreensível para a população, que precisa ter confiança. Confiança a qual é disputada discursivamente por diferentes atores políticos em um contexto de crise epistêmica. A partir desse entendimento, busca-se, a seguir, refletir a partir dos estudos CTS, sobre como o desenho da urna eletrônica guarda formas específicas de politização e ordenamento das eleições, além de se configurar como uma pré-condição de enunciação de discursos conspiracionistas sobre ela.

Na próxima seção, serão apresentadas algumas teorias do campo de estudos CTS com breves reflexões sobre como podem ser aplicadas interpretativamente ao caso das urnas eletrônicas. Tal abordagem busca argumentar pela possibilidade de análise das dimensões políticas de disputa sobre as urnas eletrônicas levando em consideração as características tecnológicas de tal artefato.

### 2.3. O imbricamento entre tecnologia e política

Em artigo clássico dos estudos sobre tecnologia e sociedade, Langdon Winner (1980) nos questiona no título: “artefatos têm política?” O argumento apresentado pelo autor busca ir além de uma visão de senso comum sobre as tecnologias, que as entendem como neutras, como se fosse apenas de responsabilidade dos usuários o bom ou mau uso que façam dela. Winner (1980) demonstra não só como arranjos tecnológicos possibilitam determinadas formas de ordem social, havendo aí algum grau de flexibilidade do desenho e gestão da tecnologia, mas avança para argumentar que determinadas tecnologias são inerentemente políticas e demandam formas específicas de gestão – cujo exemplo mais emblemático é o da bomba atômica e da energia nuclear, que demandam, necessariamente, um controle militar, técnico e hierarquizado. Desse modo, podemos entender sua “teoria de política tecnológica” como uma proposta de:

[...] tomar os artefatos tecnológicos seriamente. Em vez de insistir que nós reduzamos tudo imediatamente ao jogo das forças sociais, a teoria da política tecnológica sugere que nós prestemos atenção às características dos objetos técnicos a aos significados dessas características. Um complemento necessário e não uma substituição das teorias da determinação social da tecnologia, esta abordagem identifica certas tecnologias como fenômenos políticos em si próprias. (Winner, 1980, p. 123 – tradução de Fernando Manso)

Tal compreensão nos ajuda a encarar a urna eletrônica como um artefato inerentemente político. Ela é obviamente política por seu papel central na democracia brasileira, armazenando e contabilizando votos que serão traduzidos em representação; mas também é um artefato que produz ordenamentos específicos sobre a realização de eleições que derivam diretamente do seu desenho tecnológico. O debate sobre se a urna deve imprimir ou não os votos, que se arrasta desde 1996 até a atualidade, diz respeito justamente a isso: sobre uma determinada forma de ordenamento político e jurídico das eleições. Deve-se conferir protagonismo a uma instituição independente, mesmo que amparada em uma rede de *accountability*, em nome da eficiência, sob um hipotético risco de fraude interna? Ou deve-se imprimir registros impressos e convidar a população a atuar mais diretamente na auditoria do sistema e na contagem dos votos, sob o risco de fraudes múltiplas e já conhecidas? Será a urna eletrônica sem impressão do voto um artefato político que demanda, necessariamente, uma coordenação “tecnocrática” da democracia brasileira?

O estudo da disputa sobre as urnas eletrônicas brasileiras também nos leva a uma dimensão inescapável da contemporaneidade, a saber: a tensão entre tecnocracia e democracia (Feenberg, 2018) ou entre especialistas e cidadãos (Fischer, 2003). Frank Fischer (2003) chama atenção de que essa tensão pode ser considerada uma das principais dimensões políticas da democracia contemporânea. Na entrada do século XXI, o autor percebe uma contradição entre uma sociedade cada vez mais tecnocrática ao passo que os níveis de confiança nas autoridades e de legitimação do sistema democrático vinham caindo a cada ano na maior parte das democracias ocidentais. Nesse sentido, Fischer defende que a participação popular em temas geralmente restritos aos técnicos poderia significar maior legitimidade democrática. A participação social e as medidas de responsividade, no entanto, nem sempre são vistas com bons olhos pelos técnicos em posições de poder, pois atores externos acabam apontando questionamentos e problemas que demandam reconfiguração das rotas estabelecidas desde cima.

Andrew Feenberg (2018) argumenta em sentido semelhante ao de Fischer (2003) ao desenvolver sua teoria crítica da tecnologia e afirma que toda a discussão sobre a democratização da tecnologia tem como pano de fundo seu oposto, ou seja, a tendência tecnocrática das sociedades modernas. Com foco nas relações entre as disciplinas técnicas e o mundo da vida, a teoria crítica da tecnologia de Feenberg afirma que há um confronto entre diferentes racionalidades nesse âmbito. Contra a visão tecnocrática que vê nas tecnologias apenas a racionalidade técnica - que é um tipo de racionalidade dentre várias - há a percepção de que “as disciplinas técnicas combinam ideias das ciências com muitos outros elementos de origem social, legal e tradicional” (Feenberg, 2018, p. 19). Independente dos desejos de controle exclusivo dos tecnocratas, as tecnologias mediam as relações sociais e, nesse sentido, criam grupos sociais que reagem às tecnologias que os conformam. Toda tecnologia acaba possuindo, portanto, um “código técnico”, compreendido como uma “especificação técnica que corresponde a um certo significado social” (Feenberg, 2018, p. 22).

A esfera técnica não é independente do seu contexto, ou neutra, mas subdeterminada por considerações puramente técnicas. As controvérsias sobre os valores não se podem reduzir a problemas técnicos porque a tecnologia já é, por si, um empreendimento valorativo. Seja, por exemplo, o papel da estética no projeto de automóveis e os debates éticos, em medicina, acerca do aborto e do direito dos pacientes. Cada domínio da tecnologia revela combinações semelhantes de valores e de fatos no projeto de dispositivos e sistemas. (Feenberg, 2018, p. 19)

De acordo com Feenberg (2018), portanto, interessa às humanidades compreender as dimensões sociais, legais, políticas e valorativas que estão impregnadas em qualquer tecnologia. É sobre tais dimensões, inclusive, que se desenvolvem disputas políticas. Nesse sentido, não podemos tomar a urna eletrônica com um artefato puramente técnico. Em seu “código técnico” decidido em meio a disputas, muitas delas desconhecidas, encontram-se determinadas formas de politização da sociedade. O embate entre voto eletrônico e voto impresso não diz respeito unicamente ao seu funcionamento. A discussão sobre o bom ou mal funcionamento da urna eletrônica, seja imprimindo ou não os votos em papel, é atravessada por uma série de valores e concepções políticas sobre como deve ser a democracia.

A partir da compreensão da urna eletrônica enquanto artefato político em disputa (Winner, 1980; Fischer, 2003; Feenberg, 2018), podemos considerar as proposições de Bruno Latour (2000) para o estudo de controvérsias sociotécnicas. Segundo Latour, há que se abrir as caixas pretas da ciência para a compreensão das dinâmicas da “ciência em ação”. Ele explica: “a expressão caixa preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai.” (Latour, 2000, p. 14) Ainda argumenta que, quando descobertas científicas e invenções tecnológicas se estabelecem, acabam por se tornar caixas pretas: artefatos e conceitos aos quais os cientistas não voltam mais a eles e apenas os utilizam como dados a partir dos quais se realizam novos trabalhos. No entanto, “incerteza, trabalho, decisões, concorrência, controvérsias, é isso que vemos quando fazemos um *flashback* das caixas-pretas certinhas, frias, indubitáveis para o seu passado recente” (Latour, 2000, p. 16).

Futuramente, com base na compreensão de que controvérsias sociotécnicas são uma constante na contemporaneidade, Latour viria a propor uma nova abordagem para o estudo da sociedade, considerando-a não em sua abordagem clássica como produto da interação entre humanos, mas tomando-a como uma complexa rede que envolve humanos e não-humanos. A teoria ator-rede de Latour (2012), busca uma compreensão mais ampla do fenômeno social ao considerar como actantes, não apenas os humanos sempre vistos como atores, mas também os animais e artefatos tecnológicos, por exemplo. A teoria ator-rede é uma das principais abordagens para se compreender a relação entre política e tecnologia e foi usada em pesquisas sobre as urnas eletrônicas no campo das humanidades (Mendes, 2010; Vinhas e Prates, 2020).

O historiador Paulo Sérgio Pinto Mendes (2010) foi o primeiro, em sua tese de doutorado, a buscar compreender as urnas eletrônicas enquanto uma construção sociotécnica. Pelas lentes latourianas, o pesquisador optou por compreender a urna eletrônica em sua dimensão controversa. Deixando de lado a metodologia “tradicional” da história, que enxerga os artefatos tecnológicos pela ótica do progresso, Mendes (2010) realiza uma história-construção da urna eletrônica, em que coloca em evidência não os seus resultados, mas os processos sociais que a cercam. Nesse sentido, escrevendo em um momento histórico de ampla aceitação social da urna eletrônica, o autor reforça a compreensão do artefato tecnológico como uma caixa preta e busca reconstruir sua história demonstrando as disputas, controvérsias e questionamentos sem resposta que foram deixados pelo caminho. De maneira geral, seu trabalho aponta para um caráter tecnocrático e pouco transparente da atuação, até aquele momento, do TSE, o qual conseguiu, através da formação de alianças fortes, consolidar, à época, a percepção de que as urnas eletrônicas são seguras e eficientes.

A teoria ator-rede compreende as controvérsias sociotécnicas como processos de tradução, estabilização e contestação de certos enunciados. Partindo dessa perspectiva e em período mais recente, entre 2014 e 2018, Vinhas e Prates (2020) analisam, também via teoria ator-rede, os processos de estabilização e desestabilização do enunciado “as urnas eletrônicas são confiáveis”. Tal enunciado varia entre realidade e ficção, tomadas como uma questão de perspectiva, de acordo com as movimentações de actantes diversos que compõem uma rede do programa - que atua para conferir legitimidade e confiabilidade à urna eletrônica - e uma rede antiprograma - que busca refutar a confiabilidade das urnas. Importante notar que Vinhas e Prates chamam atenção para duas estratégias distintas adotadas pela rede antiprograma:

A primeira figura na necessidade de abertura da caixa-preta da tecnociência que sustenta a confiabilidade da urna, como um caminho para o fortalecimento da confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro, apontada pelo professor Aranha. A segunda consiste na arguição político-ideológica em que grupos políticos-partidários lançam suspeitas em relação às urnas eletrônicas como forma de questionar o resultado de escolhas democráticas potencialmente distintas das de seu interesse, como mostram as mensagens da família Bolsonaro. (Vinhas e Prates, 2020, p. 33)

Desse modo, os autores apontam para diferentes abordagens da crítica em relação às urnas eletrônicas. Uma primeira de caráter mais técnico que visa a uma melhoria do processo eleitoral, e uma segunda de caráter propriamente político que, de certa forma, apropria-se dos argumentos levantados pela primeira, sequestrando o debate para alcançar objetivos específicos de poder.

Por mais que argumente-se pelo imbricamento entre tecnologia e política, na análise discursiva que segue as enunciações políticas e as enunciações técnicas e científicas são compreendidas como diferentes tipos de discurso (Pinto, 2006). Por mais que se cruzem na prática social cotidiana, as enunciações técnicas e científicas se diferenciam das propriamente políticas, principalmente por sua origem e pela forma como se colocam no debate público. Mais à frente, demonstra-se como o discurso político de Bolsonaro, amparado em uma retórica conspiracionista, apropria-se de termos técnico-científicos sobre as urnas eletrônicas como forma de deslegitimá-las e galgar avanços de caráter autoritário. Desse modo, em complemento a Vinhas e Prates (2020), por mais que, tanto os técnicos críticos das urnas eletrônicas, quanto o bolsonarismo, compõem uma mesma rede, os grupos se diferenciam por suas estratégias retóricas e seus posicionamentos em relação à democracia. Se os primeiros não a questionam e argumentam pelo voto impresso como modo de reforçá-la, Bolsonaro e seus aliados sequestram o debate em busca de degradá-la.

#### **2.4. Ciência, discurso e conspiracionismo**

As práticas discursivas do bolsonarismo, com destaque para o discurso sobre fraude eleitoral, têm sido estudadas recentemente por várias pesquisadoras e pesquisadores (Rocha, 2023; Recuero, 2020; Rosa e Bianco; 2022; Pereira, 2022). No entanto, a ideia de que a linguagem é um componente fundamental para os confrontos políticos (Tarrow, 2013), para a legitimação de instituições e estruturas de poder (Van Leeuwen, 2012), assim como para a própria constituição da realidade social (Berger e Luckmann, 1985) são bem mais antigas.

Se levarmos adiante a reflexão sobre a urna eletrônica enquanto um artefato político, em busca de compreender a dimensão discursiva que a cerca, podemos pensá-la a partir do que aponta David Beer (2016) sobre o poder social da noção de algoritmo. O autor defende que cabe às ciências sociais, não apenas identificar efeitos que algoritmos têm sobre a sociabilidade, mas, antes de tudo, compreender como a ideia de algoritmo é apropriada socialmente. Apesar da urna eletrônica não ser um algoritmo, por não ser fundamentada em um sistema que toma decisões, mas apenas agrega preferências, a complexidade e a opacidade de seu código-fonte permitem diferentes apropriações sociais sobre o que ela é capaz de produzir em termos de determinação social. Nesse sentido, a reflexão a partir de Beer (2016) se justifica, pois, assim como para os algoritmos das plataformas de mídias sociais, não basta

compreender a sua funcionalidade técnica e seus impactos sobre a sociedade, cabe refletir sobre os discursos que são produzidos a partir da existência desse artefato.

Como propõe Beer (2016), a partir de Foucault (1972), a verdade é produzida discursivamente. Desse modo, a percepção da verdade sobre o código-fonte das urnas eletrônicas se constrói não apenas pelos seus efeitos materiais na realidade social, mas é apreendida pelos indivíduos a partir da interação que estes têm com ela e, principalmente, com os discursos que são produzidos sobre ela. Daí que se o Presidente da República e seu grupo político com recursos econômicos empreende uma campanha de difamação contra as urnas eletrônicas, afirmando que são inseguras e fraudáveis, cresçam os sentimentos de desconfiança em relação a ela em meio à opinião pública, assim como em relação ao ordenamento político e jurídico relacionado. A mídia extrema de apoio a Jair Bolsonaro (Rocha, 2023) foi capaz de ativar o imaginário de parcelas significativas da população brasileira de que o código-fonte da urna eletrônica tem sido manipulado para dar a vitória eleitoral ao PT.

Um dos principais pilares da compreensão do discurso enquanto estruturante da verdade e peça fundamental nas disputas políticas é o filósofo Michel Foucault. Em sua aula inaugural no *Collège de France*, em 1970, Foucault (2012) apresenta seus projetos de pesquisa àquele momento e aponta para a importância da compreensão das ordens de discurso, que dizem não sobre o significado dos enunciados em si, mas sobre “as condições de emergência do dizer”, ou sobre os “controles que balizam aquilo que é passível de ser enunciado, estabelecendo condições de seu funcionamento” (Mendonça et al, 2021b). Desse modo, acredito que o caráter totalmente digital das urnas eletrônicas brasileiras se configura como uma pré-condição do discurso conspiracionista contra ela, em especial em sua dimensão de apropriação de argumentos técnicos. Obviamente, não é um impeditivo para alegar fraude, vide o caso de Trump nos EUA, que fez o mesmo sob um outro ordenamento eleitoral, mas é uma pré-condição dos tipos específicos de enunciados percebidos no caso brasileiro.

Pretende-se avançar, sob essa perspectiva, um argumento sobre o fenômeno mais amplo da desinformação, que visa a compreender uma complexidade que vai além da dicotomia “falso x verdadeiro”. Acredita-se que a ideia de que a verdade é construída discursivamente (Foucault, 2012), assim como a própria verdade científica é estabelecida após disputas (Latour, 2000; Latour, 2012), ajude em tal compreensão. Além disso, é notório que os discursos normalmente classificados como “negacionistas”, não se pautam somente pela oposição aos conhecimentos científicos, sendo comum que campanhas de desinformação

utilizem uma retórica que reivindica a autoridade científica como forma de legitimar seus posicionamentos, explorando controvérsias sociotécnicas de maneira politicamente interessada. Um exemplo disso pode ser percebido a partir de estudos referentes à atuação do governo Bolsonaro no âmbito da pandemia de Covid-19.

Galhardi e colegas (2020) em levantamento sobre desinformação nas redes sociais durante a pandemia de Covid-19, apontam que 71,4% das mensagens fraudulentas que circulavam no Whatsapp durante o primeiro mês de pandemia apontavam a Fiocruz como fonte das informações. Ruediger (2021), em estudo junto a equipe da FGV sobre pseudociências no Twitter, também demonstrou que era comum que defensores do tratamento precoce fizessem reivindicações científicas como forma de legitimar seus posicionamentos. No entanto, não tratavam dos métodos e procedimentos que levaram a determinados resultados e recomendações de ações referentes ao vírus, tais como a realização de tratamento precoce com cloroquina. A figura do cientista e dos institutos de pesquisa é apropriada, na maior parte das vezes, apenas como avalizadora de determinados posicionamentos.

Já Duarte e Benetti (2022), analisam os discursos e posicionamentos de Bolsonaro sobre o vírus para afirmar que não se trata apenas de negacionismo, ou um embate entre ciência e ideologia. Para esses pesquisadores, Bolsonaro, em um contexto de incertezas sobre o novo vírus, não negava a validade do conhecimento científico em si, mas explorava as controvérsias como modo de lançar dúvidas sobre as credenciais da Organização Mundial de Saúde - OMS, acusando-a de estar contaminada ideologicamente. De modo um tanto quanto contraintuitivo ao que se apresentava no debate público, Duarte e Benetti (2022) demonstram como Bolsonaro e seus apoiadores, em referência a estudos e recomendações alternativas, avançavam uma ideia transcendental da ciência, reforçando seu suposto aspecto de total neutralidade, ao acusar as instituições de saúde de contaminação ideológica. Tal argumento aponta para a dinâmica de conflito amigo-inimigo como definidora do estatuto da verdade em um regime de pós-verdade emergente (Cesarino, 2021), assim como para a presença de teorias conspiratórias que, sabemos, eram propagadas por Bolsonaro (Kalil et al., 2021). Portanto, indo além da simples negação de determinados enunciados cientificamente estabelecidos, há uma exploração estratégica dos debates científicos com vistas a objetivos políticos.

Parece ser possível afirmar, com base na discussão realizada acima, que dado o novo ambiente comunicacional em que nos encontramos, novas ordens de discurso se tornam possíveis na medida em que o saber científico institucionalmente estabelecido perde proeminência. No novo regime de pós-verdade (Harsin, 2015), novas condições de



emergência do dizer se apresentam, possibilitando, portanto, novas articulações discursivas. Foi, de certo modo, o que busquei demonstrar ao citar o trabalho de Cesarino (2021) sobre como a “eu-pistemologia”, os elos causais ocultos e o antagonismo amigo-inimigo se caracterizam como elementos importantes para a formulação dos discursos na contemporaneidade.

Na atualidade das redes plataformizadas, uma forma específica de enunciação tem ganhado espaço, não só no imaginário popular, mas também na condução de governos: as teorias conspiratórias (Uscinski, 2020; Muirhead e Rosenblum, 2019; Aggio, 2021; Cesarino, 2021; Cesarino, 2022). No decorrer deste trabalho, buscarei interpretar os discursos que alegam fraude eleitoral contra as urnas eletrônicas como um tipo de teoria conspiratória que não necessariamente nega o conhecimento científico, mas explora controvérsias sociotécnicas ao mesmo tempo que produz antagonismo político ao apontar inimigos. Entendendo o conceito de teoria conspiratória como uma explicação de fatos passados, presentes ou futuros, que vai contra as versões propagadas pelas autoridades epistemológicas e pressupõem a ação secreta de grupos poderosos agindo contra o bem comum (Uscinski, 2020). Enquadra-se, portanto, com a ideia de que o TSE trama em segredo contra a vontade popular por meio de fraude eleitoral para eleger candidatos do PT.

Vale mencionar também as contribuições de Muirhead e Rosenblum (2019) para a compreensão de que há uma nova tendência conspiracionista, característica de novos líderes populistas como Donald Trump e, acrescento, Jair Bolsonaro. De acordo com o autor e a autora, o que há de novo é a ausência de uma teoria mais elaborada e o apelo à repetição, o que parece estar relacionado ao novo ambiente de abundância informacional. Tal estratégia política de comunicação tem como consequência a deslegitimação da democracia. Em suas palavras, ao contrário do “conspiracionismo clássico”<sup>43</sup>:

O novo conspiracionismo é algo diferente. Não há demanda meticulosa por provas, não há acúmulo exaustivo de evidências, não há pontos revelados para formar um padrão, não há exame minucioso de operadores tramando nas sombras. O novo conspiracionismo dispensa o fardo da explicação. [...] O que valida o novo conspiracionismo não são evidências, mas repetição. (Muirhead e Rosenblum, 2019, p. 3 - tradução minha)

---

<sup>43</sup> Muirhead e Rosenblum (2019) argumentam que havia um “conspiracionismo clássico” marcado por uma tentativa real de encontrar certas evidências e construir teorias convincentes, por mais que isso fosse feito com apego a hipóteses conspiratórias raramente abandonadas.

Isso se perceberá a partir da análise de discurso de Bolsonaro sobre as urnas eletrônicas, uma vez que, mesmo explorando uma controvérsia sociotécnica, não apresentava apenas uma teoria sobre fraude eleitoral. Elas eram várias e tinham como objetivo legitimar a crença na fraude eleitoral mais pela repetição de variados “indícios” do que pela formulação de teorias convincentes. Muirhead e Rosenblum (2019) ainda argumentam que o novo conspiracionismo não é utilizado como forma de propor uma nova ordem social ou tem como meta a derrocada da democracia. Acredito ser possível argumentar contrariamente ao que propõe essa tese. Talvez por escrever antes do fim do governo Trump e, obviamente, antes do fim do governo Bolsonaro, a autora e o autor não haviam ainda testemunhado a recusa a aceitar os resultados eleitorais e as investidas violentas contra poderes legitimamente constituídos. Desse modo, o conspiracionismo como modo de governo, o que chamei anteriormente de populismo conspiratório, parece ter o objetivo não só de desgastar a confiança na democracia, mas também de propiciar uma esfera pública tão contaminada pelas possibilidades de conspiração que as conspirações reais de tais líderes sejam justificadas.

Nesse sentido, alinho-me mais ao que aponta Camilo Aggio (2021), de que a estrutura narrativa das teorias conspiratórias cumpre o papel de dar sentido a arremedos de verdade e alegações falsas, e busco argumentar que elas são utilizadas de forma estratégica, pelo menos por Bolsonaro, para mascarar e normalizar seus próprios desejos conspiratórios. A dimensão estratégica de tal discurso se apresenta, dentre outras formas, pelo modo como explora controvérsias sociotécnicas e aponta inimigos que, supostamente, faltam com a verdade em nome de interesses particulares e em detrimento do bem comum.

Neste capítulo, buscou-se demonstrar, de início e à luz de dados sobre o aumento da desconfiança popular nas urnas eletrônicas ao longo dos últimos anos, o atual contexto de crise epistêmica e ascensão de um regime de pós-verdade com efeitos sobre a confiança em sistemas peritos. Em seguida, foi apresentado o debate que cerca a urna eletrônica desde a sua implementação, demonstrando os principais argumentos dos que defendem o voto eletrônico e dos que defendem o voto impresso. Também me permiti algumas considerações sobre o debate em face aos perigos antidemocráticos. Logo após, recorri aos estudos sociais sobre ciência e tecnologia para evidenciar a existência de uma controvérsia sociotécnica sobre as urnas eletrônicas e argumentar que o seu caráter totalmente digital carrega uma opacidade inerente que se configura como uma pré-condição para a emergência de um discurso conspiratório. Por fim, busquei argumentar sobre o modo como controvérsias sociotécnicas têm sido exploradas através de discursos conspiratórios que não necessariamente negam a

ciência, mas se apoiam em sua autoridade para fazer avançar determinados objetivos políticos. No capítulo que segue, será apresentada a metodologia de análise de discurso utilizada para a análise dos discursos de Bolsonaro contra as urnas eletrônicas.

### **CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA**

Buscou-se até aqui traçar o contexto da crise da democracia brasileira, assim como uma abordagem teórica adequada para o debate em torno da confiança nas urnas eletrônicas. A problemática pode ser resumida em três dimensões fundamentais, consideradas como as pré-condições de enunciação do discurso que se pretende analisar. Em primeiro lugar, a emergência de um sentimento antissistema na sociedade brasileira, habilmente capturado pela extrema direita sob a liderança de Jair Bolsonaro, que ascendeu na política brasileira por meio de um discurso e ideologia populista (Mudde, 2017), a qual específico como populismo conspiratório. Em segundo lugar, a existência de uma controvérsia sociotécnica em torno das urnas eletrônicas, tecnologia eleitoral que por mais de década contribuiu para a estabilidade da democracia brasileira, mas que se caracteriza por uma opacidade inerente decorrente de seu desenho tecnológico totalmente digital (Graaf, 2017). E, por fim, uma esfera pública cada vez mais digitalizada, que tem se mostrado ambiente fértil para a desinformação e teorias conspiratórias, apontando para a configuração de um regime de pós-verdade (Harsin, 2015; Cesarino, 2021).

Tais dimensões do problema são a base para o empreendimento que se segue, a saber, uma análise crítica dos discursos de Jair Bolsonaro sobre as urnas eletrônicas e a proposta de impressão do voto. Dada a alta polarização em torno do tema e dos perigos que a deturpação desse debate traz para a legitimidade democrática no país, esta dissertação, com a opção pela análise tridimensional de discurso (Fairclough, 2016) enquanto método, tem como objetivo aprofundar as reflexões sobre o tema, em busca de contribuir com o debate sobre as urnas eletrônicas e melhor compreender os usos que a comunicação populista tem feito dos conhecimentos técnico-científicos.

A presente pesquisa toma a “urna eletrônica” como um objeto-valor central para a análise e busca responder às seguintes questões: 1) quais sentidos e estratégias discursivas Bolsonaro aciona em relação às urnas eletrônicas? E, mais especificamente, 2) como Bolsonaro se utiliza de discursos técnico-científicos em seu objetivo de deslegitimar as urnas eletrônicas? Dessa forma, trabalha-se com a hipótese de que Bolsonaro se apropriou dos argumentos a favor do voto impresso, que historicamente demandavam maior transparência no processo eleitoral, para, na verdade, degradar a confiabilidade nas eleições e na própria democracia tal como estabelecida pela constituição de 1988. A pesquisa busca testar tal

hipótese, mas também explorar outras dimensões do discurso bolsonarista contra as urnas eletrônicas.

Cabe, portanto, neste breve capítulo, apresentar a metodologia a ser utilizada. Ou seja, expor uma compreensão sobre análise de discurso, mais especificamente a análise tridimensional de discurso de Norman Fairclough (2016), assim como apresentar os critérios utilizados na produção do corpo discursivo para análise e na construção de um dispositivo de análise. Fairclough propõe uma perspectiva dialética para se compreender o discurso em sua relação com as práticas sociais, em especial com os processos de mudança e transformação social. Além disso, propõe que a análise de discurso pode ser feita através da análise direta de textos, o que ele nomeou como análise de discurso textualmente orientada - ADTO, levando-se em conta três dimensões do discurso: texto, prática discursiva e prática social. Para compreender sua proposta metodológica e como ela serve aos propósitos desta pesquisa, o capítulo está organizado através das seguintes três seções: 1) análise tridimensional de discurso, em que serão apresentadas discussões sobre o conceito de discurso e sua compreensão em termos de mudança social de acordo com Fairclough (2016); 2) produção do corpo discursivo, em que serão traçadas as técnicas de coleta de dados para a formação de um corpo discursivo representativo do discurso de contestação das urnas eletrônicas empreendido pelo bolsonarismo; e 3) dispositivo de análise, em que argumento pela escolha de determinadas categorias a serem observadas no corpo discursivo, tendo em vista responder às questões de pesquisa.

### **3.1. A análise tridimensional de discurso**

A análise de discurso é um método com origem na linguística, mas é, inevitavelmente, um empreendimento interdisciplinar. Os primeiros estudiosos dessa área mantiveram os objetivos de análise no campo da linguística, com tímidas tentativas de teorização social, o que fortalecia uma visão que entendia o pronunciamento de um discurso como a manifestação individual de cada pessoa. Logo foram criticados por sociolinguistas que apontavam para o fato de que a linguagem tem origem social. Estes frisavam que a fala só pode ser estudada sistematicamente porque estabelece correlações com variáveis sociais, construindo pontes entre a análise linguística do discurso e as ciências humanas (Fairclough, 2016). Nesse sentido, ao se propor uma análise dos discursos de Jair Bolsonaro, especificamente, buscam-se compreender os elementos políticos e ideológicos que compõem seu discurso,

assim como as condições sociohistóricas que permitem que Bolsonaro enuncie determinadas ideias, entendendo-as não como originais desse ator político, mas como tipos de discursos que atravessam suas falas que buscam, antes de mais nada, objetivos autoritários de poder.

A análise de discurso não se trata apenas de uma interpretação de falas e pronunciamentos, mas diz respeito a uma teoria das significações, que tem sido aplicada em diversos contextos, dentre eles, o político. E como nos aponta Celi Pinto (2006), o discurso

[...] é uma tentativa de dar sentido ao real, uma tentativa de fixar sentidos, precária mas exitosa: precária enquanto não essencial e por isso, constantemente ameaçada de ser desconstruída; exitosa porque, no que pese a ameaça, contém uma continuidade histórica. Quando o tema é o discurso político, esta dinâmica é muito simples de ser observada: o que é um discurso político, se não uma repetida tentativa de fixar sentidos em um cenário de disputa? (Pinto, 2006, p. 80)

Os discursos, nesse sentido, são construções de imagens-fins, de identidades, de conceitos; construção e marcação de posições que não existiam antes dele. O discurso existe para disputar a verdade. Nesse sentido, o método de análise de discurso se justifica como ideal para compreender as manifestações de Bolsonaro e da extrema direita brasileira contra as urnas eletrônicas. Entendendo-as como um artefato técnico e político central para o bom funcionamento da democracia brasileira, mas cuja compreensão exata é inacessível para a população, sua apreensão se dá, de fato, pela circulação de variados discursos com pretensão de verdade sobre elas. Desse modo, a construção da legitimidade desse artefato técnico e político se dá através de uma disputa discursiva, uma disputa no campo do simbólico.

Pode-se se dizer que o principal responsável por mudar a forma como se trata e se estuda o discurso, evidenciando sua dimensão social e política, foi Michel Foucault. Interessado pela forma como os discursos das ciências humanas se estabeleciam em estreita relação com as práticas de poder que os mesmos contribuem para legitimar, Foucault definiu os discursos como “práticas que sistematicamente formam os objetos sobre os quais falam” (Foucault, 1972, p. 49), ainda no início de seus estudos, em sua fase “arqueológica”. O filósofo vai além da ideia de que o discurso tem origem no social, de modo que não seria apenas uma reprodução ou reflexo da estrutura social, para afirmar que são as formações discursivas que fixam significados no mundo, formam objetos, estabelecem regimes de verdade e relações de poder.

Foucault, em sua aula inaugural no *Collège de France*, afirmou que “o discurso não é apenas aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta” (Foucault, 2012, p. 10). Sob essa noção geral, ele demonstrou bem a força dos

discursos científicos tidos como verdadeiros no estabelecimento de práticas de poder, não apenas ao nível do Estado, mas, principalmente, ao que denominava como nível microfísico. Na fase “genealógica” de seus estudos, Foucault demonstrou como o desenvolvimento de disciplinas como a psiquiatria, a criminologia, a medicina, dentre outras, estabeleciam práticas de poder concretas. Tais práticas de poder, denominadas por Foucault como poder disciplinar, no âmbito da individualidade dos corpos, e poder biopolítico, que se exercia sobre o corpo da população, se proliferaram durante o desenvolvimento do que entendemos como modernidade e se tornaram evidentes na existência de instituições de sequestro, como o hospital, o manicômio e a prisão (Foucault, 2019).

A contribuição de Foucault, portanto, foi essencial para a compreensão das relações entre o saber e o poder nas sociedades modernas, com destaque para o papel do discurso nessa equação. No entanto, seus estudos sobre a loucura, a sexualidade, a disciplina, dentre outros temas, são criticados por Fairclough (2016) por exacerbar a força de certos discursos como construtores de sistemas de poder e estruturas sociais, deixando ao segundo plano o papel dos contradiscursos, dos conflitos discursivos que disputam a verdade. Nesse sentido, Fairclough trabalha em cima das proposições de Foucault e reconhece sua importância, mas apresenta pelo menos duas críticas a sua concepção genealógica do poder. Em primeiro lugar, afirma que Foucault, em sua análise de caráter genealógico, não tomava a materialidade dos textos como foco de análise. A partir disso, Fairclough defende uma análise discursiva textualmente orientada - ADTO. Em segundo lugar, Fairclough acompanha outros críticos de Foucault no que tange a pouca atenção dada às disputas discursivas e ao problema da mudança social. Nesse sentido, Fairclough defende uma abordagem dialética, tanto entre discursos, como entre discurso e realidade social, em contraposição à abordagem de Foucault, que conferia demasiada força ao discurso como definidor da realidade social.

Dessa forma, a escolha pela proposta metodológica de Fairclough (2016) se dá por dois motivos: 1) sua proposição dialética, que permite levar em conta o caráter conflitivo dos discursos de Bolsonaro contra as urnas eletrônicas em sua busca por mudança política e social; e 2) sua execução textualmente orientada, que permite a definição de um corpo discursivo de análise a se tomar como referência. Portanto, acredita-se ser necessário entender a prática discursiva de contestação das urnas eletrônicas dentro do contexto mais amplo da prática social de ataque às instituições democráticas, através do tensionamento do campo político-ideológico da extrema direita com o TSE e o STF, pois é no conflito com essas instituições que o discurso de contestação às urnas se desenvolve e assume seu caráter

antissistema. Além disso, acredita-se ser de grande utilidade a proposta de realizar a ADTO, pois a transcrição de pronunciamentos em texto proporciona uma sistematização mais acurada do corpo discursivo.

De partida, é necessário compreender a conceituação de discurso elaborada por Fairclough (2016), em sua obra *Discurso e Mudança Social*, escrita em 1992. De maneira geral, o autor aponta para o uso do conceito de discurso ao modo dos linguistas: o discurso como o “uso da linguagem”. No entanto, Fairclough acrescenta que o discurso é uma prática social por ser um modo de ação, uma forma de agir sobre as pessoas e o mundo. Além disso, entender o discurso enquanto uma prática social implica a existência de uma relação dialética entre discurso e estrutura social, sendo a estrutura social condição e efeito do discurso. Fala-se ainda do discurso em sua dimensão construtiva, na medida em que contribui para a construção de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença.

A proposta metodológica de Fairclough está baseada no que ele chama de tridimensionalidade do discurso. Isso significa que, para se compreender a relação entre discurso e realidade social, há que se analisar o discurso em três dimensões. Primeiro, o discurso enquanto texto. A base empírica dessa proposta está na materialidade do texto, na prática que já foi apontada como ADTO. É a partir da análise textual que se depreendem significados encontrados no discurso.

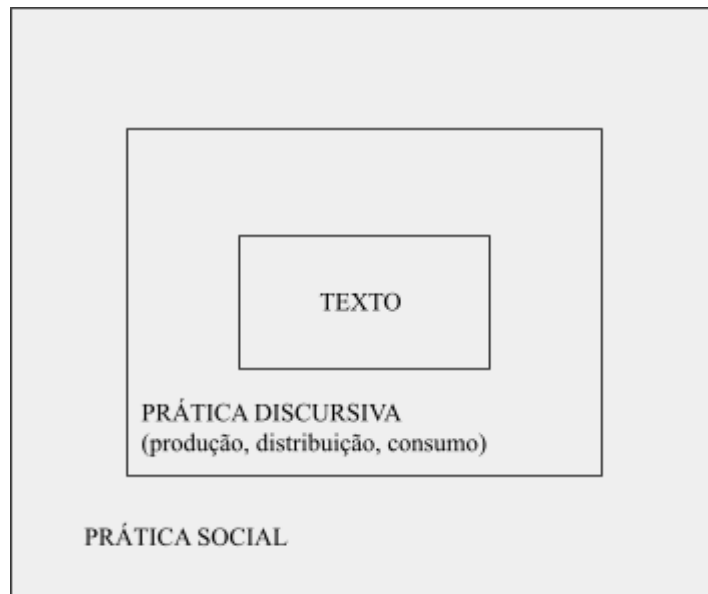
Em segundo lugar, há a análise do discurso enquanto prática discursiva. Nesse âmbito são abordadas suas dimensões de produção, distribuição e consumo textual. No que diz respeito à dimensão produtiva, se pensará, principalmente, a questão da interdiscursividade em relação aos discursos técnico-científicos críticos às urnas eletrônicas. Ao levar em conta sua dimensão distributiva, é possível pensar o discurso de Bolsonaro como uma prática discursiva que se dá em uma esfera pública digitalizada, baseada em novos padrões comunicacionais. E, no que tange a dimensão do consumo textual, busca-se refletir sobre como determinados públicos, com destaque para a parcela mais fiel e radicalizada do bolsonarismo, interpretam o discurso e como este leva a determinadas formas de subjetivação e formação de identidades políticas, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença.

Liga-se a isso, por fim, a dimensão do discurso enquanto prática social, na qual ele é analisado em termos de ideologia e hegemonia. Fairclough (2016) busca conceitos do ideário marxista, a partir de Althusser (1971) e Gramsci (1971), para analisar os discursos em sua dimensão política com potencial para a mudança social. Referente a esse último ponto, busco argumentar pelo modo como o discurso contra as urnas eletrônicas é uma maneira de



compreender o discurso contra a democracia de uma forma que aponta para a possibilidade de mudança ou substituição do regime democrático tal como estabelecido. Vale ressaltar, enfim, que as três dimensões se sobrepõem e são abordadas simultaneamente na análise.

**Figura 2 - A concepção tridimensional do discurso**



Fonte: Fairclough, 2016, p.105.

Segundo Fairclough (2016), a concepção tridimensional do discurso, apresentada na Figura 2:

É uma tentativa de reunir três tradições analíticas, cada uma das quais é indispensável para a análise de discurso. Essas são a tradição de análise textual e linguística detalhada na Linguística, a tradição macrossociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microsociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados. (Fairclough, 2016, p. 104).

Vale ainda, ressaltar as concepções de ideologia e hegemonia utilizadas por Fairclough para fundamentar a dimensão da análise do discurso enquanto prática social. A base teórica do conceito de ideologia é obtida a partir de Althusser (1971), do qual se pode apreender três asserções importantes: 1) de que a ideologia tem existência material na prática das instituições; 2) que ela “interpela os sujeitos”, ou seja, constitui os sujeitos; 3) que os aparelhos ideológicos de Estado são locais e marcos delimitadores na luta de classes. No entanto, Fairclough aponta a contradição na teoria de Althusser ao não trabalhar bem a ideia

de ideologia tanto como “cimento social”, quanto como campo de luta social. Assim, Fairclough entende que as ideologias

[...] são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. [...] As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de ‘senso comum’; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência à ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação. (Fairclough, 2016, p. 122)

Mais à frente, Fairclough vem a afirmar, em resposta à questão de se todo discurso é ideológico, que “as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder” (Fairclough, 2016, p. 126). Desse modo, abre-se um caminho de interpretação a respeito dos discursos técnico-científicos, normalmente marcados por uma suposta neutralidade e anulação do sujeito (Pinto, 2006), que vieram a ser utilizados por Bolsonaro; e, portanto, verificar se há, e em que medida há, elementos que demonstram um investimento ideológico sobre esses discursos. A análise dessa relação, entre discurso político e discurso técnico-científico, é realizada no âmbito da intertextualidade, ou seja, em que medida uma determinada ordem de discurso é atravessada por uma alternativa, oriunda de um outro campo de saber ou prática social. A análise da intertextualidade é de fundamental importância, pois para Fairclough, novas articulações discursivas podem apontar para mudanças hegemônicas. Como no caso do discurso de Margareth Thatcher, analisado pelo autor, que combina elementos contraditórios, como o conservadorismo e o feminismo, para constituir um novo sentido e um novo público que percebe, compreende e concorda com tal sentido.

Reitero que, no que diz respeito ao discurso de Bolsonaro, entende-se o populismo como uma forma de ideologia (Mudde, 2017), a qual acrescento uma adjetivação, populismo conspiratório, por recorrentemente se fundamentar em teorias conspiratórias, as quais cumprem o papel de tensionar a hegemonia da democracia liberal. Desse modo, o investimento ideológico pode ser percebido, por exemplo, pelo modo com que Bolsonaro produz antagonismo político ao apontar grupos e instituições “inimigas”, conseqüentemente produzindo coesão ideológica entre seus seguidores.

Articulação e rearticulação de ordens do discurso são, portanto, um marco delimitador na luta hegemônica. O que nos leva também à necessidade de compreender o conceito de hegemonia, originalmente proposto por Antonio Gramsci (1971). Em certa passagem de sua obra, Fairclough (2016) discorre da seguinte maneira sobre o conceito de hegemonia:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais, em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingindo senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios. (Fairclough, 2016, p. 127-128)

A luta hegemônica, portanto, baseia-se não apenas na dominação no plano econômico e político, mas também na dimensão ideológica e cultural, de forma que o discurso, o convencimento e a busca por consentimento social são o próprio terreno de disputa, tal como já vimos em Foucault (2012). Ao me referir à disputa hegemônica, penso principalmente no conflito entre populismo e democracia liberal e seus tensionamentos sobre o sistema político, abstendo-me aqui, dadas as limitações e objetivos da pesquisa, de tratar de maneira mais profunda as dimensões econômicas que o conceito de hegemonia implica. É possível, nesse sentido, argumentar que o fomento da desconfiança nas urnas eletrônicas por parte de Jair Bolsonaro é não apenas uma estratégia para obter consentimento sobre a contestação de um possível resultado eleitoral desfavorável, mas também uma estratégia populista e conspiratória para enfraquecer as bases sob as quais estão fundadas a democracia liberal no Brasil. E, tal como já vimos no capítulo 1, a ascensão das “novas direitas” no Brasil, desde antes de sua aderência ao bolsonarismo, já se configurava como uma luta hegemônica em oposição aos princípios constitucionais estabelecidos em 1988 (Rocha, 2021).

Diante do exposto até aqui, é possível sintetizar a metodologia do presente trabalho da seguinte maneira. Os textos que integram o corpo discursivo - basicamente as falas de Bolsonaro sobre urnas eletrônicas em suas *lives* semanais no Youtube - devem ser submetidos a uma análise textual e linguística em busca de sentidos e significados associados ao discurso contra as urnas eletrônicas, assim como em busca de elementos de interdiscursividade entre o discurso de Bolsonaro e o discursos de origem técnico-científica. Tais textos compõem uma

prática discursiva, a qual deve ser analisada em sua dimensão de produção textual, com destaque para a interdiscursividade, distribuição em um ambiente de comunicação digitalizado, e consumo, levando em conta os públicos mais radicalizados que apoiam Bolsonaro. Ao nível macrossociológico, ou macropolítico, essa prática discursiva diz respeito a um projeto político de caráter autoritário que demonstra um desejo de invalidar eleições democráticas e, assim, provocar uma ruptura institucional. Tais elementos serão observados simultaneamente a partir da leitura criteriosa de cada um dos textos que compõem o corpo discursivo, que será descrito a seguir.

### **3.2. O corpo discursivo**

Um corpo discursivo, segundo Pêcheux, “é um conjunto de sequências discursivas estruturadas segundo um plano definido em referência a um certo estado de condições de produção do discurso. A constituição de um corpo discursivo é um efeito, uma operação que consiste em realizar por um dispositivo as hipóteses dentro da definição dos objetivos de uma pesquisa” (Pêcheux, 1990, p. 163 *apud* Pinto, 2006, p.95). Em outras palavras, o corpo discursivo, que também pode ser entendido como um conjunto de amostras para a análise de discurso, é um conjunto de textos, ou sequências discursivas, que é construído de acordo com o objetivo da pesquisa e o contexto social, ou seja, as condições de produção do discurso, já explicitadas nos capítulos anteriores.

Para os propósitos desta pesquisa, optou-se por construir o corpo discursivo a partir das *lives* no Youtube realizadas pelo ex-presidente durante o seu mandato, mais especificamente, entre março de 2019 e setembro de 2022. Como muitos dos vídeos transmitidos ao vivo, em geral às quintas-feiras, foram apagados do Youtube, recorreu-se a um banco de dados criado e publicado pela Revista Piauí, que reuniu os áudios destes vídeos, assim como suas respectivas transcrições realizadas de forma automática pela plataforma PinPoint, da Google. Tal banco de dados conta com áudios e transcrições de 181 *lives*

realizadas por Bolsonaro enquanto ocupava o cargo de Presidente da República<sup>44</sup>. O banco de dados foi utilizado para a produção de ao menos duas reportagens da Revista Piauí<sup>45</sup>.

O banco de dados foi então inteiramente baixado e, posteriormente, filtrado a partir de palavras-chave. Como o interesse eram apenas os trechos das *lives* em que Bolsonaro abordava o tema das urnas eletrônicas e do voto impresso, foi feito um trabalho de filtragem desse conteúdo através da busca das seguintes palavras: “urna”, “eletrônica”, “voto”, “impresso”, “auditável”, “TSE” e “fraude”. Do universo de 181 *lives* chegou-se ao conjunto de 34 *lives* em que Bolsonaro, de alguma forma, tratava do tema de interesse da pesquisa e alegava a possibilidade de existência de fraude eleitoral por meio das urnas eletrônicas.

Como aponta a própria nota metodológica da Revista Piauí, que compõe o banco de dados, as transcrições realizadas por meio automático são imperfeitas, contendo erros de ortografia e pontuação. Isso justifica não apenas a variedade de palavras-chave utilizadas para filtrar os trechos de interesse, assim como o trabalho que se seguiu à filtragem, a saber, a limpeza do corpo discursivo. Os trechos selecionados foram, portanto, revisados com o auxílio dos áudios, a fim de corrigir erros ortográficos e gramaticais, assim como inserir as devidas pontuações e entonação.

Obteve-se, portanto, como corpo discursivo, um conjunto de trechos de 34 *lives* realizadas dentro do recorte temporal de 2019 a 2022, que compreende a presidência de Jair Bolsonaro. Há uma variação considerável no que se refere à atenção dada ao tema nas respectivas *lives*. Indo de pequenas menções à possibilidade de fraude nas urnas até uma *live* inteira dedicada ao tema, como ocorreu no dia 29/07/2021, às vésperas da votação da PEC 135/19, referente à implementação do “voto impresso auditável”. Esse é o principal material a ser referenciado na análise. No entanto, vez ou outra serão feitas referências a outras ocasiões, de modo a compor uma cronologia da produção de desconfiança nas urnas eletrônicas.

---

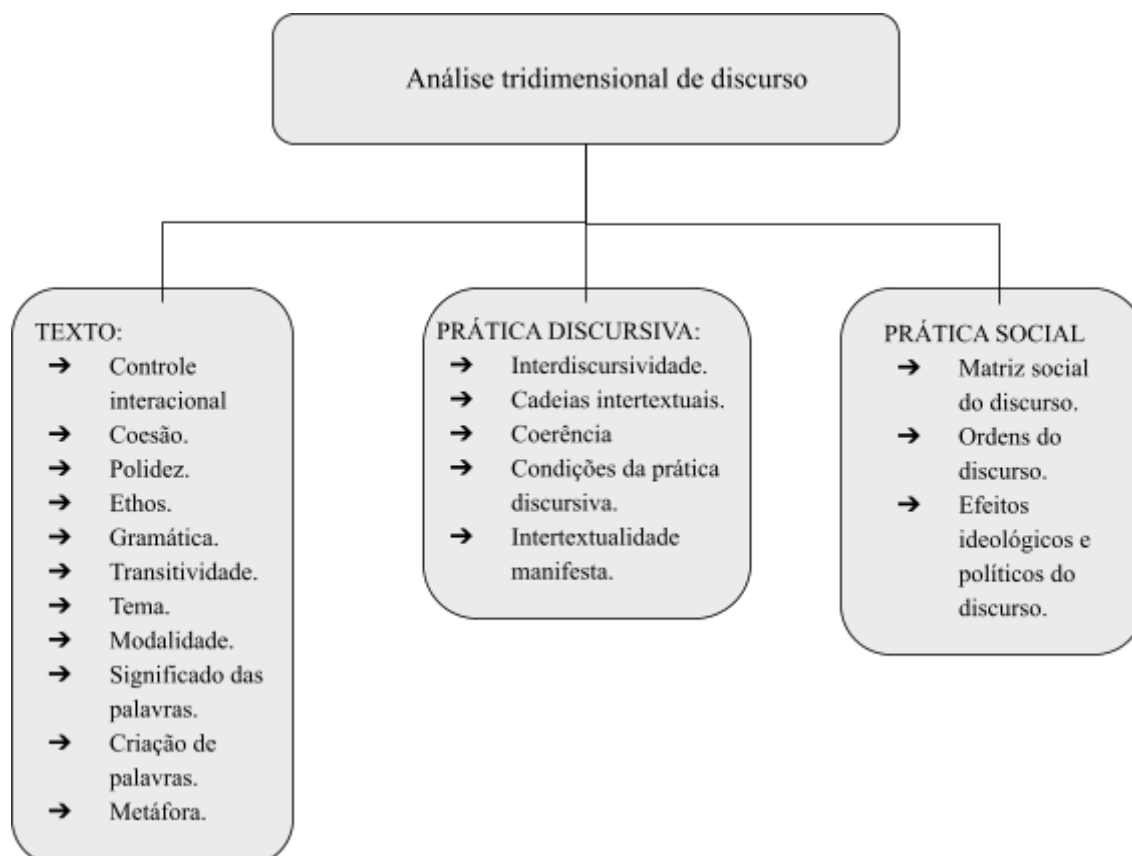
<sup>44</sup> O banco de dados intitulado “Revista Piauí - As lives de Bolsonaro” pode ser acessado através deste *link*: [https://journaliststudio.google.com/pinpoint/search?collection=f101a470b718786b&p=1&docid=86b535685d9619fe\\_f101a470b718786b\\_0\\_0&page=1](https://journaliststudio.google.com/pinpoint/search?collection=f101a470b718786b&p=1&docid=86b535685d9619fe_f101a470b718786b_0_0&page=1). Último acesso em 02/02/2024.

<sup>45</sup> A partir do referido banco de dados, a Revista Piauí produziu a reportagem intitulada “Uma análise visual das lives do golpe” (<https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/uma-analise-visual-das-lives-do-golpe/>) que acompanha o vídeo “A narrativa golpista de Bolsonaro” (<https://www.youtube.com/watch?v=gyBnW2yhn3E>) e uma outra reportagem, que integra a seção “=igualdades”, intitulada “Nas bolsolives, golpismo e obsessão por Lula” (<https://piaui.folha.uol.com.br/nas-bolsolives-golpismo-e-obsessao-por-lula/>).

### 3.3. O dispositivo de análise

A análise de discurso será, portanto, realizada de acordo com as propostas de Fairclough (2016). Isso significa dizer que se baseia em ADTO, por trabalhar sobre um corpo discursivo específico - definido e descrito na seção anterior. Também significa que tal análise será feita tomando como pressuposto a sua perspectiva teórica crítica de considerar o discurso em sua dimensão dialética, como potencialmente reproduzidor ou transformador da estrutura social. De início, serão tomados como base também os critérios apontados pelo autor no último capítulo de sua obra, de caráter mais instrumental, intitulado “A prática da análise de discurso”. Necessárias para compreender as três dimensões do discurso - texto, prática discursiva e prática social - as categorias propostas por Fairclough estão sistematizadas na figura a seguir.

**Figura 3 - Categorias da análise tridimensional de discurso**



Fonte: Fairclough (2016), capítulo 8.

O diagrama acima diz respeito a todas as categorias possíveis para se realizar a análise tridimensional de discurso. No entanto, como aponta Fairclough (2016), “em qualquer análise particular algumas das categorias são provavelmente mais relevantes e úteis que outras, e os analistas provavelmente desejam focalizar um número pequeno de categorias” (Fairclough, 2016, p. 295). Desse modo, entende-se que não é necessário que a análise contemple todas as categorias propostas pelo autor, pois seu uso varia de acordo com os objetivos de cada pesquisa. A seguir apresentarei o dispositivo de análise que será utilizado na presente dissertação, justificando a escolha de cada uma das categorias a serem analisadas.

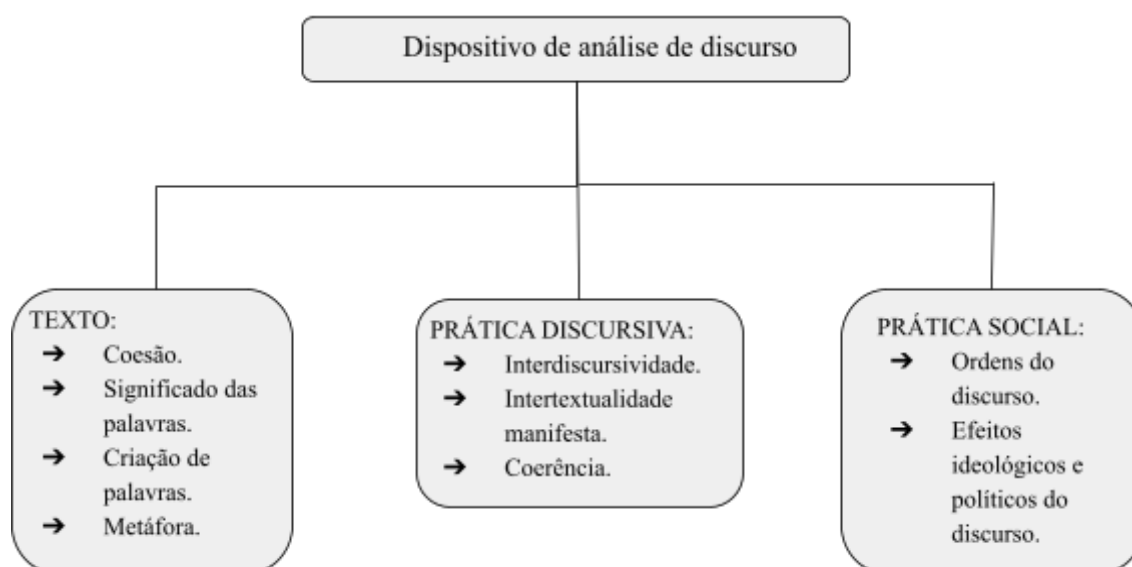
Em primeiro lugar, considera-se importante explicitar por que determinadas categorias serão deixadas de lado. Por exemplo, todas as dimensões que compõem o item controle interacional, que compreendem tomada de turno, estrutura de troca, controle de tópicos, controle de agendas e formulação, não serão utilizadas na análise. Acredita-se que, por dizerem respeito à estrutura textual e, principalmente, à análise de diálogos, a observação de tais aspectos não é de grande relevância para o corpo discursivo que foi produzido, pois o texto completo das *lives* foi recortado para se manter apenas com os trechos que dizem respeito às urnas eletrônicas e, também, porque, pelo que já se pôde observar, mesmo quando estão presentes outras pessoas além de Jair Bolsonaro, a participação destas é secundária e apenas de modo a reforçar as ideias do ex-presidente. Desse modo, a análise da estrutura textual não se justifica, e a análise dos “diálogos” parece ser infrutífera. Outros tópicos possíveis de análise tais como gramática, transitividade e tema, apontam para caminhos de análise que fogem ao objetivo da pesquisa. Vale ressaltar que algumas categorias que foram deixadas de fora do dispositivo de análise, tais como as condições da prática discursiva e a matriz social do discurso, já foram, de certa forma, contempladas nos capítulos anteriores, na medida em que dizem respeito ao contexto social em que se tornou possível a enunciação de determinado discurso.

Desse modo, no que diz respeito à análise do texto - uma das três dimensões do discurso - será analisado o aspecto da coesão, que diz respeito à observação da argumentação por meios dos conectivos entre as orações. Fairclough (2016) afirma que ao demonstrar a maneira como as orações e períodos estão conectados no texto podemos compreender sobre o modo retórico, ou seja, a estrutura do texto enquanto modo de argumentação, de racionalização, de construção de uma narrativa, permitindo, portanto, inferir sobre estratégias discursivas. Além disso, acredita-se que a observação do vocabulário, a saber, significação de palavras, criação de palavras e metáfora, também podem render análises frutíferas.

No âmbito da análise da prática discursiva, que compreende a dimensão de produção do discurso - intertextualidade manifesta e interdiscursividade -, distribuição textual - cadeias intertextuais - e consumo ou interpretação do texto - coerência -, opta-se por se analisar, principalmente, a dimensão de produção. Acredita-se que a análise de cadeias intertextuais fica comprometida por causa dos recortes feitos nos textos completos das *lives*. No que diz respeito à dimensão do consumo, busca-se realizar uma análise da coerência, ou seja, o modo como seus seguidores tendem a interpretar o discurso, principalmente nos termos propostos por Rocha (2023), que fala sobre a adesão irrefletida baseada em dissonância cognitiva por parte das parcelas mais radicalizadas do bolsonarismo. Acredita-se que a partir dessa análise poderá se chegar à compreensão de como se dá o cruzamento de discurso político e discurso técnico-científico no conspiracionismo bolsonarista, assim como inferir sobre a forma como seus seguidores se apropriam dos enunciados.

Por fim, no que diz respeito à prática social, busca-se analisar as dimensões das ordens do discurso e os efeitos ideológicos e políticos do discurso. Acredita-se que é possível argumentar pelo enquadramento do discurso de Bolsonaro dentro de uma ordem discursiva conspiratória, característica de sua prática populista e cada vez mais comum na contemporaneidade digital (Cesarino, 2022). Além, é claro, de teorizar sobre os efeitos políticos e ideológicos desse discurso, o que se faz presente na constituição de sistemas de conhecimento e crença próprios, identidades e relações sociais.

**Figura 4 - Dispositivo de análise tridimensional de discurso utilizado**



Fonte: Fairclough (2016).



Dessa forma, tem-se como proposta final para se realizar a análise tridimensional de discurso desta dissertação o dispositivo de análise representado na figura 4, acima. Fixou-se, portanto, como categorias no âmbito da análise textual: a coesão, em que se analisam conectivos e argumentação, e o vocabulário, por meio da significação de palavras, criação de palavras e metáforas. No âmbito da análise da prática discursiva, o foco está na dimensão de produção textual e consumo textual: intertextualidade manifesta, interdiscursividade - também chamada de intertextualidade constitutiva - e coerência, a partir da qual se pode analisar o consumo textual e se presume a interpretação dos públicos mais radicalizados. Finalmente, enquanto prática social, busca-se compreender o discurso bolsonarista contra as urnas eletrônicas no que ele aponta de mudanças nas ordens do discurso e quais efeitos ideológicos e políticos gera sobre a sociedade.

## CAPÍTULO 4 - BOLSONARO CONTRA AS URNAS ELETRÔNICAS

O presente capítulo tem como objetivo analisar os discursos de Jair Bolsonaro sobre as urnas eletrônicas. A partir do corpo discursivo formado por 34 *lives* transmitidas pelas suas redes sociais, busca-se identificar, a partir de Fairclough (2016) e do dispositivo de análise apresentado no capítulo anterior, características relevantes sobre o seu discurso, de forma que ajude a responder às questões de pesquisa. Nesse sentido, pretende-se compreender os sentidos e estratégias discursivas relacionados ao tema das urnas eletrônicas, assim como compreender a dinâmica de interdiscursividade com as críticas de caráter técnico sobre as mesmas.

O capítulo apresenta a discussão através de sete seções. A primeira seção visa à compreensão do que é a nova linguagem de destruição empregada por Bolsonaro (Lago, 2022; Starling, 2022; Bignotto, 2022), que encontra ressonâncias da linguagem fascista (Piovezani, 2020a; 2020b) e em princípios ideológicos da ditadura militar brasileira (Rocha, 2023). Em seguida, apresento uma organização cronológica do que entendo como um processo de produção da desconfiança em relação às urnas eletrônicas. Nesse sentido, faz-se uma recuperação de discursos de Bolsonaro que datam, pelo menos, desde 2014, além de pesquisas que analisam as dinâmicas de desinformação sobre o processo eleitoral nesse período (Ruediger e Grassi, 2020; Ruediger, 2022). Logo após, proponho a separação do período analisado (2019-2022) em três fases: uma primeira “preparatória”, com poucas menções ao assunto, que compreende os anos de 2019 e 2020; uma segunda fase de intensificação dos ataques às urnas eletrônicas, durante o ano de 2021, marcada pela votação da PEC 135/2019 no Congresso Nacional em 10 de agosto do mesmo ano; e uma terceira fase, em que se dá maior atenção ao papel das Forças Armadas na Comissão de Transparência Eleitoral - CTE, correspondente ao ano de 2022. As duas primeiras seções têm como característica serem mais descritivas, mas são fundamentais para a contextualização das seções seguintes.

A análise de discurso propriamente dita se encontra entre a terceira e a sexta seção do capítulo. Toma-se como base o método proposto por Fairclough (2016), a análise tridimensional do discurso, que entende que a realização da mesma deve ser feita levando em conta as três dimensões simultaneamente. Optou-se, desse modo, por uma organização do capítulo fundamentada em temas de relevância informados pelas costuras do método com a

literatura. São eles: visão de mundo bélica e produção do antagonismo político; indutores da dissonância cognitiva coletiva; interdiscursividade e apropriação da crítica técnica; hegemonia e ordem discursiva conspiratória. Ao final do capítulo, no entanto, encontra-se uma sintetização da análise que coloca em evidência o modo como cada categoria do dispositivo de análise foi observada na prática.

#### **4.1. A língua de Bolsonaro**

Mesmo que atuante na política desde o final da ditadura militar, Bolsonaro começou a se tornar um fenômeno nacional nos anos anteriores a sua eleição em 2018. Pode-se dizer que o principal motivo de sua ascensão como um candidato antissistema foi o uso de uma linguagem própria que, se por um lado provocava repulsa e medo entre a parcela da população com alguma estima pela democracia e pelos direitos humanos, por outro lado conseguiu se conectar com os sentimentos e os valores da parcela mais conservadora e descrente nas instituições representativas, que parecia adormecida politicamente até pouco tempo antes. Em complemento a Miguel Lago, que reconheceu que “Bolsonaro fala uma nova língua” (Lago, 2022, p. 20), Heloísa Starling chegou a propor que “talvez se possa falar de bolsonarismo como o concentrado das propriedades, recursos, papel e funcionamento de uma linguagem específica - a língua de Bolsonaro” (Starling, 2022, p.73). É, portanto, sobre essa dimensão linguística e discursiva inaugurada por Bolsonaro que trata esta dissertação e, mais especificamente, o presente capítulo.

De acordo com Lago (2022), Bolsonaro desafia a ciência política, pois sua ascensão não pode ser explicada a partir do ferramental clássico da disciplina, tal como já vimos a partir de Nicolau (2020). Um dos aspectos que dificulta a compreensão do fenômeno é a incapacidade de ouvi-lo (Lago, 2022). E, na medida em que Bolsonaro nos apresenta uma nova linguagem e uma nova gramática para a política, compreender sua retórica e sua performance discursiva se torna uma tarefa de primeira ordem. “O papel de seus discursos é fundamental, pois, a despeito de não serem escutados ou devidamente compreendidos por seus adversários, comunicam-se com muita gente e calam fundo em parcela extremamente significativa do eleitorado.” (Lago, 2022, p. 34).

Nesse sentido, justifica-se compreender a maneira como Bolsonaro trata determinados temas específicos, com destaque, nesta dissertação, para o caso das urnas eletrônicas, e a capacidade que o ex-presidente teve em produzir desconfiança em larga escala sobre o

sistema eleitoral no Brasil. Para além da literatura que lança o olhar sobre a comunicação política em uma nova esfera pública digital, que continua a amparar a presente análise, busca-se dar atenção especial ao que Bolsonaro, de fato, diz. Desse modo, antes de adentrar o tema das urnas eletrônicas sob a voz de Bolsonaro, pretende-se compreender algumas das principais características de seu discurso, assim como a maneira como este atinge determinados públicos. Tomemos como primeiro exemplo um de seus mais emblemáticos e violentos discursos, precisamente, aquele que o projetou como possível candidato antiesquerda ao Palácio do Planalto, proferido em 2016, ainda na condição de deputado federal, na ocasião da votação do impeachment de Dilma Rousseff:

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, presidente Eduardo Cunha! Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo. Pela nossa liberdade. Contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias. Pelas nossas Forças Armadas. Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é 'sim'! (Jair Bolsonaro *apud* Piovezani, 2020b, p. 175)

Nota-se nesta fala proferida em um momento de grande fragilidade, não só da presidente e do partido a ser deposto, mas também da democracia brasileira em processo de aprofundamento da crise, que Bolsonaro trata os adversários políticos como inimigos desprezíveis, aciona teorias conspiratórias sobre supostos planos de domínio comunista e sexualização de crianças nas escolas, exalta as Forças Armadas e a face mais perversa do regime que impuseram ao Brasil, a tortura.

O bolsonarismo, nesse sentido, vem sendo compreendido por determinados estudiosos como uma linguagem voltada para a destruição (Lago, 2022; Starling, 2022; Bignotto, 2022). João Cezar de Castro Rocha (2023), no intento de definir o bolsonarismo, elenca três elementos que o constituem enquanto uma linguagem política com objetivos autoritários de poder. Em primeiro lugar, uma “insensata tradução de certo aspecto da Doutrina de Segurança Nacional - DSN - para tempos democráticos” (Rocha, 2023, p. 55-56), oriunda da ditadura militar e pautada no princípio de eliminação do inimigo. O segundo elemento se trata do obscuro “livro-vingança” às denúncias de tortura e execuções da ditadura militar publicados em *Brasil: Nunca Mais*, o *Orvil: tentativas de tomada do poder*. “Muito mais do que uma lista caótica dos pecados do inimigo, o documento inventou uma matriz narrativa conspiratória que constitui a essência do bolsonarismo, esclarecendo a origem da arquitetura da destruição que define o movimento” (Rocha, 2023, p.58). Além de justificar os crimes cometidos por

militares como reação às supostas tentativas violentas de implementação de um regime comunista no Brasil, *Orvil* elabora a teoria conspiratória de que, após as derrotas no âmbito militar, a esquerda teria partido para o mundo da cultura e dos livros como forma de realizar uma infiltração lenta, mas eficiente, nas instituições de Estado (Rocha, 2023). Por fim, o terceiro elemento, responsável por garantir coesão ao bolsonarismo em complementação a sua visão bélica de mundo e sua estrutura de pensamento conspiratória, é o sistema de crenças de Olavo de Carvalho. As obras de Olavo de Carvalho são, para Rocha (2023), as responsáveis por atualizar no debate público a lógica de eliminação do inimigo da DSN e as teorias conspiratórias do *Orvil*, cristalizando a retórica do ódio e produzindo analfabetismo ideológico. Em certa complementaridade com Fairclough (2016), que afirma ser o discurso um produtor de determinadas relações sociais e sistemas de conhecimento e crença, Rocha (2023) resume que o “bolsolavismo é um poderoso sistema de crenças dotado de coerência interna paranoica, o que o torna praticamente imune ao princípio da realidade” (Rocha, 2023, p. 62).

Sob outro prisma, aqui compreendido como complementar, Carlos Piovezani, em obra conjunta com o historiador Emilio Gentile, denominada *A Linguagem Fascista*, parte do clássico de Victor Klemperer (2009), *LTI: A Linguagem do Terceiro Reich*, para analisar o discurso de Bolsonaro em paralelo ao discurso de Mussolini, analisado por Gentile<sup>46</sup>. O modo como Bolsonaro se comunica é enquadrado, assim, entre os dois principais expoentes do fascismo. O que faz sentido se levarmos em conta a asserção de Finchelstein, já apresentada anteriormente, de que Bolsonaro é o líder populista que mais se aproxima do fascismo<sup>47</sup>. Afora as comparações, o texto de Piovezani (2020b) é de grande importância por identificar estratégias discursivas que acompanham Bolsonaro em toda a sua trajetória política, algumas das quais serão utilizadas na análise que segue.

Em 03 de setembro de 1986, foi publicado um artigo na revista *Veja* intitulado “O salário está baixo”, seu autor: o então capitão do Exército Jair Messias Bolsonaro. Ali, o capitão se lamuriou sobre a situação orçamentária do Exército na Nova República e demandava melhores condições salariais. Por ter se manifestado sem autorização de seus

---

<sup>46</sup> O livro é composto basicamente por três textos: um primeiro capítulo introdutório em que se recorre à obra de Klemperer (2009) escrito por Carlos Piovezani; um segundo capítulo, escrito por Gentile, que analisa o discurso de Mussolini; e um terceiro, escrito por Piovezani, que analisa o discurso de Bolsonaro. Daqui em diante me referirei apenas a Piovezani (2020a) e Piovezani (2020b), por ser o autor dos textos realmente aproveitados para a presente análise.

<sup>47</sup> Ver: <https://www.intercept.com.br/2020/07/07/bolsonaro-populista-fascismo-entrevista-federico-finchelstein/>. Acesso em: 03/03/2024.

superiores, o ato foi considerado como uma indisciplina e, por isso, Bolsonaro ficou preso por quinze dias. Um ano depois, o capitão foi investigado por ter planejado ataques com bombas-relógio em unidades militares no Rio de Janeiro com o objetivo de pressionar seus superiores, mas acabou inocentado pelo Supremo Tribunal Militar - STM<sup>48</sup>.

O episódio é revelador, não só da índole de agitador afeito a métodos violentos, mas também das estratégias discursivas que emprega. A partir da análise do texto de Bolsonaro na revista *Veja*, Piovezani (2020b) elenca “maquinações e construções de linguagem” que o acompanhariam por toda sua vida pública posterior. São elas: “produção da mentira contrafeita com o que seria sua prerrogativa da verdade e com a denúncia da falsidade de outrem”; “constituição de um *ethos* investido de autenticidade”; “negacionismo”; e “superestimação de si e dos seus”, a qual se relaciona ainda com o “patriotismo” (Piovezani, 2020b, p. 143-144). Somam-se a tais estratégias discursivas, os efeitos produzidos por sua performance oratória, identificados por Piovezani (2020b) ao analisar duas intervenções de Bolsonaro já durante a campanha de 2018: “efeitos de franqueza e identificação de grupo, de veemência e antagonismo e ainda de ameaça e incitação à violência” (Piovezani, 2020b, p. 180 e 181).

Cabe ainda apontar os paralelos que Piovezani encontra com as características identificadas na linguagem do Terceiro Reich (Piovezani, 2020a; Klemperer, 2009). Sob o princípio de “falar às massas para mais bem calar o povo”, expediente traçado por Goebbels e reiterado por líderes populistas ao longo da história, Piovezani identifica na obra de Klemperer os desdobramentos desse objetivo. Para cumprir tal objetivo é necessário fazer com que o povo seja mantido na ignorância e afastado de qualquer possibilidade de reflexão crítica, daí a necessidade de repetir “teorias simplistas que não podem ser rebatidas” (Klemperer, 2009, p. 280 *apud* Piovezani, 2020a, p.12). Complemento apontando o necessário caráter conspiratório de tais teorias que, antes e agora, miram objetivos de poder e constroem narrativas não respaldadas por provas ou raciocínio lógico, mas por elos causais ocultos, o que as torna praticamente impossíveis de serem descortinadas, pois baseadas em crenças profundas e desconfiança das explicações oficiais. Além disso, a leitura de Piovezani aponta para: estratégias de alteração do sentido das palavras e a frequência do seu uso; um “estilo mais do que enfático” (Piovezani, 2020a, p. 12); uma retórica que constantemente recorre ao berro e à vociferação; assim como narrativas que constantemente produzem antagonismo e

---

<sup>48</sup> Ver: <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980>. Acesso em: 03/03/2024.

polarização através da eleição de inimigos comuns, de forma que “a diferença é reduzida a medo, repulsa e chacota, e o diálogo, a ódio, violência e extermínio” (Piovezani, 2020a, p. 15).

A circulação massiva deste tipo de retórica na atualidade, potencializada pela formação de uma midiosfera extremista em uma nova esfera pública digital, tem contribuído, de acordo com João Cezar de Castro Rocha (2023), para a produção do fenômeno da dissonância cognitiva coletiva. Segundo o autor, a retórica do ódio de Bolsonaro, partiu da produção de uma guerra cultural, caracterizada por narrativas polarizadoras calcadas nas pautas de costumes, que levou à política enquanto seita religiosa, finalmente desaguando em atos de terrorismo doméstico. Suas reflexões são importantes, sobretudo, para compreender o processo de radicalização ideológica dos públicos bolsonaristas rumo a enunciados e atitudes cada vez mais extremas. O que encontra respaldo nas observações de Isabela Kalil (2022) sobre um extremismo estratégico de Bolsonaro, que passou do interlocutor “cidadão de bem” ao “patriota”, o apoiador de Bolsonaro preparado subjetivamente para estar cada vez mais disposto a *dar a vida pela liberdade*.

“Um espectro ronda o mundo: o espectro da dissonância cognitiva (coletiva)” (Rocha, 2023, p. 83). Assim o autor inicia um artigo no qual se dedica a explicar o conceito e relacioná-lo à midiosfera extremista. Dissonância cognitiva se trata de “um desconforto subjetivo causado pela consciência da distância entre crenças e comportamentos” (Rocha, 2023, p. 86). O termo foi proposto pelo psicólogo social estadunidense Leon Festinger, em 1957, e aponta para o comportamento típico de seitas e comunidades fundadas em crenças profundas. Na medida em que profecias falham – tal como as consecutivas esperas de 72 horas durante os acampamentos nas portas dos quartéis após a vitória de Lula – o sofrimento subjetivo vem à tona e gera pressões internas aos indivíduos para que seja reduzido. Recorrentemente, percebe-se que, frente à magnitude da dissonância, o que ocorre não é a mudança dos comportamentos, mas mudanças nas narrativas que sustentam as crenças, permitindo reordenar a mesma compreensão de mundo. Segundo Rocha (2023), essa seria a chave explicativa para comportamentos tão pouco afeitos aos fatos e à realidade.

A produção de tal dissonância cognitiva coletiva, assim como sua permanência, é potencializada pela formação de uma midiosfera extremista, na qual circulam notícias falsas e teorias conspiratórias, composta por cinco elementos: 1) as correntes de Whatsapp; 2) uma miríade de canais de Youtube propagadores da radicalização ideológica; 3) as redes sociais; 4) aplicativos específicos da extrema direita; e, finalmente, como elemento externo mas

fundamental à midiosfera extremista, 5) a “mídia amiga”, especialmente a rádio e TV Jovem Pan (Rocha, 2023). Em resumo, nas palavras do autor:

O propósito da midiosfera extremista é a criação de dissonância cognitiva coletiva - temível máquina eleitoral pela transferência para a política da alta intensidade de engajamento das redes sociais. A fim de despolitizar a *pólis*, esteio de seu projeto político autoritário, o bolsolavismo tornou o Brasil um laboratório mundial de criação metódica de realidade paralela. (Rocha, 2023, p.90)

Portanto, é através da midiosfera extremista e com o uso de determinadas estratégias discursivas, as quais encontram paralelo na linguagem fascista e no ideário autoritário do militarismo, que o populismo conspiratório de Bolsonaro avançou sobre a opinião pública brasileira para deslegitimar as instituições e, no que é mais caro para esta análise, as urnas eletrônicas e o processo eleitoral. No caso deste tema em específico, a produção da desconfiança ganha um papel especial, pois se trata da promoção da desconfiança na própria democracia. É a partir das elaborações teóricas acima que se fará a análise das *lives* em que Bolsonaro sugeriu ou afirmou a existência de fraude eleitoral durante o seu mandato. Buscarei demonstrar, em primeiro lugar, uma proposta de organização de uma cronologia sobre a produção da desconfiança nas urnas eletrônicas. Em seguida, a análise vai se deter nas estratégias discursivas adotadas por Bolsonaro para produzir tal desconfiança, a saber: elementos de reiteração da lógica amigo-inimigo, em que ele e os seus são exaltados, ao passo que se constrói a imagem de que atores externos ao seu campo ideológico são inimigos; o modo como determinadas características do discurso de Bolsonaro contribuem para a produção da dissonância cognitiva coletiva; a questão da interdiscursividade com as críticas de técnicos e cientistas da computação sobre as urnas eletrônicas como forma de legitimação das suas acusações de fraude eleitoral; e, por fim, uma proposta de tratar as teorias conspiratórias como uma ordem discursiva em ascensão na contemporaneidade com efeitos de desestabilização democrática.

#### **4.2. Cronologia da produção de desconfiança**

Uma análise “panorâmica” do corpo discursivo, composto pelas *lives* em que Jair Bolsonaro alega fraude eleitoral, permite apontar para três fases do ataque às urnas eletrônicas durante o seu mandato, a saber: 1ª fase com raras menções ao assunto em suas *lives*, que compreende os anos de 2019 e 2020; 2ª fase de intensa produção de desconfiança e



radicalização rumo à votação da PEC 135/2019, que objetivava instaurar o voto impresso, durante o ano de 2021; e a 3ª fase, em que o destaque é da participação das Forças Armadas na Comissão de Transparência Eleitoral, referente ao ano de 2022. Permito-me, no entanto, voltar alguns anos antes, em busca de uma compreensão de como o assunto foi tratado antes mesmo que Bolsonaro se tornasse Presidente da República. Além disso, recorro a pesquisas que auxiliam na compreensão da desinformação veiculada sobre o assunto ao longo do tempo (Ruediger e Grassi, 2020; Ruediger, 2022; Chiodi e Bernardi, 2023).

Como já abordado anteriormente nesta dissertação, as críticas às urnas eletrônicas sempre existiram, apesar de nunca terem sido amplamente conhecidas ou absorvidas pela opinião pública. Tais críticas se dirigiam ao TSE e propunham a impressão do voto. Respalçadas em perspectivas técnicas e em experiências internacionais, tinham como norte o aperfeiçoamento do sistema eleitoral em termos de transparência e auditabilidade, não se configurando como ataques à democracia. Foi após as eleições de 2014, no entanto, que Aécio Neves e o PSDB inauguraram na arena política a crítica às urnas eletrônicas como meio de contestar os resultados eleitorais. Tal movimento não passou despercebido pelo então deputado federal, Jair Bolsonaro. O assunto foi tratado por ele, já com seu típico investimento ideológico de extrema direita, ainda em 2014. A ocasião ganhou repercussão midiática e desdobramentos judiciais pelas ofensas e a acusação de incitação ao estupro contra a deputada federal Maria do Rosário, do PT.<sup>49</sup> Note-se, no entanto, que o trecho do discurso transcrito por Piovezani (2020b), proferido em 9 de dezembro de 2014, do púlpito da Câmara dos Deputados, revela que Bolsonaro já levantava suspeitas contra as urnas eletrônicas, associando-a de forma conspiratória à permanência de partidos de esquerda no poder em países da América Latina:

Não saia não, Maria do Rosário! Não saia, não. Fica aí! Fica aí, Maria do Rosário! Fica! Há poucos dias tu me chamou de esturador, no Salão Verde. E eu falei que não te estuprava, porque você não merece. Fica aqui pra ouvir. (...) Maria do Rosário saiu daqui agora correndo. (...)

Maria do Rosário, por que não falou sobre sequestro, tortura e execução do prefeito Celso Daniel, do PT? Nunca ninguém falou nada sobre isso aqui... tão preocupados com os direitos humanos. Vai catar coquinhos! Mentirosa deslavada e covarde! Eu ouvi ela falando aqui as asneiras dela. E fiquei aqui. Fala do teu governo. O governo mais corrupto da história do Brasil! (...)

O Brasil tá quebrado! Vamos partir pra onde? Pra cubanização, como uma forma de salvar o país? Volta de CPMF, nova alíquota de Imposto de Renda, taxaço das grandes fortunas, um governo canalha, corrupto e imoral! Ditatorial! **Queria também aqui mencionar as questões voltadas para as eleições da Unasul. Descobriu que a**

---

<sup>49</sup> Ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/justica-do-df-torna-bolsonaro-reu-por-incitacao-ao-estupro/>. Acesso em: 03/03/2024.

**urna eletrônica é a garantia de se perpetuar no poder. Governo covarde! Comunista! Imoral! Ladrão!** (Piovezani, 2020b, p. 172)

Já naquele momento, que ficou marcado pelo seu ato mais flagrante de misoginia contra uma parlamentar adversária, afora a retórica odiosa que lhe é particular e toma forma em todo o discurso através da vociferação, percebe-se o intuito em deslegitimar as urnas eletrônicas e o processo eleitoral brasileiro.

No ano seguinte, Jair Bolsonaro seria o responsável por incluir uma emenda sobre a instauração do voto impresso, na ocasião da votação da PEC 13.165/2015, popularmente conhecida como “minirreforma eleitoral”. No dia 28 de abril daquele ano, Bolsonaro tomaria a palavra na Câmara dos Deputados para justificar sua proposta com argumentos conspiratórios:

Sr. Presidente, eu gostaria de tratar de dois assuntos. Nós estamos na reta final de elaboração e votação do relatório da reforma política, e há uma grande preocupação de que todo o nosso trabalho não dê em nada, tendo em vista os vários interesses partidários e individuais envolvidos.

Assim sendo, eu acredito, Sr. Presidente, nobres pares, que a aprovação da Emenda nº 10 a essa PEC, por coincidência emenda de minha autoria, possa resgatar o que há de mais importante numa eleição democrática, que é a sua confiabilidade. A emenda permite o voto impresso ao lado da urna eletrônica, ou seja, o eleitor digita o voto para Presidente até Deputado Estadual, por exemplo, aparece na tela o nome do candidato, ele aperta um botão e assim imprime em um pedaço de papel aquela relação. (...) Vejam como é preocupante a situação. Há poucas semanas, a nossa querida Dilma Rousseff esteve no Equador e assinou uns acordos na UNASUL - que não tem muita diferença do pessoalzinho do Foro de São Paulo -, criando uma unidade técnica de coordenação eleitoral para a América do Sul. **Ou seja, a esquerda descobriu que a maneira mais fácil de se perpetuar no poder é manter essa urna Smartmatic. Pronto, ponto final!** (Palmas nas galerias.)

Com o voto impresso, vocês vão ter a certeza de que votaram para Presidente da República, por exemplo, no Lula, no Aécio Neves, no Ronaldo Caiado, no Jair Bolsonaro, em seja quem for seu candidato em 2018. Assim vocês vão saber que votaram naquela pessoa e que aquele voto foi contado. (Notas taquigráficas da Câmara dos Deputados, 28/04/2015)<sup>50</sup>

A PEC 13.165/2015 foi aprovada. No entanto, em um primeiro momento, a emenda de Jair Bolsonaro foi vetada por Dilma Rousseff sob orientação do TSE e o argumento de que seria necessário um valor de quase 2 bilhões de reais para a sua implementação, o qual não estava previsto na PEC. Posteriormente, o veto de Dilma Rousseff foi derrubado pelo

<sup>50</sup> Ver:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=087.1.55.O&nuQuarto=37&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:12&sgFaseSessao=PE%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=28/04/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txEtapa=Sem%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>.

Acesso em: 02/03/2024.

Congresso Nacional.<sup>51</sup> Já em 2018, ano em que estava prevista a realização de eleições com a impressão do voto, o STF decidiu por sua não implementação, por risco de violação do sigilo do voto<sup>52</sup>. O tema, barrado por decisão judicial, seria então alvo de um volume massivo de notícias falsas e desinformação durante as eleições daquele ano (Ruediger e Grassi, 2020) e novamente utilizado por Bolsonaro para adubar teorias conspiratórias sobre fraude eleitoral. Da cama de hospital, após o atentado à faca que sofreu na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Bolsonaro gravou um vídeo em que transparecia fragilidade e sugeria, novamente, que o voto eletrônico era o meio de se efetivar uma conspiração da esquerda para fraudar eleições:

Em 2015... aproveitei um projeto em andamento na Câmara e emendei o... conseguimos o voto impresso, que era a única garantia que nós tínhamos, em 2018... dizer que quem votou no João, vai contar pro João. Quem votou na Ana, ou na Maria, vai pra Maria. Dilma Rousseff vetou nosso projeto. Vetou nosso projeto. Nós derrubamos o veto. Não podemos deixar de esquecer... que em 2014, em Quito... Eu não vi isso na imprensa brasileira, pode ser que tenha sido publicado algum outro jornal por aí. Dilma Rousseff, em Quito, entre outras medidas... Decidiu criar uma unidade técnica eleitoral sul-americana. O PT descobriu... o caminho para o poder: o voto eletrônico.<sup>53</sup>

O tema da fraude eleitoral e da necessidade do voto impresso para solucioná-la seria não só rememorado por Bolsonaro e aliados políticos em várias ocasiões, mas também um tema constante e crescente no universo da desinformação *online*, o que aponta para a relação entre o bolsonarismo e a midiosfera extremista. A FGV foi responsável por dois estudos que identificaram o volume de notícias falsas que visavam à descredibilização do sistema eletrônico de votação. O primeiro compreendendo o período de 2014 a 2020, coletou *links* e postagens a partir do Facebook e Youtube (Ruediger e Grassi, 2020), e o segundo, ao longo de 15 meses, entre novembro de 2020 e janeiro de 2022, coletou postagens apenas do Facebook (Ruediger, 2022). Abaixo são apresentados os gráficos elaborados pelos pesquisadores que nos ajudam a ter uma noção da evolução de postagens e *links* sobre fraude eleitoral. Optei por apresentar aqui apenas os dados referentes a postagens do Facebook.

---

<sup>51</sup> Ver:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/11/18/congresso-derruba-veto-de-dilma-e-votos-deverao-ser-impessos>. Acesso em: 02/03/2024.

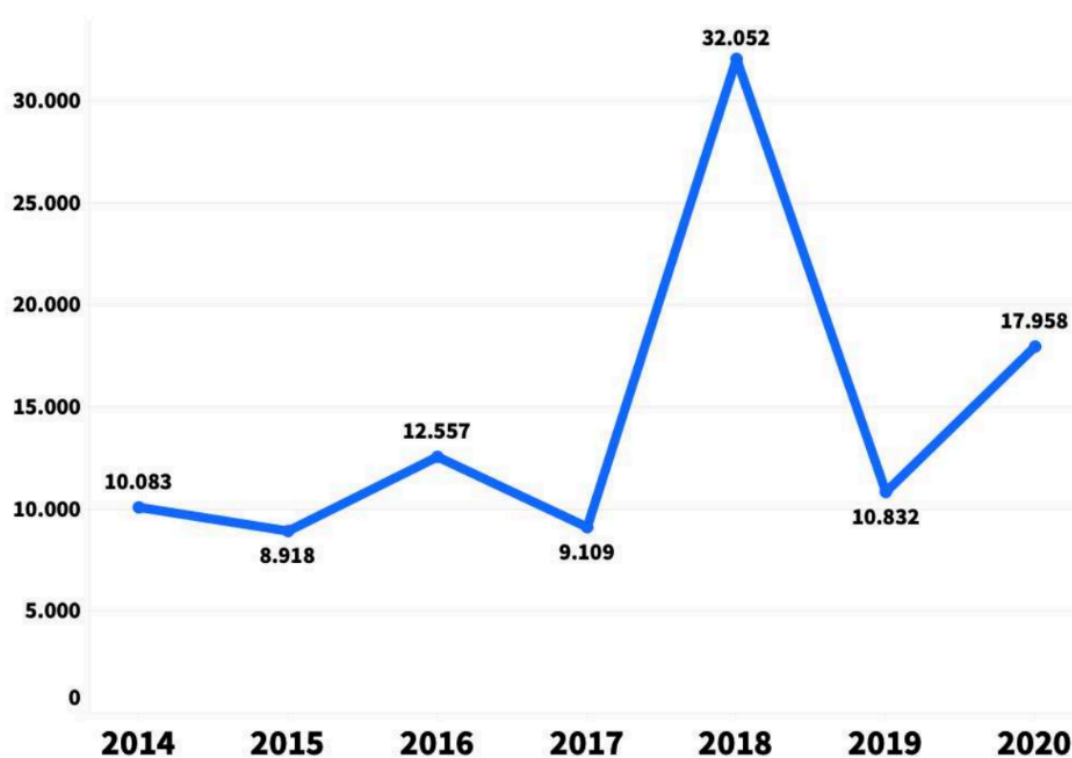
<sup>52</sup> Ver:

[https://g1.globo.com/politica/noticia/relator-no-stf-admite-impresao-de-votos-mas-diz-que-implantacao-pelo-tse-pode-ser-gradual\\_ghtml](https://g1.globo.com/politica/noticia/relator-no-stf-admite-impresao-de-votos-mas-diz-que-implantacao-pelo-tse-pode-ser-gradual_ghtml). Acesso em: 02/03/2024.

<sup>53</sup> O trecho foi transcrito por mim ao estudar o documentário “Dossiê Urnas Eletrônicas”, da produtora de extrema direita Brasil Paralelo, lançado durante as eleições de 2018 e posteriormente derrubado pelo TSE, no qual consta o vídeo de Jair Bolsonaro.

No gráfico abaixo, por exemplo, percebe-se que já em 2014 havia um número considerável de postagens contra o sistema eleitoral. A tendência que se percebe é de um aumento constante desse tipo de postagem ao longo dos anos, com picos nos anos eleitorais, 2014 e 2018 no caso das eleições presidenciais, 2016 e 2020 no caso das eleições municipais. O destaque se dá, no entanto, em 2018, justamente quando Bolsonaro é candidato vitorioso à presidência e o tema das *fake news* e da desinformação com objetivos políticos se torna flagrante e evidente no Brasil (Piaia, 2021). A pesquisa ainda identifica que há repostagem de determinados conteúdos ao longo dos anos e que, para além de apontarem falta de lisura no processo eleitoral, em 2018, destacam-se os *links* que convocam à ação política, por meio de consultas públicas do Senado e da Câmara dos Deputados, por exemplo.

**Gráfico 5 - Posts com *links* sobre desconfiança eleitoral no Facebook (2014 - 2020)**

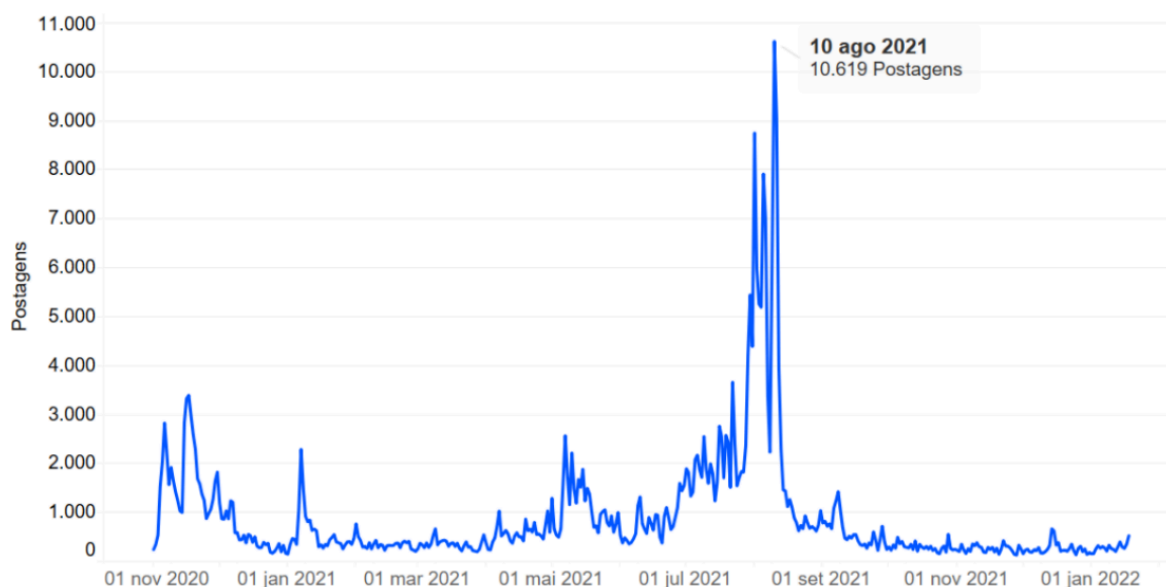


Fonte: Facebook | Elaboração: FGV DAPP (Ruediger e Grassi, 2020)

Em pesquisa posterior, a equipe da FGV, voltou a mapear a recorrência de postagens com conteúdos contra o sistema eleitoral e favoráveis ao voto impresso (Ruediger, 2022). O

pico de postagens no Facebook, no entanto, dá-se de forma evidente no período próximo à votação da PEC 135/2019, sobre a instalação do voto impresso, de autoria da deputada federal Bia Kicis, derrotada na Câmara dos Deputados no dia 10 de agosto de 2021. Como veremos, ao analisar os discursos de Bolsonaro em suas *lives*, o mesmo período é caracterizado como o que se falou sobre o tema com mais frequência e de forma mais exaltada e radicalizada. Também foi notado que, dentre as contas de Facebook com maior número de postagens e engajamento sobre o assunto das fraudes eleitorais, a maioria era de representantes eleitos, incluindo a conta oficial do ex-presidente Bolsonaro (Ruediger, 2022). O que demonstra sua atuação direta no que Rocha (2023) chamou de miosfera extremista, responsável pela disseminação de notícias falsas e teorias conspiratórias.

**Gráfico 6 - Evolução de postagens no Facebook sobre fraude nas urnas e voto impresso (2/11/2020 a 18/01/2022)**



Fonte: CrowdTangle | Elaboração: FGV DAPP (Ruediger, 2022)

Já com enfoque específico sobre o governo de Jair Bolsonaro, vale mencionar a pesquisa realizada por Chiodi e Bernardi (2023), que afirma serem as ameaças antidemocráticas do governo Bolsonaro uma estratégia de barganha com os demais poderes. Os pesquisadores mapearam as situações de barganha ou ameaça por parte do Governo

Federal, caracterizadas como “atos antidemocráticos” ou “ataques ao STF”, e demonstraram como elas se tornaram mais frequentes no decorrer dos anos, compreendendo o período entre 2019 e 2021 (Chiodi e Bernardi, 2023). A pesquisa ainda foi base para a construção da “Linha do tempo de ameaças à democracia no governo Bolsonaro”, publicada no site do Instituto Democracia em Xeque. De acordo com o Instituto, foram três as estratégias golpistas do governo Bolsonaro: 1) “suspeição do expediente técnico de votação”: críticas às urnas eletrônicas, ao sistema de apuração e consolidação dos votos, “sala secreta”; 2) “questionamento da imparcialidade do árbitro do processo”, no caso o TSE e seus integrantes; 3) “estímulo permanente à convulsão social e ao levante popular violento”, como pôde se perceber do final das eleições de 2022 até as depredações do dia 8 de janeiro de 2023<sup>54</sup>. As três estratégias podem ser facilmente identificadas nos discursos das *lives* de Bolsonaro.

Em complementação a tais dados, proponho uma cronologia dos ataques de Bolsonaro às urnas eletrônicas e ao sistema eleitoral brasileiro a partir de uma análise geral do corpo discursivo, *lives* realizadas entre 2019 e 2022. Tal processo pode ser dividido em três fases, já apontadas no início desta seção e que serão descritas detalhadamente a seguir, tomando como base não apenas os discursos em si, mas também os eventos e o contexto histórico e político que marcaram o início e o fim de cada uma das fases.

#### **4.2.1. Primeira fase: mantendo a desconfiança viva (2019-2020)**

A primeira metade do governo Bolsonaro, durante os anos de 2019 e 2020, mostrou-se como o período menos relevante para a observação do discurso contra as urnas eletrônicas, compreendendo apenas três *lives*, do conjunto de 34. A primeira delas, realizada no dia 21/03/2019, Bolsonaro reativa a ideia de que o voto eletrônico seria um plano da esquerda latino-americana para fraudar eleições e se manter no poder, com comentários sobre Venezuela a partir de supostas confissões de Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai. Bolsonaro também trata a urna eletrônica como um obstáculo que teve que ser transposto para a sua vitória eleitoral. Afirma que sua vitória ocorreu porque tinha um apoio muito grande, com enorme quantidade de votos, de modo que “fica muito difícil uma fraude em cima disso”. Também se percebe o apelo religioso ao dizer que está cumprindo “uma missão de Deus”.

---

<sup>54</sup> Ver: <https://8-de-janeiro.institutodx.org/>. Acesso em: 02/03/2024.

Na segunda *live*, em que menciona brevemente a questão das urnas eletrônicas, já em 14/11/2019, Bolsonaro se utiliza de problemas nas eleições bolivianas para fazer um alerta sobre as eleições no Brasil. Anuncia que há um “projeto de lei” - na verdade uma PEC - que teria como objetivo poder auditar as eleições no Brasil e garantir a confiabilidade. Nessa *live*, já se pode perceber certos traços importantes da retórica de Bolsonaro que serão analisados detidamente mais à frente, como: sua falta de coesão e a interdiscursividade com as críticas técnicas a favor do voto impresso, através, nesse caso, da defesa de auditabilidade das urnas eletrônicas. A crítica sobre transparência e auditabilidade, no entanto, já é usada por Bolsonaro para imaginar cenários de fraude eleitoral.

Bolsonaro voltaria a tratar sobre urnas eletrônicas apenas um ano depois, mais precisamente no dia 05/11/2020, através da breve intervenção transcrita abaixo:

Até o Cid lembrou aqui, né? A questão das eleições, né? Nós temos, sim... que já está bastante avançado o estudo. A gente espera no ano que vem é... entrar, mergulhar na Câmara e no Senado, para que a gente possa realmente ter um sistema eleitoral confiável em 22. Tem uma proposta de emenda à constituição da deputada Bia Kicis, que pode ser aproveitada nisso aí. Voltando aí o voto impresso. Que é a maneira que você tem de auditar, de contar os votos de verdade aqui. Então nós devemos, sim, ver o que acontece em outros países, né? E buscar um sistema onde... e seja confiável por ocasião das eleições. (Jair Bolsonaro, 05/11/2020)

Nota-se que quem lembrou Bolsonaro de falar sobre o assunto é o seu então ajudante de ordens, o tenente-coronel Mauro Cid<sup>55</sup>, preso em 2023 pelas investigações sobre tentativa de golpe de Estado. Sua intervenção para que se falasse sobre o voto impresso é uma primeira evidência do interesse dos militares na pauta.

Ressalta-se ainda que as poucas menções ao assunto do voto impresso e das supostas fraudes eleitorais durante os dois primeiros anos de governo seja decorrente, não apenas da distância das eleições de 2022, mas também pelo fato de o presidente da Câmara dos Deputados ser ainda Rodrigo Maia, o qual se negou a dar prosseguimento à votação da pauta, mesmo já tendo se posicionado favoravelmente anos antes.<sup>56</sup> Veremos que, a partir de 2021, sob a presidência de Arthur Lira, a pressão de Bolsonaro em relação ao voto impresso aumenta exponencialmente.

---

<sup>55</sup> Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c10182d8mzzo>. Acesso em 03/03/2024.

<sup>56</sup> Ver: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/29/maia-diz-que-tratar-de-voto-impresso-e-colocar-em-xeque-sistema-seguro.htm>. Acesso em: 03/03/2024.

#### 4.2.2. Segunda fase: radicalização pelo “voto democrático” (2021)

O ano de 2021 foi aquele em que Bolsonaro mais se dedicou a produzir desconfiança contra as urnas eletrônicas. Impulsionado pela possibilidade de aprovação da PEC do voto impresso, o ex-presidente dedicou um total de 19 *lives* para elaborar teorias conspiratórias contra o sistema eleitoral. Inclusive, a *live* mais longa de seu mandato, transmitida no dia 29/07/2021, pouco antes da votação da PEC, em 10 de agosto, chegou a duas horas de duração e foi inteiramente dedicada a descredibilizar o sistema eletrônico de votação.

Já na primeira *live* do referido ano, acompanhado pelo então ministro da saúde, general Eduardo Pazuello, Bolsonaro demonstra o estilo com que iria conduzir o assunto das urnas eletrônicas dali para a frente:

Bolsonaro: E também aproveitar aqui. Aproveitar que o Cid tá aí. (...) Voto impresso. Não inventei isso agora. Temos prova que desde 2015, né? Nós trabalhamos nessa questão. (...) E voltou a valer o voto impresso que seria colocado em prática em 2018. Isso acabou não acontecendo, por que? **O nosso Supremo Tribunal Federal, tá? Resolveu dizer que era inconstitucional. Há... é uma interferência? É uma interferência!** (...) Agora, qual o país do mundo adota o voto... o voto eletrônico, a exemplo do nosso? Não tem! Quer dizer, não tem não. Tem aí a Venezuela, um ou outro país perdido por aí... Alemanha não aceitou isso aqui. Grandes países não aceitaram. E os problemas que, como aconteceu nos Estados Unidos. Qual a origem do problema? Não vou entrar no mérito de discutir outras coisas. O problema é desconfiança, né?

Pazuello: Falta transparência.

Bolsonaro: Falta transparência. E lá podia ainda, em grande parte, podia ser feita uma auditoria. E mesmo assim resolveram não fazer. (...) Custa alguma coisa pra gente ter o voto impresso ao lado da urna, ao lado da urna eletrônica? Ou seja, tá lá, você vai votar de forma... Como você sempre votou. Mas vai aparecer impresso do lado as pessoas que você votou. Para Presidente, Governador, Senador, Deputado Federal e Estadual e apertar o botão. O teu voto é confirmado e o papel cai dentro de uma urna. Houve desconfiança? Pode ser então auditado essas seções pelo Brasil. **Qual o problema nisso? Estão com medo? Já acertaram a fraude para 22? Eu só posso entender isso aí. Eu não vou esperar chegar a 22, tá? Nem sei se vou vir candidato. Pra começar a reclamar. Temos que aprovar o voto impresso.** Quem vai decidir isso aí? É o Congresso Nacional. Tem uma proposta de emenda à constituição da deputada Bia Kicis aqui do DF, tá? Que já foi... acolhida a sua constitucionalidade, tá? Ali na comissão de constituição e justiça. O futuro presidente da câmara e do s... da câmara. Se resolver, que a intenção é dele, tá? Instaurar ali uma... criar ali uma comissão para analisar... hmm, vai ser votado. **E se for votado e aprovado na câmara e no senado, vai ser promulgado. Em sendo promulgado, essa PEC vai ser cumprida! E ponto final! Vai ser cumprida essa PEC! Vamos ter o voto impresso!** Agora, se o Congresso achar que não deve ter o voto impresso, vamos nesse voto eletrônico mesmo. Vamos ver que bicho vai dar em 2022. (Jair Bolsonaro, 07/01/2024)

Pode-se perceber nessa passagem uma série de características discursivas que serão trabalhadas mais à frente, mas que valem ser brevemente mencionadas. O tom geral do texto,



que é típico da retórica de Bolsonaro, é a vociferação (Piovezani, 2020b). Bolsonaro grita e trata seus temas de interesse com uma veemência em que transparece seu autoritarismo. A ameaça, portanto, é o principal elemento de força do texto, presente em trechos como: “E se for votado e aprovado na câmara e no senado, vai ser promulgado. Em sendo promulgado, essa PEC vai ser cumprida! E ponto final!”. Ademais, percebe-se também a construção e o apontamento de seus inimigos, tal como se pode perceber nas passagens em que ataca o TSE sugerindo existir uma conspiração contra a sua reeleição: “Qual o problema nisso? Estão com medo? Já acertaram a fraude para 22? Eu só posso entender isso aí.”

Além disso, é possível perceber a ambiguidade e a falta de coesão de seu discurso. É comum que Bolsonaro anuncie linhas de raciocínio que são descontinuadas. Como se começasse a adentrar temas que só posteriormente julga inoportunos. Por exemplo, quando começa a falar sobre as eleições dos EUA, onde não há método padronizado entre os estados para a agregação de preferências eleitorais, assim como baixo nível de uso de urnas eletrônicas, mas encontra dificuldade de relacionar a sua narrativa de fraude no Brasil com a levantada por Trump, a qual ele também apoia. “Grandes países não aceitaram. E os problemas que, como aconteceu nos Estados Unidos. Qual a origem do problema? Não vou entrar no mérito de discutir outras coisas.” Falta de coesão e ambiguidade do texto serão interpretadas mais à frente como indutores do fenômeno de dissonância cognitiva, apontada por Rocha (2023).

Poderia ainda ser citada a questão da interdiscursividade com as críticas de caráter técnico que eram realizadas contra as urnas eletrônicas. Interdiscursividade, entendida aqui ao modo de Fairclough (2016), como a presença constitutiva de textos, oriundos de outros campos e contextos, no discurso a ser analisado. Desse modo, tomam-se como base as críticas feitas por técnicos e acadêmicos às urnas eletrônicas (Aranha et al., 2013; Aranha et al., 2018; Graaf, 2017; Macarcini e Barreto Jr., 2019), que têm como fundamento argumentativo as demandas por mais transparência e auditabilidade, as quais seriam aprimoradas com a adoção da impressão do voto. Nesse sentido, tomam-se as menções de Bolsonaro aos princípios de transparência e auditabilidade como elementos de interdiscursividade. Nessa passagem, a interdiscursividade com as críticas técnicas é percebida pela forma didática e procedimental com a qual Bolsonaro explica o funcionamento do voto impresso, tratando-o como condição necessária para se realizar auditoria do sistema: “(...) você vai votar de forma... Como você sempre votou. Mas vai aparecer impresso do lado as pessoas que você votou. Para Presidente,

Governador, Senador, Deputado Federal e Estadual e apertar o botão. O teu voto é confirmado e o papel cai dentro de uma urna. Houve desconfiança? Pode ser então auditado essas seções pelo Brasil.”

Um aspecto importante no que diz respeito à mudança de vocabulário, o que inclui as categorias de análise “significação de palavras” e “criação de palavras” (Fairclough, 2016), também foi percebido ao se analisarem as *lives* de 2021. De início, Bolsonaro se referia à proposta da PEC 135/2019 apenas como “voto impresso”. Já na terceira *live* sobre o assunto, no dia 11/03/2021, percebe-se o uso do termo “voto auditável”, o que representa um salto na significação do termo, pois incorpora no próprio nome do que se propõe a crítica de que as urnas eletrônicas não são auditáveis. Já em 29/07/2021, a já mencionada *live* totalmente dedicada ao ataque às urnas eletrônicas, Bolsonaro cunhou o termo “voto democrático”. Dando a entender que o voto eletrônico simplesmente não é democrático, uma inversão de significados que reproduz a sua visão maniqueísta e conspiratória da política, em que o Poder Judiciário teria tomado a soberania e a autodeterminação do povo sobre a política, e ele, Jair Bolsonaro, lutasse para restabelecer a verdadeira democracia. Um sinal, presente na materialidade dos textos analisados, de que o discurso de Jair Bolsonaro foi se radicalizando ao longo de 2021 até, pelo menos, as performances golpistas de 7 de setembro.<sup>57</sup>

Após o maior e principal ato antidemocrático do governo, que reuniu multidões em Brasília e na cidade do Rio de Janeiro, o ex-presidente recuou do tom golpista.<sup>58</sup> O recuo foi perceptível também pela análise do corpo discursivo. Na *live* do dia 09/09/2021, Bolsonaro tratou do tema das urnas eletrônicas, no entanto, em tom mais calmo que o costume. Ao invés das ameaças e da vociferação, Bolsonaro recorreu a um tom de vitimização e até mesmo a piadas - as quais serão analisadas mais à frente. Houve também críticas direcionadas ao então presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso.

Na semana seguinte, dia 16/09/2021, Bolsonaro voltou a comentar brevemente sobre urnas eletrônicas, mas como reclamação exagerada sobre possíveis punições a quem compartilhasse notícias falsas: “Tem projeto tramitando na Câmara que quem falar, por exemplo, que a urna não é... é confiável, ela pode... ela pode ser fraudável... te bota quatro anos na cadeia! Crime de opinião...” Após essa *live*, o ex-presidente silenciou sobre o tema por pouco mais de três meses, mais especificamente, até o dia 23/12/2021. Na *live* de

<sup>57</sup> Ver: <https://www.intercept.com.br/2022/09/08/bolsonaro-micareta-fascista-paga-com-dinheiro-publico/>. Acesso em: 03/03/2024.

<sup>58</sup> Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58510022>. Acesso em: 03/03/2024.

30/12/2021, dá-se início à 3ª fase da produção de desconfiança, com discursos focados no papel das Forças Armadas na recém-formada Comissão de Transparência Eleitoral - CTE.

#### 4.2.3. Terceira fase: eleições como uma “questão de segurança nacional” (2022)

A terceira e última fase do processo de produção de desconfiança contra as urnas eletrônicas e o processo eleitoral, composta pelo conjunto de 12 *lives*, é definida por uma retórica marcada pela superestimação da competência e compromisso das Forças Armadas em relação à democracia, assim como por uma suspeição da imparcialidade do TSE enquanto árbitro do processo. Tal retórica foi impulsionada pela instauração da CTE, instituída pela Portaria TSE nº 578/2021<sup>59</sup>, com sua composição determinada pela Portaria TSE nº 579/2021<sup>60</sup>, ambas de 08 de setembro de 2021. Dentre vários nomes, consta como participante da CTE, o general de divisão Heber Garcia Portella, Comandante de Defesa Cibernética e representante das Forças Armadas. O “convite” feito às Forças Armadas foi assinado pelo então presidente do TSE, Luís Roberto Barroso. A relação entre Forças Armadas e TSE, no entanto, foi marcada por uma série de atritos, de modo que em 26 de setembro de 2022, com o ministro Alexandre de Moraes na presidência da corte eleitoral, as Forças Armadas foram excluídas da CTE e de qualquer função de fiscalização do processo eleitoral, inclusive de eleições futuras.<sup>61</sup> Recentemente, em fevereiro de 2024, Barroso disse ter se decepcionado com a participação das Forças Armadas no âmbito da CTE, as quais teriam sido “manipuladas” para levantar suspeitas sobre o sistema eleitoral.<sup>62</sup> Vale mencionar ainda que essa fase foi marcada pela reunião em que Bolsonaro convocou embaixadores para proferir ataques às urnas eletrônicas e ao TSE, motivo pelo qual foi julgado e condenado à inelegibilidade por oito anos.<sup>63</sup>

---

<sup>59</sup> Ver:

<https://sintse.tse.jus.br/documentos/2021/Set/9/diario-da-justica-eletronico-tse/portaria-no-578-de-8-de-setembro-de-2021-institui-a-comissao-de-transparencia-das-eleicoes-cte-e-o-o>. Acesso em: 03/03/2024.

<sup>60</sup> Ver:

<https://sintse.tse.jus.br/documentos/2021/Set/9/diario-da-justica-eletronico-tse/portaria-no-579-de-8-de-setembro-de-2021-torna-publica-a-composicao-da-comissao-de-transparencia-das>. Acesso em: 03/03/2024.

<sup>61</sup> Ver:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-09/tse-exclui-forcas-armadas-do-grupo-de-fiscalizacao-das-eleicoes>. Acesso em: 03/03/2024.

<sup>62</sup> Ver:

<https://www.poder360.com.br/eleicoes/forças-armadas-foram-manipuladas-para-levantar-suspeitas-diz-barroso/>. Acesso em: 03/03/2024.

<sup>63</sup> Ver: <https://www.poder360.com.br/justica/bolsonaro-inelegivel-relembre-o-discurso-feito-a-embaixadores/>. Acesso em: 03/03/2024.

O interesse dos militares na temática das urnas eletrônicas pôde ser percebido em várias ocasiões. Nas primeiras *lives* que tratavam do tema, era Mauro Cid quem demandava uma fala por parte de Bolsonaro. Uma das pontes de Bolsonaro com o Congresso Nacional no âmbito da PEC do voto impresso, parecia ser o deputado federal Major Victor Hugo, pelo menos é o que indica a sua participação em *live* transmitida no dia 11/03/2021. Na *live* do dia 29/07/2021, em que Bolsonaro dedicou duas horas para levantar suspeitas de fraude eleitoral, quem o acompanhava e era responsável por apresentar os “indícios” era o então assessor especial da Casa Civil, o coronel da reserva Eduardo Gomes<sup>64</sup>, apresentado apenas como Eduardo. Além disso, no dia da votação da PEC do voto impresso houve um estranho desfile de blindados da Marinha pela Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes<sup>65</sup>. Já em 2022, com a PEC do voto impresso derrotada na Câmara dos Deputados e as Forças Armadas participando da CTE, elas ganham protagonismo no processo de produção de desconfiança e passam a ser exaltadas por Bolsonaro, que frequentemente se gabava de ser o “chefe supremo das Forças Armadas”:

Então nós, né? **Já que as Forças Armadas foram convidadas. Infelizmente, para vocês, o chefe supremo das Forças Armadas sou eu, né?** E eu determinei que cumpram à risca o definido na portaria do senhor ministro Barroso, presidente do TSE... Estamos contigo Barroso. Estamos junto, Barroso. Estamos cumprindo o que reza a sua portaria. Tanto é que estamos cumprindo... que quando os senhores nos convidaram... eu não sei se o senhor sabia ou não... mas existe nas Forças Armadas um comando de defesa cibernética. Deve ter lá um... acredito que umas 200 pessoas, né? **Os melhores que existem pelo Brasil.** Pessoas formadas pelo IME, pelo ITA, outras universidades públicas, privadas, que prestaram concurso e estão lá dentro, que entende do assunto... tá? E eles colaboraram... descobriram, quando fomos convidados, centenas de vulnerabilidades. E apresentamos sugestões. (Jair Bolsonaro, 07/07/2022)

Nesse trecho é possível perceber claramente a retórica de superestimação de si e dos seus, que leva inclusive ao reforço da ideia de excepcionalidade militar: “os melhores que existem no Brasil”. Além disso, Jair Bolsonaro também deixa claro que é parte interessada no processo de fiscalização do processo eleitoral ao se afirmar como “chefe supremo das Forças Armadas”, o que leva a crer que as Forças Armadas não gozavam da imparcialidade necessária para participar de tal processo. Soma-se a tal postura a constante tentativa de descredibilizar o TSE, tensionando a relação deste com as Forças Armadas. Frequentemente,

---

<sup>64</sup> Ver:

<https://www.poder360.com.br/governo/em-live-coronel-da-reserva-contratado-do-governo-falou-de-fraude-em-urnas/>. Acesso em 03/03/2024.

<sup>65</sup> Ver:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-10/bolsonaro-atropela-com-tanques-de-guerra-a-derrubada-do-voto-impresso-na-camara.html>. Acesso em: 03/03/2024,

Bolsonaro se utilizou das *lives* para cobrar respostas sobre as sugestões dos militares, pressionar para que todas as sugestões fossem aceitas, assim como sugerir que o TSE teria que convencer as Forças Armadas da não aceitação de determinadas propostas.

A retórica de descredibilização do TSE pode ser percebida, por exemplo, na seguinte passagem carregada de cinismo, em resposta à fala do ministro Edson Fachin<sup>66</sup>, àquele momento presidente do TSE, que afirmou que o processo eleitoral é assunto para “forças desarmadas”:

Então, a gente fica é preocupado. Por que quem diria, né? Um capitão do Exército brasileiro. Acusado de tanta... de ser truculento. Tá lutando por transparência. **Não queremos brigar com ninguém. Vou falar baixinho aos senhores ministros do TSE. “Queremos transparência”. Isso não pode ferir o tímpano de vossas excelências. Deveria soar como uma música angelical. “Quer nos ajudar”.** Não nos convidam para discutir o assunto. Até disseram depois que convidaram as Forças Armadas, quando o Fachin falou que eleições é uma questão de forças desarmadas. Por que convidaram as Forças Armadas? (...) Vai ter a contagem dos votos, qual o problema? Qual o problema? Vocês estão com medo? Estão com medo de dar uma... uma uma... uma soma diferente... que não é a seu favor? (Jair Bolsonaro, 07/07/2022)

Ambos os movimentos, de exaltação das Forças Armadas e de descredibilização do TSE, correspondem a uma lógica já identificada por Piovezani ao analisar o artigo que Bolsonaro publicou em 1986: a “produção da mentira contrafeita com o que seria sua prerrogativa da verdade e com a denúncia da falsidade de outrem” (Piovezani, 2020b, p. 143). Trata-se, de modo geral, da típica estratégia de Bolsonaro de produzir antagonismos, apontando inimigos e exaltando os amigos, reduzindo a política à rivalidade do “nós contra eles”. Dimensão do discurso bolsonarista que será analisada a seguir.

### 4.3. Visão de mundo bélica e produção do antagonismo político

A postura política de Jair Bolsonaro sempre foi marcada por sua dimensão conflitiva, impositiva e pouco afeita à negociação. Em outras palavras, o discurso de Bolsonaro tem caráter autoritário. Além disso, como já vimos, sua estratégia discursiva e ideologia podem ser enquadrada como populistas (Mudde, 2017), por constantemente recorrer à narrativa de que está ao lado do povo “puro” e “de bem”, e que seus adversários são inimigos que pertencem a uma elite política “corrupta” e “do mal”, o que provoca aumento dos

<sup>66</sup> Ver:

<https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/05/12/fachin-diz-que-quem-cuida-de-eleicoes-sao-forcas-desarmadas.htm>. Acesso em 03/03/2024.

antagonismos políticos e da polarização. Na presente seção, busco demonstrar características de sua retórica que contribuem para produção dessa cisão política entre amigos e inimigos.

Começemos pelo modo como Bolsonaro fala de si mesmo e dos aliados. Duas estratégias são evidentes nesse âmbito: a superestimação de si e dos seus, tal como já apontado por Piovezani (2020b), além de constante vitimização. Tomemos como exemplo a seguinte passagem:

**Sou atacado 24 horas por dia.** Matéria do Globo: “Bolsonaro deu 1682 declarações falsas ou enganosas em 2020, aponta relatório de ONG internacional”. Qual a comprovação disso? Tentar desacreditar o presidente? Dizer que ele não tem autoridade? Ou com a nota do Supremo Tribunal Federal de ontem, que eu fui omissos. Dando entender às margens que eu sou um genocida. **Um país que melhor... uns dos melhores que saiu na economia. E tem agora também se revelado... um potencial enorme... para romper... para... vencer essa pandemia.** (Jair Bolsonaro, 29/07/2021)

É interessante perceber como um ator político que se destacou pela forma com que tratava minorias políticas e sociais, acusando-as de fazer “mimimi” - leia-se vitimização - quando estas reagiam a opressões concretas, utiliza-se do mesmo artifício retórico que falsamente aponta nos outros. Percebe-se, também, que ambas as estratégias discursivas apontadas andam juntas. A superestimação de si e dos seus surge como complemento ao cenário de perseguição contra a sua pessoa e seu campo político que Bolsonaro narra. Na seção anterior, também pudemos perceber a maneira como Bolsonaro falava do Exército, superestimando sua competência e compromisso com o país. Em outros momentos, Bolsonaro chega a sugerir que o motivo de o “perseguiem” é, justamente, porque era um bom presidente, que não se envolvia em corrupção, reforçando a ideia moralista da política como uma luta entre o bem e o mal:

**Todos os candidatos ao longo de mais de 30 anos que eu participei da vida pública prometiam combater a corrupção. O primeiro que botou em prática foi eu. Por isso os ataques.** Cada vez que a gente retira uma possibilidade de grupos faturar em cima disso, o mundo cai na minha cabeça. Olhem a Caixa Econômica Federal. **O trabalho maravilhoso** que o Pedro Guimarães faz lá. Em dois anos tivemos mais lucro que os últimos 15 de quem nos antecedeu. Olha a questão da... dos títulos do campo. Em 2 anos demos mais títulos que ao longo de 20 anos de qualquer outro governo. (Jair Bolsonaro, 29/07/2021)

O trecho segue com uma série de elogios aos seus ministros. Vale ressaltar que, por mais que os trechos acima não tratem especificamente das urnas eletrônicas, são enunciados complementares à *live* de 29/07/2021 que teve como principal objetivo desacreditar o sistema eleitoral.

No que diz respeito ao modo como o bolsonarismo aponta inimigos a partir de uma visão de mundo bélica, destaca-se o tom de ameaça como o principal elemento de força (Fairclough, 2016) de boa parte dos discursos de Bolsonaro. Vejamos o trecho a seguir:

Ninguém aceita mais esse voto que tá aí. Como é que vai falar que esse voto é preciso, é legal, é justo e não é fraudável? A única republiqueta do mundo.. eu acho que talvez é a única ... é a nossa! Que aceita essa porcaria desse voto... desse voto, é... eletrônico. Isso tem que ser mudado. E digo mais. Se o parlamento brasileiro, por maioria qualificada... três quinto na Câmara e no senado, aprovar e promulgar, **vai ter voto impresso em 2022 e ponto final! Não vou nem falar mais nada. Vai ter voto impresso, porque se não tiver voto impresso é sinal de que não vai ter eleição. Acho que o recado tá dado.** (Jair Bolsonaro, 06/05/2021)

A defesa do voto impresso foi, por várias vezes, tratada em tom similar. Percebe-se de maneira mais flagrante no trecho acima a ameaça de não ter eleições em 2022, assim como a vociferação de Bolsonaro como um modo recorrente de se expressar (Piovezani, 2020b). Chamo a atenção também para o vocabulário utilizado. O uso do “ponto final” é muito recorrente em seus discursos e cumpre esse papel autoritário de não se abrir a negociações e tentar impor determinadas medidas, no caso, o voto impresso, que viria a ser votado pelo Congresso Nacional.

As ameaças de Bolsonaro também se fazem presentes na incitação e na sugestão ao levante popular:

O senhor Fachin declarou, presidente do TSE, que as auditorias não servem para mudar resultado de eleições. Ou seja, fazer auditoria para quê? As urnas são inauditaíveis, mas se, porventura, o pessoal do comando de defesa cibernética do Exército, que foram convidados a integrar uma comissão em transparência eleitoral, caso detecte fraude, não vai valer de nada esse trabalho do comando de defesa cibernética das Forças Armadas. Porque o senhor Fachin falou que isso não muda resultado eleitoral. **Não preciso aqui dizer o que eu tô pensando, o que você está pensando. Você sabe o que está em jogo. Você sabe como você deve se preparar. Não para o novo Capitólio. Ninguém quer invadir nada. Mas para nós sabermos o que temos que fazer antes das eleições.** (Jair Bolsonaro, 07/07/2022)

Nota-se como Bolsonaro, de modo ambíguo, apresenta a sugestão ao levante ao mesmo tempo que busca disfarçar suas intenções através da negação: “Não para um novo Capitólio. Ninguém quer invadir nada.” As duas orações estão no meio de outras orações ditas em um tom misterioso, que sugerem: “Você sabe o que está em jogo. Você sabe como você deve se preparar”. Assim como: “para nós sabermos o que temos que fazer antes das eleições”. Hoje temos clareza de que tais enunciações que soam como golpismo, de fato eram, pois Bolsonaro já vinha se encontrando com militares para pensar possibilidades de se manter

no poder, frente a um processo eleitoral no qual não era o candidato favorito. A fala citada acima foi dita, inclusive, dois dias após a reunião gravada em que discutia a possibilidade de um golpe de Estado<sup>67</sup>. Tal postura autoritária encontra paralelo no que já foi apontado como a origem ideológica do bolsonarismo, o princípio de eliminação do inimigo presente na DSN; assim como a narrativa que pensa o TSE como partidário aos interesses da esquerda tem respaldo na mentalidade conspiratória de infiltração da esquerda nas instituições de Estado, típicas do *Orvil* e do olavismo (Rocha, 2023).

Cabe ainda destacar determinadas artimanhas retóricas de Bolsonaro que produzem antagonismo político de forma mais sutil. O recurso à ironia foi, sem dúvida, a mais utilizada por Bolsonaro para falar sobre seus adversários e seus respectivos posicionamentos.

Nenhum país do mundo se interessou pelas urnas eletrônicas do Brasil. Ou seja, vão lá fora dizer que é uma coisa fantástica, inexpugnável... Mas ninguém quer comprar. Esse “comprar” entre aspas, né... esse produto no Brasil. Muito pelo contrário, vários países do primeiro mundo, lá atrás estudaram até, num momento ou outro, tiveram sistema eleitoral e depois simplesmente foram alijados. **Agora, quem não quiser comprar o sistema do Brasil. Pode ser que seja caro, né? Entre aspas... Pode procurar Bangladesh ou Butão, né? O Butão é um país, tá? Que vai encontrar esse sistema confiabilíssimo, né? Que é uma coisa fantástica, segundo aí o... nosso querido Fachin. O nosso prezadíssimo Alexandre Moraes, grande defensor das liberdades democráticas. E também o senhor Barroso, que falou que as urnas são inexpugnáveis.** (Jair Bolsonaro, 07/07/2022)

Percebe-se que a ironia é uma maneira de ridicularizar o argumento alheio sem, necessariamente, ter que contra-argumentar. A ironia é uma figura de linguagem que consiste em sugerir o contrário do que se afirma e cumpre papel, portanto, de estabelecer as fronteiras entre amigos e inimigos através do desprezo e da chacota contra determinados atores e seus argumentos.

Outras formas também utilizadas para fixar sentidos de deslegitimação sobre as urnas eletrônicas e seus defensores é o apelo a termos escatológicos e piadas de cunho sexual. O trecho a seguir é um exemplo:

Acabou a eleição. Vou começar a analisar aqui. Olha, lá na minha seção eleitoral que é na Primeira Divisão de Exército, Colégio lá... Francisco Palheta... acho que é isso mesmo... Rosa Alves da Fonseca. **Eu quero ver a tripa lá.** Ela tá aqui na internet, a **tripa** tá aqui. Ta de acordo, mais ou menos? Eu tenho noção de quantos votos eu tenho lá... não tá? Eu requeiro a contagem do papel naquela seção. Como presidente do partido... qualquer presidente de partido pode requerer a contagem. E faz a contagem novamente. Quando abrir a urna de papel daquela seção, no colégio Rosa Alves da Fonseca, que é onde eu votei, tem que bater com aquela **tripa** do TSE, que tá ali do meu lado. Isso é segurança das eleições. Isso é transparência. Isso é querer

<sup>67</sup> Ver:

<https://www.poder360.com.br/justica/leia-a-integra-da-reuniao-de-bolsonaro-que-embasou-operacao-da-pf/>.

Acesso em: 05/03/2024.



eleições limpas! Isso é não querer eleger um bandido para a presidência da República.  
(Jair Bolsonaro, 01/07/2021)

Nele podemos perceber a recorrência do termo “tripa” para se referir ao boletim de urna, um papel com a impressão dos votos consolidados em cada seção eleitoral, disponibilizado fisicamente ao final do dia de votação. Bolsonaro argumentava que a impressão dos votos individualizados deveria bater com a soma apresentada nos boletins de urna. Inclusive, uma das demandas de Bolsonaro, repetida em várias *lives*, é de que o TSE deveria disponibilizar os boletins de urna *online* no mesmo dia da votação, sugerindo que só eram digitalizados e publicizados dias depois para que se ajustasse a conta final da fraude arquitetada pela corte eleitoral. Em 2022, no entanto, o TSE passou a disponibilizar os boletins de urna simultaneamente à apuração<sup>68</sup>. A utilização recorrente de um termo que remete ao grotesco, demonstra uma tentativa de descredibilizar os métodos de garantia de integridade eleitoral em vigência através de sua associação a elementos que podem provocar repulsa.

A seguir apresento exemplos de piadas de cunho sexual feitas por Bolsonaro, as quais interpreto como uma artimanha retórica, tal como o uso da ironia e de termos grotescos, para descredibilizar opositores e as urnas eletrônicas:

Você pode ver... o que a gente fica preocupado aqui? Ai tem a ver com o Congresso, né? “Código poderá punir *fake news* sobre eleições”. O que que é mentira, o que que não é mentira? Quem, por exemplo, critica o sistema eleitoral nosso, a urna eletrônica, o TSE, ou melhor, um ministro do TSE, corregedor, tá classificado como *fake news*. **Agora, a nossa urna eletrônica é... é confiável? Ela é impenetrável? [hahahahaha] Tem gente que acha que... diz que é impenetrável, mas não é.** (Jair Bolsonaro, 02/09/2021)

As piadas de cunho sexual, que também apresentam uma considerável recorrência, ganham um tom homofóbico quando direcionadas a pessoas, especialmente no caso do ministro Barroso:

Como seria bonito a gente ouvir do Barroso. Olha, tem uma parcela da sociedade aqui que tá achando que os votos são confiáveis. Então vamos aí... Fazer com que nas eleições próximas, no mínimo 10% das seções tenham o voto impresso. [...] Por que é contra? De forma tão contundente. É isso... peca... contra... democracia é o contraditório. Eu posso gostar e tu não gostar. **Já imaginou se eu gostasse das**

<sup>68</sup> Ver:

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/boletins-de-urna-do-1o-turno-ja-estao-disponiveis-para-consulta-saiba-como-acessar#:~:text=Para%20isso%2C%20basta%20acessar%20a,a%20consulta%20%C3%A9%20muito%20simples>. Acesso em 05/03/2024.

**mesmas coisas que o Barroso? [hahahaha]** Não ia ter graça o mundo. (Jair Bolsonaro, 09/09/2021)

Enfim, compreende-se que o modo de Bolsonaro comunicar significados sobre as urnas eletrônicas é indissociável da sua projeção maniqueísta e moralista da política, que opõe o campo dos amigos e dos inimigos, do bem e do mal. Além disso, considera-se que seu esforço em desacreditar as urnas eletrônicas enquanto método seguro de agregação de preferências da democracia brasileira tinha como objetivo sua permanência no poder por meios ilegítimos. Em concordância com o que já foi apontado pelo Instituto Democracia em Xequê, buscou-se evidenciar que a desacreditização da urna eletrônica caminha junto a outras duas estratégias golpistas: a desconfiança do TSE como árbitro do processo e o estímulo à convulsão social. Demonstrou-se também que a produção discursiva do antagonismo político e dos efeitos de desacreditização não seguiu apenas o expediente da ameaça e da vociferação, mas também o da chacota, através do uso da ironia e de piadas de cunho sexual.

Recorro, para finalizar a seção, à imagem abaixo, extraída da rede social X/Twitter por Rosa e Bianco (2022), que sintetiza boa parte das discussões do presente capítulo. Um exemplo de como a visão bélica sobre a política, o antagonismo entre bem e mal, a superestimação de si e dos seus, a narrativa conspiratória sobre a urna eletrônica e a chacota contra os inimigos se misturam e tomam forma de meme quando apropriados pelo público bolsonarista nas redes sociais.

**Figura 5 – Representação da urna eletrônica e do antagonismo político na perspectiva bolsonarista**



Fonte: Ilustração publicada no perfil “O Brilhante Ilustra”, no X/Twitter (Rosa e Bianco, 2022)

#### **4.4. Indutores da dissonância cognitiva coletiva**

Retomo o conceito de dissonância cognitiva para pensar determinadas características do discurso de Bolsonaro que acredito serem possíveis indutoras do “desconforto subjetivo causado pela consciência da distância entre crenças e comportamentos” (Rocha, 2023, p.86). Acredito ser possível afirmar que tal sofrimento esteja relacionado também à dificuldade de conjugar crenças díspares ou contraditórias dentro de um mesmo sistema de crenças. Algo próximo ao que ficou conhecido popularmente como duplipensamento, termo cunhado por George Orwell (2009) no seu clássico da literatura distópica, *1984*. Tanto na ficção como na realidade das sociedades autoritárias ou em processo de autocratização, o duplipensar e a dissonância cognitiva estão relacionadas à adesão fiel ao líder ou ao regime e está em oposição ao pensamento crítico e a certa flexibilidade dos valores e ideais. Este é precisamente um problema que se percebe entre os públicos mais fanatizados do

bolsonarismo (Rocha, 2023). Tal estado de cognição, vale ressaltar, também está intrinsecamente relacionado ao fenômeno do antagonismo político em tempos de pós-verdade e esfera pública digital, no qual a posição que se ocupa em relação à fronteira amigo-inimigo é o que define o estatuto da verdade (Cesarino, 2021). Argumento, no entanto, que a própria retórica de Bolsonaro contribui para o recrudescimento desse fenômeno, pois em vários momentos seu discurso é contraditório em si mesmo, além de demandar fidelidade do público pelo modo populista com que trata a representação política.

A principal dificuldade encontrada no decorrer da análise foi a de identificar os modos retóricos e argumentativos de Bolsonaro através da presença de conectivos, ou, em outros termos, a realização da análise de coesão textual (Fairclough, 2016). A principal característica do discurso de Bolsonaro nesse âmbito é justamente uma coesão fraca, ou “débil”, nos termos de Piovezani (2020b). É possível perceber longos trechos em que inexitem conectivos. Bolsonaro tem um estilo truncado com uso recorrente de afirmações curtas, algo que lembra a enunciação de ordens militares, de modo a deixar pouco espaço para a reflexão e a elaboração. A “militarização do discurso”, como aponta Fairclough, diz respeito a uma dimensão metafórica do texto e “é também a militarização do pensamento e da prática social” (Fairclough, 2016, p. 251).

Também é comum que Bolsonaro apenas faça uma concatenação de assuntos, ou empilhamento de diferentes temas, sem explicitar a relação entre eles. A relação é deduzida a partir da simples presença em um mesmo discurso, e o sentido acaba por ser apreendido como uma verdade apenas por aqueles que se alinham ao seu sistema de crenças, de modo que o raciocínio necessariamente recorre a elos causais ocultos, característica de conspiracionismos e do ascendente regime de pós-verdade (Cesarino, 2021). Além disso, a argumentação se mostra prejudicada pela forte presença de elementos como a ameaça, a ironia e a chacota, que afastam o discurso do campo do convencimento e da persuasão. Vejamos, por exemplo, o seguinte trecho contraditório em que discute a possibilidade de um autogolpe de Estado:

Eu acho aqui, olha só. **O que que é comum... a gente ver no mundo, né? Nas... nas republicetas, né? O chefe do Executivo conspirar para ficar no poder.** O chefe do Executivo cooptar órgãos pra fraudar eleições. Aqui é exatamente o contrário. Já que as pesquisas dizem que o senhor Lula tem 40%. O Lula vai ganhar. Então eu quero garantir a eleição do Lula, com esse processo aqui. (...) O voto, a contagem do voto, é a alma da democracia. É isso que eu, Jair Messias Bolsonaro, eleito com 58 milhões de votos. Presidente da República e chefe Supremo das Forças Armadas quer. Ninguém quer dar golpe. Alguns falam que eu quero dar golpe. **Como é que eu posso dar golpe se eu já sou o presidente? Pelo amor de Deus.** (Jair Bolsonaro, 05/05/2022)

Percebe-se aí uma contradição flagrante, mascarada apenas pelo tom de ironia com que fala sobre a possível vitória de Lula e a superestimação de si e das Forças Armadas. A contradição é evidente, pois começa dizendo que a conspiração de chefes do Executivo para se manter no poder é uma coisa comum “nas republiquetas”, e finaliza questionando a possibilidade de que tal modalidade de ruptura institucional exista: “Como é que eu posso dar golpe se eu já sou o presidente?” Esse talvez seja o principal tipo de retórica de Bolsonaro capaz de produzir dissonância cognitiva, pois sugere golpe, permite-se imaginar o golpe, levanta suspeita e medo sobre o golpe que outros supostamente cometeriam, mas se projeta como o defensor da democracia junto às Forças Armadas. Nesse sentido, a ameaça é sugerida via negação: “Ninguém quer dar golpe”.

Cabe demonstrar também como, muitas vezes, falta coesão nas falas de Bolsonaro. No trecho abaixo, por exemplo, percebe-se como temas e opiniões se misturam, determinadas orações não se concluem e não há como estabelecer um modo argumentativo através da análise de conectivos:

Eu sempre falei, né? Por que no Brasil o índio tem que estar aí recluso numa reserva como se fosse um homem pré-histórico, e na Bolívia tinha um presidente índio? Não vou entrar no mérito do trabalho dele, mas teve um problema sério na Bolívia, que o estopim foi o quê? **Suspeita, né? Ou certeza... ou certeza de fraude** por ocasião das eleições. Ensino para nós: **nós devemos...** Tenho falado com alguns líderes, vou potencializar isso, para que nós viemos a votar, né? No começo do ano que vem, se Deus quiser. **Um projeto de lei que... de modo que você possa auditar uma eleição.** Se você votou no João, você vai ter certeza que o voto foi para o João. Se eu votei na Maria, o voto foi para Maria. Não podemos ter essa suspeita de fraude, né? Como houve na Bolívia, porque é um problema que pode acontecer de um lado ou de outro, né? (Jair Bolsonaro, 14/11/2019)

Além disso, outra estratégia discursiva de Bolsonaro que também aponta para a acomodação de contradições é o recorrente uso da modulação, intercalada às ameaças e vociferações. Por vezes, como já apontado, tais modulações parecem dizer respeito a um exercício de “medir palavras”, mas também contribuem para um *ethos* de autenticidade (Piovezani, 2020b), de quem fala o que pensa, mas que, de alguma maneira, também pondera suas opiniões pelo reconhecimento da alteridade. No entanto, como a vociferação é o estilo predominante, e a ameaça o principal elemento de força do texto, acredita-se que a modulação dificilmente cumpra seu papel, mesmo dentro do sistema de crenças bolsonarista:

Isso já é um avanço enorme no Brasil. Já é um avanço enorme! E não custa nada! E o **TSE sonega essa informação. Não quero aqui culpar os ministros do TSE, tá bom? O TSE como instituição sonega isso aí.** Deixar bem claro que a lei diz que a apuração, ela é pública. O voto é secreto, mas a apuração é pública! E ponto final. Nós devemos ter a certeza que se eu votar no João, o voto vai para o João. E ponto final. É isso que nós queremos. (Jair Bolsonaro, 15/04/2021)

Frequentemente, o discurso de Bolsonaro recorre a uma lógica de “morde e assopra”, empregando narrativas contraditórias dentro de um mesmo texto, ou mesmo ao longo do tempo – como se pôde perceber de modo mais evidente nos dias após o 7 de setembro de 2021. Como contraste à passagem acima, pode-se citar outro momento, em que Bolsonaro “defende” o TSE como instituição e acusa determinados ministros pessoalmente:

**Nada contra o TSE. Tem pessoas maravilhosas lá dentro.** Algumas poucas eu conheço. São pessoas honestas, decentes, que estão preocupadas com a democracia. Mas quem manda lá não são... com todo o respeito aos demais ministros, né? São 7 no total. **Quem dá a regra, tá dando o norte lá, são os três do Supremo Tribunal Federal.** Tava o Barroso, até a pouco tempo. Tá o Fachin agora. E quando faltar uns 40 dias para as eleições, entra o senhor Alexandre de Moraes, conduzindo aqui o inexpugnável sistema eleitoral brasileiro. (Jair Bolsonaro, 07/07/2022)

Apesar de a fala acima apresentar um grau mais elevado de coesão, ela demonstra as contradições que Bolsonaro alimenta ao longo do tempo, evidência de um discurso que se modifica de acordo com os eventos e os contextos.

De modo geral, acredita-se que a falta de coesão, o empilhamento de assuntos sem a devida conexão lógica, a modulação contraposta à ameaça e a negação de desejos outrora manifestos, são elementos que contribuem para a formação de uma retórica e de um sistema de crenças contraditórias. Tal retórica carregada de agressividade, ambiguidade e contradição, somada à mobilização e fidelização de um eleitorado por meio do medo e combate aos inimigos, contribui para provocar o fenômeno da dissonância cognitiva coletiva, apontado por João Cezar de Castro Rocha (2023).

#### **4.5. Interdiscursividade e sequestro da crítica técnica**

A intertextualidade é uma propriedade dos discursos apontada por Fairclough (2016) como central para compreender os processos de mudança social, pois diz respeito à incorporação de determinados textos por outros textos, o que possibilita compreendê-los em suas dimensões relacional e histórica. Inicialmente, cabe diferenciar os dois tipos de intertextualidade: manifesta e constitutiva. A intertextualidade manifesta é aquela em que o

texto aparece explicitamente em outro texto. Já a intertextualidade constitutiva, também chamada de interdiscursividade por Fairclough (2016), é aquela em que se pode perceber elementos de um texto que se relacionam com elementos de outros, de modo a constituir uma determinada ordem discursiva. Nesta pesquisa, dá-se destaque à relação de um tipo de discurso, técnico e científico de crítica às urnas eletrônicas, com o discurso de Bolsonaro, de modo que se possa pensar o uso que se faz da ciência na constituição de uma ordem discursiva populista e conspiratória. Pode-se perceber que Bolsonaro não faz referência direta a nenhum dos trabalhos presentes na revisão bibliográfica, assim como não cita o nome de cientistas e técnicos popularmente conhecidos como críticos das urnas eletrônicas, como Diego Aranha. Não há, portanto, intertextualidade manifesta, apenas intertextualidade constitutiva, ou interdiscursividade, conceito que utilizarei daqui em diante.

Todos os textos “são inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos” (Fairclough, 2016, p. 140). No entanto, o autor chama atenção de que novas articulações interdiscursivas são meios frutíferos para se perceber e se analisar lutas e mudanças hegemônicas. Um exemplo abordado por Fairclough (2016) é o da análise que realizou de discursos de Margareth Thatcher, expoente líder do neoliberalismo no Reino Unido, demonstrando como se combinavam aspectos democráticos e autoritários, assim como elementos ideológicos do conservadorismo e do feminismo, de modo que, ressoando em uma determinada comunidade interpretativa que vê sentido no que ela falava, pode-se falar em luta e mudança hegemônica. A partir da análise de interdiscursividade entre discurso técnico e científico nas falas de Bolsonaro, argumenta-se que as rearticulações de enunciados que colocam em xeque a confiabilidade das urnas eletrônicas, em associação a uma retórica autoritária, se configuram como verdadeira luta hegemônica com riscos de ruptura do regime democrático.

A interdiscursividade se faz perceber, principalmente, pela presença de determinados enunciados que demandam transparência e auditabilidade, princípios relacionados à realização de eleições seguras e íntegras sob a perspectiva dos defensores do voto impresso (Aranha et al., 2013; Aranha et al., 2018; Graaf, 2017; Macarcini e Barreto Jr., 2019). No entanto, ela se apresenta também na forma de explicações procedimentais e didáticas dadas por Bolsonaro sobre como se votaria em uma urna com voto impresso:

**O que que é o voto impresso? O voto auditável?** Você vai lá, digita o nome dos seus candidatos, aparece na tela, aperta o botão e imprime o papelzinho. Vrrrrrip! Aí você... confira... tá no papel igual à tela. Aperto o botão, o papel cai na urna, ninguém encosta a mão no papel. Ninguém encosta a mão no papel. Cai na urna. Faz

aquela musiquinha, né? Pírim pírim. E vai embora. Aquela urna é pega, lacrada, vai para um galpão do... da Justiça Eleitoral. Tá guardado. Lá para as 8:00 da noite anuncia o resultado total das apurações. Daí o Vitor Hugo, “pera aí! Aqui em Goiânia, tá previsto eu ter 10.000 votos, eu tive 15”. Ele vai ter o direito, como presidente do partido do local, ou municipal, ou nacional, a pedir a recontagem dos votos em Goiânia, e vai pegar o papel e recortar. E vai ter que bater 100%. (Jair Bolsonaro, 11/03/2021)

Tal explicação, que Bolsonaro voltou a repetir em outras ocasiões, é interessante, pois, ao contrário do que seria proposto por abordagens que enxergam apenas negacionismo, ele acaba por informar e descrever a proposta do voto impresso tal como consta na PEC 135/2019<sup>69</sup>, rebatendo compreensões errôneas, tais como as de que sua aprovação seria um retorno às cédulas de papel ou que o voto poderia ser levado para casa como comprovante. Em outros momentos ele aproveita para chamar essas narrativas de *fake news*, reforçando sua lógica de produção dos antagonismos. Isso aponta para uma dimensão de seu discurso que não seria apenas negacionismo ou desinformação, mas antes o reconhecimento de controvérsias sociotécnicas a serem exploradas. Um uso estratégico do discurso técnico, de modo semelhante ao que propuseram Duarte e Benetti (2022) para o caso da Covid-19. Além disso, compreende-se que a crítica técnica como elemento constitutivo do discurso possui o papel de conferir legitimidade a enunciados que, na maior parte das vezes, carecem de coesão argumentativa.

Outro ponto interessante do discurso de Bolsonaro, em que também há elementos de interdiscursividade, é o seguinte: “Diz que isso é confiável, e diz que eu não tenho provas de fraude. Você também não tem prova que não tem fraude. Vocês não têm prova que... que é confiável. No mínimo empatou. E eu tô querendo transparência.” (Jair Bolsonaro, 01/07/2021) Por mais que pareça que Bolsonaro estaria apenas devolvendo uma acusação, há, na verdade, a apropriação grosseira de um dos principais argumentos da comunidade técnica favorável ao voto impresso. Uma vez que especialistas em urnas eletrônicas, tal como Van de Graaf (2017), já afirmaram que a ausência de uma contraprova física do voto impede que se façam auditorias precisas do software e se identifiquem possíveis fraudes.

Por mais que se percebam pontos de interdiscursividade com a crítica técnica através de todo o corpo discursivo pela presença das demandas por auditabilidade e transparência,

---

<sup>69</sup> É importante notar que a proposta de impressão do voto que consta na PEC 135/2019 não é exatamente a mesma defendida por técnicos. Difere-se, por exemplo, na extensão em que as impressoras seriam adotadas, a PEC propõe em 100% das urnas, enquanto técnicos como Diego Aranha defende sua adoção em uma porcentagem estatisticamente significativa. Para detalhes ver entrevista da BBC News com Diego Aranha: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58152337>. Acesso em: 19/06/2024.



destaco, na análise que segue, a *live* do dia 29/07/2021, a qual se deu pouco tempo antes da votação da PEC 135/2019, do voto impresso, e que foi inteiramente dedicada ao ataque às urnas eletrônicas. Essa *live* foi realizada em um dos períodos de maior radicalização discursiva de seu governo e chegou a duas horas de duração. Nela, pode-se perceber o tom conspiratório, a ser demonstrado a seguir, mas também uma grande quantidade de chamados “indícios” de fraudes, sobre os quais cabem breves comentários.

O convidado responsável por discuti-los foi apresentado como “Eduardo<sup>70</sup>, analista de inteligência” (Jair Bolsonaro, 29/07/2021), um modo de se conferir legitimidade recorrendo à imagem de autoridade neutra e transcendental da ciência. Os “indícios” são compostos de vídeos, reportagens e participações de convidados tomados como figuras de autoridade sobre o assunto. A impossibilidade de assisti-los prejudica uma análise aprofundada, mas o áudio permite capturar a essência de cada assunto, assim como a intencionalidade de Bolsonaro.

O primeiro se trata de um vídeo didático, com produção roteirizada, dando o passo-a-passo da votação nas urnas com impressão do voto; uma explicação procedimental semelhante à realizada por Bolsonaro em outras ocasiões. Em seguida, há um vídeo em que um homem, que se apresenta como “Jefferson, desenvolvedor de sistemas”, simula possíveis comandos no código-fonte de uma urna eletrônica. Demonstrando possíveis fraudes como votar em A e o voto ser contabilizado para B, votar em A e o voto ser anulado, ou votar em A e aparecer os dados e a foto de B, dentre outras possibilidades. Enfim, demonstram-se, de forma didática, as supostas possibilidades de fraude que se poderia fazer a partir da manipulação direta do código-fonte, mas não diz sobre como isso poderia acontecer driblando as medidas de segurança implementadas pelo TSE, assim como a possibilidade de alcance, se uma, poucas ou muitas urnas. Medidas de segurança do TSE nem mesmo são citadas. A explicação para isso pode ser a de que a desconfiança é posta, através do silêncio, sobre o próprio TSE enquanto árbitro do processo.

O terceiro conjunto de vídeos diz respeito a imagens e áudios gravados de forma amadora, no calor do momento, que mostram eleitores com dificuldades para votar em Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. O recurso a tal tipo de vídeo, cuja veracidade não se pode verificar, diz respeito ao uso estratégico das experiências pessoais e dos efeitos imediatos, que

---

<sup>70</sup> Trata-se, como já abordado anteriormente, de Eduardo Gomes, coronel da reserva contratado como assessor especial da Casa Civil.

buscam legitimação pela valorização do “aqui e agora”, descrito por Cesarino (2021) como um dos elementos de emergência de um regime de pós-verdade.

Em seguida, Eduardo Gomes e Jair Bolsonaro, passam a analisar uma série de reportagens da imprensa sobre eleições. Eles recorrem a duas reportagens, cuja emissora não é identificada, sobre um suposto mau funcionamento de urnas eletrônicas na cidade de Caxias, no Maranhão, em 2008 e 2012, em que, de acordo com o áudio, foram identificadas mais de 30% das urnas com código-fonte alterado. De acordo com o TSE, tais reportagens tiveram como foco um boato<sup>71</sup>.

Os demais vídeos são sobre a cobertura da apuração de votos realizada pela Rede Globo: nas eleições presidenciais de 2014, segundo turno entre Aécio Neves e Dilma Rousseff; primeiro turno das eleições de 2018, em que Bolsonaro afirma que já deveria ter saído vitorioso; e as eleições municipais de São Paulo, em 2020. Em todos os casos, Jair Bolsonaro e Eduardo Gomes analisam de forma a levantar suspeitas sobre “padrões” e tendências que não se confirmaram, de modo que acusam o TSE de arquitetar fraudes na soma dos votos e a Rede Globo por uma cobertura parcial.

Destaca-se, ainda, a participação, já ao final da *live*, do então ministro da Justiça, Anderson Torres, responsável por apresentar supostos relatórios realizados pelo Polícia Federal que argumentam pela possibilidade de fraudes eleitorais e a dificuldade de auditar o processo entre o voto e o seu registro digital, recomendando a impressão dos mesmo como meio para garantir maior transparência do processo eleitoral. No entanto, os inquéritos eram sigilosos e a PF se manifestou posteriormente afirmando que Bolsonaro cometeu crime ao divulgá-los<sup>72</sup> e agiu ativamente na produção de desinformação sobre as urnas eletrônicas durante a *live* em questão<sup>73</sup>, de modo a distorcer o seu conteúdo.

A apresentação de vários indícios, não aponta para uma teoria elaborada sobre fraudes, mas sim para uma multiplicidade de possíveis problemas, nenhum deles respaldado em provas, mas sim em análises enviesadas. Se, em determinados momentos, a desconfiança é

---

<sup>71</sup> Ver:

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Julho/fato-ou-boato-urnas-eletronicas-nao-foram-fraudadas-nas-eleicoes-2008-em-caxias-ma>. Acesso em 07/03/2024.

<sup>72</sup> Ver:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/02/02/pf-conclui-que-bolsonaro-cometeu-crime-ao-vazar-dados-sigilosos-mas-nao-indicia-o-presidente.ghtml>. Acesso em 07/03/2024.

<sup>73</sup> Ver:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pf-diz-que-bolsonaro-teve-atuacao-direta-em-fake-news-sobre-urnas-eletronicas/>. Acesso em: 07/03/2024.

posta sobre a manipulação de urnas e seções eleitorais específicas, como nos vídeos de eleitores de Bolsonaro que não conseguiam votar, em outros momentos a desconfiança paira sobre a totalização realizada pelo TSE e uma possível “fraude por atacado”, como no caso do vídeo em que Bolsonaro analisa a apuração no primeiro turno de 2018, em que ele supostamente teria sido vitorioso. A concatenação de uma série de indícios que não formam uma teoria minimamente coerente se alinha, em alguma medida, à análise de Muirhead e Rosenblum (2019), de que o “novo conspiracionismo” se caracteriza pela repetição de acusações, sem fornecer linhas explicativas mais elaboradas.

Vejamos, assim, alguns exemplos de como Bolsonaro combina em sua retórica a apropriação de conhecimentos técnicos para formular acusações contra outros poderes e levantar suspeitas de conspiração:

Tem movimento previsto para o próximo domingo. Para mudança de sistema eleitoral. **Pela contagem pública dos votos. Pelo voto democrático.** Será que a voz das ruas não vale mais?

Será que estes que são contra o **voto auditável** está dizendo para alguns: “Fique tranquilo com as ruas, quem vai contar o voto sou eu”. Todos já ouviram isso. Nos regimes não democráticos, que existe eleição em regime não democrático, também... Quem ganha eleição não é quem vota. É quem conta os votos. Vamos continuar vivendo com essa desconfiança até quando? Essas urnas surgiram no final dos anos 90. Eu fui favorável a elas. Desde a criação, eu fui favorável a elas. Mas a tecnologia da mesma, a sua segurança, quase nada mudou de lá para cá. Imaginemos que as mesmas medidas que os bancos usavam nos anos 90, para combater a entrada nas contas dos clientes, fossem usadas nos dias de hoje. Qual segurança nós teríamos? Por que, senhor Barroso? **Nós estamos oferecendo mais uma maneira da transparência das eleições.** Vossa excelência é contra. Onde quer chegar esse homem que atualmente preside o Tribunal Superior Eleitoral? **Querem a inquietação do povo? Querem que movimentos surjam no futuro que não condizem com a democracia?** (Jair Bolsonaro, 29/07/2021)

O trecho acima foi proferido ainda no início da *live*, e dá o tom do discurso de Bolsonaro antes que fossem apresentados os “indícios” e feitas as análises dos mesmos. Pode-se notar que, em seu pronunciamento inicial, Bolsonaro falou de modo sério e de forma pausada por mais de meia hora até que a palavra fosse passada para Eduardo Gomes, o que, em contraste com seu estilo usual, demonstra preparo e organização do discurso. No trecho selecionado acima, percebe-se a interdiscursividade com as críticas técnicas às urnas eletrônicas em passagens que Bolsonaro mobiliza os princípios de auditabilidade e transparência, ao citar o “voto auditável” e quando afirma que está “oferecendo mais uma maneira de auditar as eleições”; princípios mobilizados, no entanto, como forma de descredibilizar o sistema eleitoral e o TSE. Percebe-se também que Bolsonaro vai além e, através de perguntas supostamente preocupadas, tece ameaças contra a democracia: “Querem

a inquietação do povo? Querem que movimentos surjam no futuro que não condizem com a democracia?”. A referência ao “voto democrático”, indica a inversão que faz em relação ao significado de democracia, supondo que o sistema eletrônico de votação é simplesmente incompatível com tal regime.

Em vários outros momentos da mesma *live*, Bolsonaro também chama atenção para “o que está em jogo”, “a nossa liberdade”, e tece críticas a governos e regimes de esquerda, produzindo um simulacro de que este campo político seria o único com potencial de restringir liberdades individuais e degradar a vida da população.

**Eu como militar jurei dar minha vida pela pátria. E o povo ao qual eu converso, que é o nosso Exército, sem jurar, dão a vida pela sua liberdade.** Jornalistas, compareçam a Pacaraima em Roraima. Vejam as centenas de pessoas que fogem da Venezuela. A maioria mulheres, com dois ou três filhos. Outras com filhos e grávidas. Com uma sacola na mão e uma trouxa na cabeça, fugindo da fome e da miséria. **O regime que o outro lado apoia e quer para o Brasil, transformou... ajudou a transformar um país rico em petróleo, integrante da OPEP, rico em ouro, em um país de miseráveis.** Onde nem animais de estimação existe mais, porque o povo comeu, com fome. Olha o que está acontecendo na Argentina. (Jair Bolsonaro, 29/07/2021)

O trecho acima se inicia com enunciações de patriotismo, sugere a imagem do povo como um exército que deve dar “a vida pela sua liberdade”, o que aponta para a radicalização de seu público mais fiel, e, enfim, passa a uma estereotipação de problemas sociais vivenciados pela Venezuela, tal como “nem animais de estimação existe mais, porque o povo comeu, com fome.” Os mesmos “alertas” são feitos com citações a Cuba e Argentina, de modo a produzir medo em relação a um novo governo do PT e acirrar os antagonismos políticos.

Bolsonaro ainda associa o discurso de descrédibilização das urnas eletrônicas às medidas de controle da Covid-19, como mais supostos exemplos de autoritarismo por parte de seus adversários. Outra frente em que o ex-presidente explora controvérsias sociotécnicas (Duarte e Benetti, 2022) em busca de produzir antagonismos políticos:

**Ninguém mais do que eu é atacado diuturnamente.** Muitas vezes com acusações, realmente, que mexe com a alma da gente, com a família. A gente segura essa onda. Para mim isso não é liberdade de expressão, mas entubo, como sendo liberdade de expressão. Que decisão foi essa do nosso Supremo Tribunal Federal? Por ocasião ainda da pandemia o ano passado, onde se passa por cima de todos os incisos do artigo quinto da constituição. **Se toma medidas violentas contra o povo. Tirando-lhes o direito de ir e vir, o direito ao trabalho, o direito a frequentar o templo religioso.** Medidas mais drásticas tomadas por muitos prefeitos e governadores. Mais graves, mais restritivas do que o estado de sítio. E olha que o

estado de sítio não entra no momento que eu assino o decreto, entra em vigor depois que o parlamento aprovar. E mesmo assim, enquanto durar o estado de sítio, eu respondo por qualquer excesso. E o Supremo deu poderes a governadores e prefeitos tomarem medidas mais agressivas ainda. Sem que eles respondessem por nada, absolutamente nada. (Jair Bolsonaro, 29/07/2021)

É evidente no trecho acima, e já demonstrado como constitutivo dos discursos de Bolsonaro, a vitimização. No caso das urnas, assim como no caso da pandemia, Bolsonaro se vê como vítima em relação a uma série de atores políticos que alegadamente buscariam restringir as liberdades do povo brasileiro.

Os trechos mencionados acima demonstram o tom e a forma de politização empregada por Bolsonaro em uma *live* cujo tema principal foram os supostos “indícios” de fraudes eleitorais. Vejamos o início da fala de Eduardo Gomes:

Inicialmente, boa noite a todos. O objetivo hoje é muito claro, muito direto. Nós queremos é demonstrar que as nossas urnas eletrônicas precisam de uma melhoria. Nós vamos mostrar fatos, acontecimentos. Alguns até que a maioria da população já viu na internet, em alguns lugares... O nosso público alvo, aqueles... aqueles a quem estamos nos dirigindo é o povo. É o povo que é soberano. É o povo... o povo que se faz representar no Congresso. Então esse é o objetivo, presidente. **Demonstrar que as nossas urnas, que já funcionam, podem ser melhoradas. Que as nossas urnas tem alguns problemas e que o voto impresso pode contribuir para a transparência e paz social no Brasil.** (Eduardo Gomes em *live* de Jair Bolsonaro, 29/07/2021)

Eduardo Gomes, assim como Anderson Torres, posteriormente, cumpre a função de falar de modo mais comedido e “técnico”. Percebe-se, inclusive, um contraste com o tom de Bolsonaro na medida em que ele afirma: “Então esse é o objetivo, presidente. Demonstrar que as nossas urnas, que já funcionam, podem ser melhoradas”. Logo em seguida, no entanto, é possível perceber a apropriação que se faz da crítica técnica e o alinhamento ao discurso conspiratório, ao afirmar que “o voto impresso pode contribuir para a transparência e a paz social.” Enquanto o termo “transparência” está associado ao campo da crítica técnica pautada em ciência da computação, a menção à “paz social” remete às ameaças de convulsão social incentivadas por Bolsonaro em meio a seus apoiadores.

Após o momento que Eduardo Gomes toma a fala, inicia-se a exibição de vídeos e as análises dos mesmos já mencionados acima. Na sequência, Bolsonaro retoma a palavra por longos minutos, agora em tom mais exaltado, aparentando falar de improviso, antes que Anderson Torres fizesse a sua participação. O trecho que segue é o modo como Bolsonaro conclui a mais longa transmissão ao vivo de seu mandato:

**E eu concluo e termino dizendo: voto impresso auditável e contagem pública dos votos é um instrumento de cidadania e paz social. Garantia de paz e prosperidade.** De harmonia entre os poderes. Nenhum poder é absoluto. Todos nós temos limites. O que o povo quer, e nós devemos atendê-lo, é exatamente um sistema de votação onde se possa ter a garantia de quem se votou, o voto vai para aquela pessoa. Assim nós conseguiremos, com toda certeza, uma paz no Brasil. Conseguiremos nos antecipar a possíveis problemas. E nós partiremos para a normalidade. (Jair Bolsonaro, 29/07/2021)

A partir da análise de interdiscursividade realizada, argumenta-se que, de maneira semelhante ao trabalho de Duarte e Benetti (2022), o posicionamento de Bolsonaro em relação às urnas eletrônicas, assim como em relação à pandemia de Covid-19, não pode ser explicado a partir de dualidades como “ciência x negacionismo” ou de “verdade x mentira”. Trata-se antes de uma exploração estratégica de controvérsias sociotécnicas, não sem recorrer à desinformação e teorias da conspiração, nas quais atores políticos se aliam a determinados enunciados científicos que disputam um estatuto de verdade com objetivos de poder específicos.

Vinhas e Prates (2020) propuseram, a partir de Latour (2012), que durante as discussões sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas em 2018, os técnicos favoráveis ao voto impresso e os aliados de Bolsonaro compunham uma mesma rede, em oposição à rede do TSE de defesa das urnas eletrônicas. Reitera-se, assim como Vinha e Prates (2020) também reconhecem em alguma medida, que tal rede a favor do voto impresso não pode ser compreendida como homogênea. Por mais que partindo da noção sociotécnica de imbricamento entre tecnologia e política (Winner, 1980; Feenberg; 2018; Latour, 2000; Latour; 2012), ao se considerar a dimensão do discurso (Pinto, 2006; Fairclough, 2016), há que se fazer um recorte de caráter essencialmente político, que diz respeito à adesão à democracia. Enquanto o grupo de técnicos sempre justificou sua defesa do voto impresso como um modo de garantir uma melhor auditabilidade e maior transparência ao processo eleitoral, o discurso de Bolsonaro sobre as urnas eletrônicas está vinculado ao tensionamento belicoso com as instituições democráticas e adversários políticos e à ameaça de convulsão social, de modo que tais princípios parecem ser apropriados de forma estratégica para legitimar seus ataques ao sistema eleitoral e à democracia. E, de fato, a pauta do voto impresso parece ter sido sequestrada pelo bolsonarismo, de forma que se tornou uma bandeira política do então presidente e seus seguidores, fazendo com que a comunidade técnica que

saía em defesa de tal procedimento, no mais das vezes, se calasse sobre o assunto<sup>74</sup>. Características de seu discurso como a produção de antagonismo político entre amigos e inimigos, seu histórico de exaltação do autoritarismo brasileiro, a inversão dos significados associados à democracia e a promoção de teorias conspiratórias, a ser analisada na próxima seção, apontam para tal diferenciação.

Conclui-se, portanto, que, apesar de se alinharem em torno de um mesmo enunciado “urnas eletrônicas não são totalmente confiáveis” (Vinhas e Prates, 2020), há uma diferença política fundamental que se relaciona aos objetivos em relação à democracia. A análise também aponta para a importância de se compreenderem os processos correntes de desinformação política, em especial as teorias conspiratórias, como ordens do discurso em ascensão na contemporaneidade, caracterizadas não apenas pela mentira em si, mas por uma formulação fraudulenta mais complexa, que combina verdades selecionadas, carência de coesão argumentativa e acionamento de elos causais ocultos, abrindo espaço para a incerteza e o ataque a determinadas instituições e atores políticos tidos como inimigos.

#### **4.6. Hegemonia e ordem discursiva conspiratória**

Buscou-se demonstrar, até aqui, as estratégias discursivas de Bolsonaro no que diz respeito às urnas eletrônicas através da análise tridimensional de discurso (Fairclough, 2016) e à luz de uma literatura que já lidava com o bolsonarismo enquanto uma forma específica de linguagem (Lago, 2022; Starling, 2022; Bignotto, 2022; Piovezani, 2020a; Piovezani, 2020b; Rocha, 2023). Argumenta-se, de início, que o bolsonarismo pode ser entendido em relação a uma tradição linguística ligada ao fascismo (Piovezani, 2020a), mas com especificidades que dizem respeito ao contexto do autoritarismo brasileiro, em especial à DSN da ditadura militar, atualizada e distribuída socialmente por uma mídiósfera extremista (Rocha, 2023). Em seguida, propôs-se uma cronologia de produção de desconfiança em relação às urnas eletrônicas dividida em três fases de evolução desse discurso com base em eventos historicamente situados, a saber: uma primeira fase pouco ativa, anos de 2019 e 2020, que buscava manter a desconfiança viva; uma segunda fase, ano de 2021, marcada pela radicalização em direção à aprovação da PEC do voto impresso; e uma terceira fase, ano de

---

<sup>74</sup> Por mais que não mensurado, o afastamento dos técnicos da pauta pôde ser percebido através de alguns indícios, como a inatividade do site Voto Seguro e o fim do movimento Você Fiscal, capitaneado por Diego Aranha.

2022, que buscou, através da participação das Forças Armadas na CTE, alçar as eleições a um problema de segurança nacional, supostamente ameaçada pelo próprio TSE enquanto executor e árbitro das mesmas. Nas seções seguintes, o discurso de Bolsonaro foi analisado como produtor de inimigos e, conseqüentemente, de antagonismos políticos; como indutor de dissonância cognitiva coletiva através de um movimento duplo que demanda lealdade e profere enunciados contraditórios; e também como um discurso que busca legitimidade através da interdiscursividade com as críticas de técnicos às urnas eletrônicas, caracterizando-se como uma apropriação de tais críticas para produzir desconfiança. Por fim, pretende-se argumentar como tais estratégias discursivas compõem uma teoria conspiratória e, mais do que isso, argumentar que o conspiracionismo pode ser encarado como uma ordem do discurso em ascensão e profusão na contemporaneidade.

Partiremos de uma passagem em que Bolsonaro deixa explícito o cerne de sua teoria conspiratória:

E depois o supremo disse, se não me engano a Rosa Weber, não me lembro se foi ela... disse que esse sistema nosso com papel comprometeria a segurança das eleições. É exatamente o contrário que nós queremos. Ah, o papel pode engasgar na maquininha. A tela também trava, do computador, e o mesário vai lá. Por que? **O que que está em jogo? Tá na cara que é o poder... absoluto. Será que tem interesse também de outros países dentro do Brasil?** Será que querem que nós realmente sejamos o fazendão do mundo? Os outros só vem tirar o que nós temos de bom aqui dentro? (...)

Agora quem não quer mudar o sistema, [é] porque tem certeza... que o voto... não auditável servirá para eleger quem não tem voto. Repito, **quem tirou o Lula da cadeia? Quem o tornou elegível... é quem vai contar os votos lá no TSE na sala escura.** E devemos entubar... e dizer que o ministro Barroso está certo? As urnas são invioláveis? A NASA é violável! Os nossos ministérios aqui, quantas vezes se invade neles? As agências bancárias... a conta de vocês... só as urnas, só a transmissão de dados, só a contagem lá dentro da sala escura, da sala secreta? Não estou acusando os servidores do TSE. São meia dúzia que manobram tudo isso daí. (Jair Bolsonaro, 29/07/2021)

Anteriormente foi dito que são muitas as conjecturas elaboradas sobre fraude nas urnas, e que tais especulações não chegam a formar uma teoria única. Isso vale, no entanto, para as tentativas de explicar as supostas fraudes em eleições anteriores. Um amontoado de “indícios” que objetivam calcificar a desconfiança no processo eleitoral de forma que a principal teoria conspiratória seja crível e prevaleça na percepção do eleitorado bolsonarista. No que se refere às eleições de 2022, ainda por vir naquele momento, Bolsonaro deixa muito clara a sua teoria conspiratória: TSE e PT estariam tramando às escuras contra a sua reeleição, e o método para a realização de tal conspiração seria o voto eletrônico. Tal como afirma o



ex-presidente: “Repito, quem tirou o Lula da cadeia? Quem o tornou elegível... é quem vai contar os votos lá no TSE, na sala escura.”

Vale mencionar mais uma estratégia discursiva importante para a retórica conspiracionista de Bolsonaro, as perguntas sugestivas. O raciocínio de Bolsonaro é expresso a partir de perguntas, que não necessariamente afirmam algo, mas que sugerem e dão incentivo a uma certa imaginação conspiratória no público que o escuta. Por exemplo, quando indaga: “Será que tem interesse também de outros países dentro do Brasil?” Nesse ponto ele sugere uma articulação internacional para tirá-lo do poder e reforça a ideia, expressa em outros momentos, de que as eleições são um assunto de segurança nacional.

Nota-se que a maneira com que Bolsonaro busca explicar supostas fraudes eleitorais se enquadra na definição de teoria conspiratória dada por Uscinski (2020), ou seja, uma explicação de fatos passados, presentes ou futuros contrária às explicações estabelecidas pelas autoridades epistemológicas e que, necessariamente, implicam a ação secreta de entidades poderosas agindo em segredo contra o bem comum. Vai contra as autoridades epistemológicas pelo simples fato de afirmar a existência de fraudes eleitorais, as quais nunca foram comprovadas. Além disso, acusam o TSE, a instituição responsável pela realização das eleições, de tramar contra a vontade e soberania popular, leia-se, a reeleição de Bolsonaro. A problemática, no entanto, vai além, uma vez que este tipo de retórica é cada vez mais expressa por líderes eleitos, amplificada por suas bases eleitorais através das redes sociais, configurando-se como uma ordem discursiva em ascensão na contemporaneidade.

Ordem do discurso, de acordo com Foucault, diz respeito à estrutura que subjaz determinados eventos e práticas discursivas, assim como sobre uma certa ordem do dizível em determinados contextos sociais e em determinados momentos históricos (Fairclough, 2016; Foucault, 2012). O presente momento histórico é marcado pela digitalização da esfera pública, a qual está relacionada à emergência de explicações alternativas que fragilizam o estatuto da verdade, assim como pela ascensão de populismos no campo da política. Um contexto que, de acordo com Leticia Cesarino (2022), proporciona uma “máquina de ressonância populista-conspiracionista” (Cesarino, 2022, p. 205). Acredita-se, portanto, ser possível dizer que narrativas conspiratórias têm se tornado cada vez mais correntes e dizem respeito à ordem que ampara explicações sobre diversos temas. Inclusive, costurando sentidos em meio às notícias verdadeiras e as fraudulentas que permeiam as redes sociais (Aggio,

2021). De modo que, no caso específico das urnas eletrônicas e das suposições de fraudes eleitorais, conhecimentos e valores oriundos do meio técnico e científico se misturam a aspirações ilegítimas de poder para formar uma determinada narrativa que põe em xeque a institucionalidade democrática.

Nesse sentido, vale notar um último aspecto do discurso de Bolsonaro no que tange as urnas eletrônicas, a maneira como ele se apropria do discurso democrático:

**Vamos ter eleições? Vamos ter eleições. Mas eleições limpas. Eleições democráticas.** Tem que ter eleições com contagem pública de votos. Não podemos... meia dúzia de pessoas continuar contando as eleições numa salinha secreta. Acabou, o resultado é esse. (...)  
 Vocês... muitos que me acusavam de ditador, né? Troglodita. Pessoa que quer dar o golpe. **Eu tô falando de democracia, mas não é essa democracia de contar voto escondidinho, não.**(...)  
 O que que tá acontecendo? Cadê a democracia no Brasil? Onde se espera que tenha que vir exemplo, não vem. Vem truculência. Vem ameaças. Vem outro inquérito do fim do mundo, como o primeiro. Que mantém um jornalista preso. Que mantém um deputado federal preso. **E quem tá atentando contra democracia sou eu?** Imaginem, povo brasileiro, se o outro lado tivesse ganho as eleições. Na fraude, ou na possibilidade de fraude, na suspeição, ou não. Como estaria o Brasil agora? Estaria garantidíssimo esse sistema de... de eleições. (Jair Bolsonaro, 12/08/2021)

A partir de tais afirmações, que são recorrentes em vários outros momentos, pode-se notar que Bolsonaro não apenas deturpa e esvazia a ideia de democracia, mas a inverte. Compreende-se democracia, aqui, em sua perspectiva mínima e institucional, de representantes eleitos por meio do voto popular e que seguem uma constituição minimamente republicana. Bolsonaro parece levar às últimas consequências o modo de representação populista para fazer valer seus desejos autoritários, mas para isso, precisa deslegitimar o modo como se agregam as preferências políticas do eleitorado. Marcos Nobre (2022) já indicava como a palavra “democracia” tem outro significado para o bolsonarismo:

Mais do que um simples líder antissistema, Bolsonaro se considera o líder de uma revolta conservadora. Ele não busca a assimilação em nível institucional. Ele associa suas posições de extrema direita a tudo que é ético e decente e identifica o restante - todo o sistema político - com a “esquerda”, ou seja, com tudo o que é corrupto e corrompido na vida social em geral. Para Bolsonaro, todo mundo que aceitou as regras da Constituição de 1988 é “de esquerda”, faz parte da “falsa democracia”. Para Bolsonaro, a redemocratização é responsável por todos os males do país. Quem conseguir entender a expressão “a democracia da ditadura era a verdadeira democracia” conseguirá entender Bolsonaro. (Nobre, 2022, p. 20-21)

O ímpeto antissistêmico de Bolsonaro tem caráter reacionário (Starling, 2022) e teve como efeito o aprofundamento da crise da democracia no Brasil. A disputa hegemônica que

leva à cabo ataca o pacto de 1988 em sua dimensão institucional com consequências graves para a cultura política, tal como propôs Camila Rocha (2021). Isso se percebe ao analisar o comportamento e ideário de seus públicos. Tal como propôs Foucault (2012), o discurso produz formas específicas de subjetivação, o que é levado em conta por Fairclough (2016) ao afirmar que, através de tais processos de subjetivação, o discurso possibilita a formação de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. É nesse sentido que se pode afirmar que o discurso de Bolsonaro, enquanto uma nova língua (Lago, 2022), tem efeitos também sobre a formação de uma cultura política antidemocrática. Basta ver como o seu núcleo mais radicalizado se caracteriza pela exaltação das armas, pela defesa e, às vezes, prática da violência, assim como a consequente negação dos princípios de igualdade política. Enquanto disputa hegemônica, portanto, o bolsonarismo se caracteriza não apenas pelo objetivo de ruptura institucional, mas também de radicalização reacionária no campo da cultura, sem, no entanto, buscar modificar as estruturas econômicas, o que é típico dos fascismos e movimentos de extrema direita.

O bolsonarismo, portanto, pode ser compreendido como um populismo conspiratório não apenas porque faz uso de teorias conspiratórias com frequência, mas também porque conspira<sup>75</sup>. O uso que faz de teorias conspiratórias serve, principalmente, para produzir medos e novas subjetividades que legitimam sua própria conspiração. Por isso a descredibilização das urnas eletrônicas está associada à lógica antagonística amigo-inimigo, à produção de dissonância cognitiva via contradições assimiláveis, à apropriação da técnica e da ciência como forma de angariar legitimidade e à inversão do sentido de democracia.

#### **4.7. Síntese dos resultados**

Como conclusão ao capítulo, apresento a seguir uma síntese das categorias observadas na análise dos discursos de Bolsonaro, tomando como referência o dispositivo de análise apresentado no capítulo anterior com base na análise tridimensional de discurso (Fairclough, 2016). A seção tem como objetivo dar clareza sobre os pontos mais relevantes na realização

---

<sup>75</sup> As suspeitas de que Bolsonaro, junto aos militares, tramaram um golpe ficou cada vez mais evidente desde o 8 de janeiro de 2023, mas se firmaram principalmente a partir da Petição 12.100/DF, expedida por Alexandre de Moraes em 8 de fevereiro de 2024, que decretou prisões preventivas e mandados de busca e apreensão contra envolvidos, inclusive militares, no que se reconhece como uma tentativa de golpe de Estado. Para repercussão internacional do caso, ver:

<https://www.nytimes.com/2024/02/08/world/americas/brazil-police-raid-bolsonaro-attempted-coup-investigation.html> Acesso em: 11/03/2024.

da análise e de que forma foram contemplados. Note-se, no entanto, que Fairclough (2016) compreende que a análise tridimensional do discurso deve ser realizada contemplando todas as três dimensões simultaneamente, tal como foi apresentada nas seções anteriores.

- **Texto:**

- **Coesão:** A análise dos conectivos e da argumentação foi importante para perceber o estilo retórico de Bolsonaro, marcado por uma coesão débil, tal como já apontado por Piovezani (2020b). A debilidade da coesão, caracterizada na maior parte das vezes pela ausência de conectivos e por interrupções de linhas de raciocínio, abriu caminho para o aprofundamento em outros dois aspectos: 1) o estilo militarizado de sua fala, que preenche o critério da metaforização do discurso (Fairclough, 2016); e 2) a interdiscursividade com as críticas técnicas sobre a urna eletrônica (Graaf, 2017), com a função de conferir legitimidade a suas alegações de fraude eleitoral.
- **Significação de palavras:** Compreendida como análise de vocabulário, a observância dessa categoria apontou, principalmente, para o uso que se faz da palavra “democracia” e seus correlatos, como as demandas por “eleições limpas”. Tais palavras foram investidas ideologicamente de forma a inverter seus significados, tal como já apontado por Nobre (2022).
- **Criação de palavras:** Também inclusa na análise de vocabulário, o principal achado a partir desse item diz respeito aos conceitos de “voto auditável” e “voto democrático”, que vieram em momentos posteriores ao uso corrente de “voto impresso” e indicam uma radicalização do discurso de Bolsonaro, a partir de 2021, ao incorporar nos adjetivos a ideia de que o voto eletrônico não é auditável e nem mesmo seria compatível com a democracia.
- **Metáfora:** A análise da dimensão metafórica dos textos se fez presente na já mencionada militarização do discurso. No entanto, pode-se dizer que essa categoria foi ampliada no decorrer da análise para abarcar também outras

figuras de linguagem, tal como o frequente uso da ironia, uma forma de deslegitimar adversários, estabelecendo fronteiras entre amigos e inimigos, o que diz respeito à dimensão ideológica do populismo (Mudde, 2017) de Bolsonaro.

- **Prática discursiva (produção, distribuição e consumo):**
  - **Interdiscursividade (produção):** A análise da interdiscursividade foi um ponto de preocupação especial da análise do discurso. Embora pudessem se observar outros cruzamentos de textos no discurso de Bolsonaro, como, por exemplo, o discurso religioso, deu-se preferência pela compreensão dos cruzamentos com um discurso técnico e científico, especificamente o desenvolvido por cientistas da computação críticos às urnas eletrônicas. Desse modo, conclui-se que Bolsonaro recorrentemente fez menção aos princípios de segurança eleitoral apontados pelos técnicos, a saber, transparência e auditabilidade. Buscou-se demonstrar, no entanto, que, diferentemente da comunidade técnica, Bolsonaro se utilizava de tais argumentos não visando o aprimoramento do sistema eleitoral, mas a produção de desconfiança contra o mesmo. Argumento que Bolsonaro sequestrou a crítica técnica e que a utilização de tais argumentos, assim como a busca de apoio em supostas autoridades científicas, tinham como objetivo legitimar suas alegações de fraude eleitoral.
  - **Distribuição:** A análise de distribuição textual em si não foi realizada. Como o corpo discursivo foi composto por recortes das *lives*, uma análise de cadeias intertextuais, por exemplo, seria prejudicada. Já a dimensão de distribuição social dos textos foi realizada através da literatura que lida com a esfera pública digitalizada e seu contexto de desinformação, *fake news* e teorias conspiratórias (Cesarino, 2021; Rocha, 2023; Mendonça et al., 2023). Nesse âmbito, acredita-se que as *lives* de Bolsonaro, por se tratarem de uma forma do ex-presidente falar diretamente com seus apoiadores sem se submeter aos filtros da mídia tradicional, fornece ideias e narrativas a serem replicadas em outras redes e contextos.

- **Coerência (consumo):** Admite-se que o discurso político de Bolsonaro, em geral, foi capaz de encontrar ressonância em amplos públicos, formando identidades e relações sociais próprias, assim como sistemas de conhecimento e crença específicos. Evidência disso é o próprio bolsonarismo, compreendido enquanto linguagem e movimento político. Nesse âmbito, buscou-se argumentar que o discurso de Bolsonaro é, muitas vezes, contraditório, nos levando a crer que seus seguidores, especialmente a parcela mais radicalizada, interpreta e se agrega em torno de seu discurso por afinidade ideológica, de certo, mas também por efeitos de dissonância cognitiva (Rocha, 2023). As *lives* de Bolsonaro podem ser compreendidas como uma espécie de “pregação para convertidos”, dando força agregativa ao movimento.
  
- **Condições da prática discursiva:** Considera-se como condições da prática discursiva todo o contexto apresentado no capítulo 2, que diz respeito, basicamente, à crise epistêmica (Mendonça e Bernardes, 2022b) e à existência de uma controvérsia sociotécnica em torno de urnas eletrônicas que não apresentam contraprovas físicas dos votos (Latour, 2012; Vinhas e Prates, 2022). O contexto de crise da democracia, base para a ascensão de populismos, tal como apresentado no capítulo 1, também pode ser tomado como uma pré-condição política e social para o discurso analisado. O que, inclusive, abre portas para a compreensão da última dimensão da análise, a do discurso enquanto prática social.

- **Prática social:**

- **Ordens do discurso:** Propõe-se sobre esse ponto a ideia de que o discurso de Bolsonaro sobre as urnas eletrônicas é uma manifestação, dentre outras, de uma ordem discursiva baseada em teorias conspiratórias que se encontra em ascensão na contemporaneidade e no atual ambiente das redes digitais, em certa concordância com o que aponta Cesarino (2021, 2022).

- **Efeitos ideológicos e políticos do discurso:** No âmbito da ideologia, propõe-se que o bolsonarismo pode ser classificado como um *populismo conspiratório*, por empregar a dicotomia “povo x elite” típica do populismo (Mudde, 2017), por se utilizar de teorias conspiratórias e também por, de fato, conspirar. No que diz respeito aos efeitos políticos do discurso de Bolsonaro contra as urnas eletrônicas pode-se observar, de maneira mais flagrante, a contestação dos resultados eleitorais e a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023. As suspeitas levantadas contra o processo eleitoral brasileiro proporcionaram níveis elevados de desconfiança. Ao que tudo indica, levando-se em conta as decisões judiciais mais recentes sobre a tentativa de golpe de Estado no Brasil<sup>76</sup>, a deslegitimação das urnas eletrônicas teve um papel importante nesse processo. Pode-se dizer que, tendo efeitos sobre a institucionalidade democrática, assim como para a cultura política do país, o discurso de Bolsonaro empreende uma disputa hegemônica no Brasil.

---

<sup>76</sup> Ver:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2024/02/alexandre-de-moraes-autorizou-operacao-contr-a-bolsonaro-e-militares-leia-a-integra-da-decisao.shtml>. Acesso em 24/03/2024.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação para realização deste trabalho veio, basicamente, de dois fatores. Em primeiro lugar, do incômodo e inquietação sobre os abalos sísmicos que nossa democracia vinha sofrendo em sequência: o impeachment de Dilma Rousseff, a prisão de Lula da Silva, as reformas neoliberais do governo de Michel Temer em contraposição à vontade popular expressa nas eleições e, finalmente, a ascensão de Bolsonaro como marco do autoritarismo e de uma sociabilidade política cada vez mais violenta. Esta última, em específico, jogou-me em uma espécie de obsessão de estudar e acompanhar a política constantemente como forma de tentar dar algum sentido ao sofrimento que estávamos experienciando enquanto sociedade.

Uma segunda motivação veio de uma descoberta intrigante e inesperada. No mesmo período em que Bolsonaro começava a ocupar o Executivo Federal, eu terminava meu bacharelado em Ciências Sociais e me via realizando uma modesta pesquisa de monografia no campo dos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade, quando um colega da época compartilhou despretensiosamente com o grupo de estudos o livro *O mito da urna*, do cientista da computação Jeroen Van de Graaf (2017). A leitura solitária do pequeno livro me surpreendeu por me apresentar, pela primeira vez, uma perspectiva crítica legítima e tecnicamente embasada sobre as urnas eletrônicas brasileiras, as quais eu sempre via com bastante naturalidade por ter se tratado de um aparelho que usei desde a primeira vez que exerci meu direito ao voto, em 2010. Além disso, o senso comum da época compreendia que elas eram indubitavelmente seguras e tornavam o Brasil uma espécie de referência mundial em termos de realização de eleições.

Tomar consciência de que havia uma interessante controvérsia sociotécnica sobre o modo como realizamos eleições me deixou atento para o que Jair Bolsonaro vinha falando como candidato e, posteriormente, como Presidente da República. A polarização tomou conta do debate sobre as urnas eletrônicas e eu não encontrava reflexões que dessem conta de costurar de forma satisfatória as diferentes perspectivas sobre o assunto, principalmente à medida que qualquer dúvida sobre seu funcionamento e segurança passava a ser englobada pelo discurso conspiratório de Bolsonaro. Esta dissertação é, em boa medida, uma tentativa de dar uma resposta a mim mesmo.

Para o campo da comunicação política e da análise de discurso em ciência política, acredito ser uma singela contribuição. Como resultado final a ser apreciado, discutido e



rebatido pelos colegas pesquisadores, deixei, em primeiro lugar, uma proposta de se analisar o bolsonarismo sob o prisma de um populismo conspiratório. Não só por usar teorias conspiratórias como base ideológica de comunicação e ações do governo, mas também por conspirar contra a democracia por meio desse expediente retórico. Cabe verificar se tal conceito faz sentido a outros olhos e se é capaz de ser aplicado em outros contextos.

Uma segunda intervenção foi a de tentar costurar uma literatura que lida com desinformação e pós-verdade com outra que lida com a questão das controvérsias sociotécnicas e das relações entre política e tecnologia. Acredito que a tentativa de combinar essas matrizes teóricas para pensar o caso das urnas eletrônicas, argumentando que Bolsonaro se apropria de discursos técnicos e científicos para compor suas teorias conspiratórias, pode inspirar trabalhos futuros. Além disso, concluo esta dissertação com o sentimento de que devemos dar mais atenção ao uso que se faz da ciência em teorias conspiratórias e narrativas fraudulentas, principalmente em uma época em que as instituições científicas têm o dever de construir mais pontes com a sociedade em geral, sob risco de cada vez mais perder relevância.

Finalmente, embrenhei-me pelo multifacetado, tortuoso e escorregadio caminho da análise de discurso para tentar encontrar sentidos nas falas de Bolsonaro sobre as urnas eletrônicas, amplamente reconhecidas como mentirosas. No entanto, com base em uma intuição de que desdobrar o amálgama dos discursos conspiratórios, em busca de seus segredos e detalhes controversos, é mais efetivo do que simplesmente negar-lhes a veracidade, dediquei-me à tarefa de colocar uma lupa nas *lives* de Bolsonaro. O resultado são as estratégias discursivas que apresentei no último capítulo. Sejam elas postas em prática de forma consciente ou não pelo ex-presidente, no fundo, cabe a nós, sociedade civil intérprete de discursos, reconhecer as artimanhas para melhor evitar enganos.

Cabe ainda apontar algumas limitações que reconheço no presente trabalho, pensando, principalmente, em como se pode explicar esse momento histórico em que a democracia foi entortada, quase a ponto de quebrar. Em primeiro lugar, seria necessário refletir e compreender melhor o papel dos militares para a ascensão de Bolsonaro e o processo de descredibilização das urnas eletrônicas. Já no momento em que estava realizando a análise do corpo discursivo, percebi que o assunto dos militares ganhou uma importância que não condizia com o que apresentei na revisão bibliográfica. Presumo que há uma participação importante das Forças Armadas na recente desestabilização do regime democrático, dada a forma como estas compuseram e endossaram o governo Bolsonaro e pelo modo com que o assunto das fraudes eleitorais era recorrentemente provocado por militares durante as *lives*.

Além disso, acredito que a minha análise deixa uma lacuna no âmbito da prática discursiva e pode ser tensionada por abordagens que considerem de forma mais ampla a desinformação no ambiente digital. O foco em um indivíduo específico, ainda que seja uma liderança central, não permite apreender de forma satisfatória os modos como os públicos mais amplos realmente se apropriam de tais discursos.

Uma outra lacuna que poderia vir a ser contemplada em trabalhos futuros é uma compreensão mais detida da Justiça Eleitoral no Brasil e seu papel em relação à democracia. De certo, ela tem se apresentado como verdadeiro *gatekeeper* do regime democrático nos últimos tempos. No entanto, uma perspectiva mais crítica sobre sua atuação, tal como a apontada por Avritzer (2019), ou mesmo um histórico de sua gestão do sistema eletrônico de votação, aspectos não trabalhados durante a dissertação, podem render outros caminhos de compreensão. Além disso, mesmo em estudos discursivos, seria interessante analisar o embate entre TSE/STF e Bolsonaro, uma vez que este trabalho teve como foco apenas o segundo.

Enfim, a análise de discurso, realizada com um objeto e um objetivo específicos, como foi o caso desta, acaba se esgotando em si mesma, pois chega a um ponto de saturação. A menos que outros analistas se debrucem sobre o mesmo objeto para encontrar pontos divergentes ou complementares, tem-se, por enquanto, esta contribuição. Espero que ela possa somar para uma melhor compreensão de agendas de pesquisa contemporâneas, como as da crise da democracia, do populismo, da crise epistêmica, das controvérsias sociotécnicas e das práticas discursivas que as atravessam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio (2018). *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- AGGIO, Camilo (2021). *Teorias conspiratórias, verdade e democracia*. Sociedade da desinformação e infodemia / Organizadores Geane Alzamora, Conrado Moreira Mendes, Daniel Melo Ribeiro. – Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021 (Olhares Transversais; v. 1).
- ALTHUSSER, Louis (1971). *Ideology and ideological state apparatuses*. In: ALTHUSSER, Louis. (ed.) *Lenin and philosophy and other essays*. Londres: New Left Books, 1971. (Aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Graal, 1992).
- ARANHA, Diego; KARAM, Marcelo; MIRANDA, André; SCAREL, Felipe (2013). *Vulnerabilidades no software da urna eletrônica*. Relatório: versão 1.0.1. Departamento de Ciência da Computação – Universidade de Brasília (CIC/UnB).
- ARANHA, Diego; BARBOSA, Pedro; CARDOSO, Thiago N. C.; LÜDERS, Caio; MATIAS, Paulo (2018). *Execução de código arbitrário na urna eletrônica brasileira*. In: Anais Principais do Simpósio Brasileiro em Segurança da Informação e de Sistemas Computacionais (SBSEG), 18., 2018, Natal. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2018. p. 57 – 70.
- AVRITZER, Leonardo (2019). *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2019.
- BEER, David (2016). *The social power of algorithms*. *Information, Communication & Society*, 20:1, 1-13, DOI: 10.1080/1369118X.2016.1216147.
- BENKLER, Yochai; FARRIS, Robert; ROBERTS, Hal (2018). *Network Propaganda: Manipulation, Disinformation and Radicalization in American Politics*. Oxford University Press, 2018.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (1985). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERGMANN, Eiríkur; BUTTER, Michael (2020). *Conspiracy theory and populism*. In: *Routledge handbook of conspiracy theories* / edited by Michael Butter and Peter Knight. Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2020.

- BERMEO, Nancy (2016). *On democratic backsliding*. Journal of Democracy. Vol. 27, number 1, January 2016. National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press, 2016.
- BIGNOTTO, Newton (2022). *Bolsonaro e o bolsonarismo entre o populismo e o fascismo*. In: Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise (Heloísa Murgel Starling, Miguel Lago, Newton Bignotto) - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BOAS, Taylor (2023). *Evangelicals and Electoral Politics in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BROWN, Wendy (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. - São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BRUNAZO FILHO, Amílcar; CORTIZ, Maria Aparecida (2006). *Fraudes e defesas no voto eletrônico*. São Paulo: All Print Editora, 2006.
- CAMARÃO, Paulo (2021). *Urna eletrônica brasileira - Um projeto de sucesso*. 25 anos da urna eletrônica: tecnologia e integridade nas eleições / Frederico Franco Alvim, Jaime Barreiros Neto, Marta Cristina Jesus Santiago (coords.).— Salvador : Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, 2021.
- CARVALHO, Volgane (2021). *O protagonismo da urna eletrônica no processo de combate à fraude eleitoral*. 25 anos da urna eletrônica: tecnologia e integridade nas eleições / Frederico Franco Alvim, Jaime Barreiros Neto, Marta Cristina Jesus Santiago (coords.).— Salvador : Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, 2021.
- CASTELLS, Manuel (2017). *Redes de indignação e esperança*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 2ª ed. revisada e atualizada – Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- CESARINO, Leticia (2020). *Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil*. Internet & Sociedade, n.1,v.1, p. 91-120.
- CESARINO, Leticia (2021). *Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética*. Ilha, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021.
- CESARINO, Leticia (2022). *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- CHAMAYOU, Gregoire. (2020) *A sociedade ingovernável – uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

- CHIODI, Alexander Dugno; BERNARDI, Ana Julia Bonzanini (2023). *A ameaça antidemocrática como instrumento de barganha no governo Jair Bolsonaro (2019-2021)*. Revista Uruguaya de Ciência Política, v. 32, n. 1, p. 129-150, 31 de maio de 2023.
- COUTO, Cláudio (2021). *Do governo-movimento ao pacto militar-fisiológico*. In: Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política (Org. Leonardo Avritzer, Fábio Kerche e Marjorie Marona). Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- DUARTE, Daniel; BENETTI, Pedro (2022). *Pela Ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia*. Sociologias, Porto Alegre, ano 24, n. 60, mai-ago 2022, p. 98-138.
- EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew (2020). *Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal*. Tradução de Alessandra Bonruquer. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2020.
- EMPOLI, Giuliano Da (2019). *Os engenheiros do caos*. Tradução Arnaldo Bloch - 1ª ed. - São Paulo: Vestígio, 2019.
- FAIRCLOUGH, Norman (2016). *Discurso e Mudança Social*. Editora UnB, 2ª edição, 1ª reimpressão, 2019.
- FEENBERG, Andrew (2018). *Tecnologia, Modernidade e Democracia*. Inovatec, Portugal, 2018.
- FERNANDES, Sabrina (2019). *Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- FERRÃO, Isadora; CHERVINSKI, João Otávio; SILVA, Sherlon; KREUTZ, Diego; IMMICH, Roger; KEPLER, Fábio; RIGHI, Rodrigo (2019). *Urnas eletrônicas no Brasil: linha do tempo, evolução e falhas e desafios de segurança*. Revista Brasileira de Computação Aplicada, v.11, n.2, p.1-12, 2019.
- FINCHELSTEIN, Federico; URBINATI, Nadia (2018). *On populism and democracy*. Koninklijke Brill NV, Leiden, 2018. Populism 1, p. 15-37.
- FINCHELSTEIN, Federico (2020). *Uma breve história das mentiras fascistas*. Tradução de Mauro Pinheiro. - 1ª ed. - São Paulo: Vestígio, 2020.
- FISCHER, Frank (2003). *Citizens, experts and democracy*. Kettering Review, 2003.
- FISCHER, Frank (2009). *Democracy and Expertise: reorienting policy inquiry*. Oxford University Press Inc., New York. 2009.
- FRASER, Nancy (2019). *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

- FOUCAULT, Michel (1972). *The archaeology of knowledge*. Londres: Tavistock Publications, 1972.
- FOUCAULT, Michel (2012). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2012.
- FOUCAULT, Michel. (2010). *O nascimento da biopolítica*. Editora Edições 70.
- FOUCAULT, Michel (2019). *A microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Paz e Terra - 10ª ed. - Rio de Janeiro/São Paulo: 2019.
- GALHARDI, Cláudia; FREIRE, Neyson; MINAYO, Maria Cecília; FAGUNDES, Maria Clara (2020). *Fato ou fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia de Covid-19 no Brasil*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(Supl.2):4201-4210, 2020.
- GASTALDI, Helio; ROSENDO, Rosi (2012). *Urna eletrônica no Brasil: mudanças no processo eleitoral e no comportamento dos eleitores*. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública / Número 2*.
- GIDDENS, Anthony (1991). *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Flickr. - São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GIRY, Julien; GÜPINAR, Dogan (2020). *Functions and uses of conspiracy theories in authoritarian regimes*. In: *Routledge handbook of conspiracy theories / edited by Michael Butter and Peter Knight*. Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2020.
- GIRY, Julien; TIKA, Pranvera (2020). *Conspiracy theories in political science and political theory*. In: *Routledge handbook of conspiracy theories / edited by Michael Butter and Peter Knight*. Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2020.
- GOLD, T., & Peña, A. M. (2021). *The rise of the contentious right: digitally intermediated linkage strategies in Argentina and Brazil*. *Latin American Politics and Society*, v. 63, n. 3, 1–26.
- GRAAF, Jeroen Van de; CUSTÓDIO, Ricardo (2002). *Tecnologia Eleitoral e a Urna Eletrônica: Relatório SBC 2002*. Sociedade Brasileira de Computação, 2002.
- GRAAF, Jeroen Van de (2017). *O mito da urna: desvendando a (in)segurança da urna eletrônica*. 1ª Ed. 2018.
- GRAMSCI, Antonio (1971). *Selections from the prison notebooks*. Ed. e trad. Q. Hoare and G. N. Smith. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.
- HARSIN, Jayson (2015). *Regimes of posttruth, postpolitics, and attention economies*. *Communication, Culture & Critique* 8 (2015) 327–333.

- HARSIN, Jayson (2018). *Post-truth and critical communication studies*. In: The Oxford Encyclopedia of Communication and Critical Cultural Studies. Oxford University Press, 2019.
- HARVEY, D. (2007). *A brief history of neoliberalism*. Oxford University Press, USA.
- KALIL, Isabela (2018). *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Outubro/2018.
- KALIL, Isabela; SILVEIRA, Sofia; KALIL, Wesley; PEREIRA, João; AZARIAS, Wiverson; AMPARO, Ana Beatriz (2021). *Politics of fear in Brazil: far-right conspiracy theories on Covid-19*. Global Discourse, vol 00, no 00, 1–17.
- KALIL, Isabela (2022). *Do “cidadão de bem” ao “patriota”: eleições, desinformação e extremismo*. In: Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos? (Org. Magna Inácio e Vanessa Elias de Oliveira). ANPOCS. São Paulo: Hucitec Editora, 2022.
- KLEMPERER, Victor (2009). *LTI: A linguagem do Terceiro Reich*. Tradução, apresentação e notas Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- LACLAU, Ernesto (1977). *Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism, Fascism and Populism*. London: NLB.
- LACLAU, Ernesto (2005). *On Populist Reason*. London: Verso.
- LAGO, Miguel (2022). *Como explicar a resiliência de Bolsonaro?* In: Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise (Heloísa Murgel Starling, Miguel Lago, Newton Bignotto) - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LATOUR, Bruno (2000). *Ciência em ação – Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- LATOUR, Bruno (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba, 2012. Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Tradução Renato Aguiar. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MACARCINI, Augusto; BARRETO JR., Irineu Francisco (2019). *Aspectos jurídicos, políticos e técnicos sobre sistemas eletrônicos de votação e a urna eletrônica brasileira*. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, nº 118, pp. 97- 149, jan-jun/2019.
- MACHADO, Raquel; OLIVEIRA, Flávio (2021). *Idas e vindas do voto impresso. 25 anos da urna eletrônica: tecnologia e integridade nas eleições / Frederico Franco Alvim, Jaime Barreiros Neto, Marta Cristina Jesus Santiago (coords.)*.— Salvador : Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, 2021.

- MAHL, Daniela; SCHÄFER, Mike; ZENG, Jing (2022). *Conspiracy theories in online environments: an interdisciplinary literature review and agenda for future research*. *New Media & Society*, v. 0, n. 0, p. 1-21.
- MAIR, Peter (2015). *El final de la participación popular*. In: *Gobernando el vacío: la banalización de la democracia occidental*. Madrid: Alianza Editorial, 2013 (Cap. 1, p. 35-60).
- MANIN, Bernard (1995). *As metamorfoses do governo representativo*. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.
- MENDES, Paulo Sérgio Pinto (2010). *A urna eletrônica brasileira: uma (des)construção sociotécnica*. Tese de doutoramento, PPGHCTE-UFRJ, 2010.
- MENDONÇA, Ricardo (2018). *Dimensões democráticas nas jornadas de junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 33 n° 98*.
- MENDONÇA, Ricardo; CAETANO, Renato (2021a). *Populism as parody: the visual self-presentation of Jair Bolsonaro on Instagram*. *The International Journal of Press/Politics* 2021, Vol. 26(1) 210–235.
- MENDONÇA; Ricardo; ABREU, Mariana; SARMENTO, Rayza (2021b). *Repertórios discursivos e as disputas políticas contemporâneas*. *Revista Novos Estudos Cebrap*, v. 40, n. 1, 2021.
- MENDONÇA, Ricardo; DOMINGUES, Leticia (2022a). *Protestos contemporâneos e a crise da democracia*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 37, 2022.
- MENDONÇA, Ricardo; BERNARDES, Cristiane (2022b). *Crise epistêmica e democracia: amadores e especialistas*. In: *Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências* (Org. Luciana Tatagiba, Debora Rezende de Almeida, Adrian Gurza Lavalle e Marcelo Kunrath Silva. 1ª ed. - Porto Alegre: Editora Zouk, 2022.
- MENDONÇA, Ricardo; FREITAS, Viviane; AGGIO, Camilo; SANTOS, Nina (2023a). *Fake news e o repertório contemporâneo de ação política*. *DADOS*, Rio de Janeiro, vol.66 (2): e20200213, 2023.
- MENDONÇA, Ricardo (2023b). *Pode a deliberação ajudar a democracia quando a própria democracia está em crise?*. In: *Crises da democracia e esfera pública: debates contemporâneos* (Org. Ricardo Fabrino Mendonça e Rayza Sarmento). Belo Horizonte: Incipt, 2023.



- MOUNK, Yascha (2019). *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Tradução: Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (2013). *Populism and (liberal) democracy: a framework for analysis*. In: *Populism in Europe and the Americas: Threat or corrective for democracy?* Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press.
- MUDDE, Cas (2017). *An ideational approach*. In: KALTWASSER, Rovira; C., TAGGART, P.A.; ESPEJO, P.O.; OSTIGUY, P. (eds.). *The Oxford handbook of populism*. OUP Oxford, 2017, p.27-47.
- MUIRHEAD, Russel; ROSENBLUM, Nancy (2019). *A lot of people are saying: the new conspiracism and the assault on democracy*. New Jersey: Princeton University Press, 2019.
- NICOLAU, Jairo (2012). *Eleições no Brasil: do império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- NICOLAU, Jairo (2020). *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- NOBRE, Marcos (2022). *Limites da democracia: de Junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2022.
- NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas (2023). *Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil*. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2023.
- OSTIGUY, Pierre. *A socio-cultural approach*. In: KALTWASSER, Rovira; C., TAGGART, P.A.; ESPEJO, P.O.; OSTIGUY, P. (eds.). *The Oxford handbook of populism*. OUP Oxford, 2017, p. 73-97.
- OYAMA, Thaís (2020). *Tormenta: O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- PAPADA, Evie; ALTMAN, David; ANGIOLILLO, Fabio; GASTALDI, Lisa; KOHLER, Tamara; LUNDSTEDT, Martin; NATSIKA, Natalia; NORD, Marina; SATO, Yuko; WIEBRECHT, Felix; LINDBERG, Staffan (2023). *Defiance in the Face of Autocratization. Democracy Report 2023*. University of Gothenburg: Varieties of Democracy Institute (V-Dem Institute).
- PARISER, Eli (2011). *The filter bubble: what the internet is hiding from you*. The Penguin Press, New York.

- PAXTON, Robert O. (2023). *A anatomia do fascismo*. Tradução: Patrícia Zimbres, Paula Zimbres. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- PEREIRA, Márcio Filipe (2022). *Descrédibilização do sistema eleitoral eletrônico como método: pânico moral e degradação democrática*. In: PEREIRA, Rodolfo Viana (Org.). *Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio*. v. V. Brasília: ABRADep, 2022. p. 171-186. ISBN: 978-85-93139-09-3.
- PIAIA, Victor Rabello (2021). *Comunicação política e construção da realidade: o WhatsApp nas eleições presidenciais de 2018*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2021.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. (2019) *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil.
- PINTO, Celi (2006). *Elementos para uma análise de discurso político*. Barbarói: revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia. Santa Cruz do Sul, RS. N. 24 (jan./jun. 2006), p. 78-109.
- PIOVEZANI, Carlos (2020a). *A linguagem fascista*. In: *A linguagem fascista* (Org. PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emilio. São Paulo: Hedra, 1ª edição, 2020.
- PIOVEZANI, Carlos (2020b). *Bolsonaro fala às massas: do baixo clero político à presidência da República*. In: *A linguagem fascista* (Org. PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emilio. São Paulo: Hedra, 1ª edição, 2020.
- PRZEWORSKY, Adam (2019). *Crises of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- RECUERO, Raquel (2020). *#Fraudenasurnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições de 2018*. Rev. Bras. Linguíst. Apl., v. 20, n. 3, p. 383-406, 2020.
- ROCHA, Camila (2021). *Menos Marx, Mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Ed. Todavia.
- ROCHA, João Cezar de Castro (2023). *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva*. 1ª ed. / 1ª reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- ROSA, Ana Paula; BIANCO, Erica (2022). *Mito do complô: embates de sentido na circulação de boatos sobre fraude eleitoral*. Esferas, ano 12, vol. 2, nº 24, maio-agosto de 2022.

- RUEDIGER, M. A.; GRASSI, A. (Coord.) (2020). *Desinformação on-line e processos políticos: a circulação de links sobre desconfiança no sistema eleitoral brasileiro no Facebook e no YouTube (2014-2020)*. Policy paper. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020.
- RUEDIGER, M. A. (Coord.) (2021). *(Pseudo) ciência e esfera pública: reivindicações científicas sobre Covid-19 no Twitter*. Policy paper. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2021.
- RUEDIGER, M. A. (Coord.) (2022). *Desinformação on-line e contestação das eleições: quinze meses de postagens sobre fraude nas urnas eletrônicas e voto impresso auditável no Facebook*. Policy paper. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2022.
- RUNCIMAN, David (2018). *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018.
- SANTANO, Ana Cláudia (2022). *As narrativas e as necessidades: o sistema eletrônico de votação brasileiro a partir de uma análise de política pública*. A&C – R. de Dir. Adm. Const. | Belo Horizonte, ano 22, n. 88, p. 75-101, abr./jun. 2022.
- SANTOS, Everton; HOFFMAN, Fábio; DUARTE, Scarleth (2020). *A (des)confiança dos brasileiros na democracia*. Revista Opinião Jurídica, Fortaleza, ano 18, n. 27, p 170-191, jan./abr. 2020.
- SCERB, Philippe (2021). *Causa ou consequência? Representação e participação no contramovimento bolsonarista à crise da democracia no Brasil*. Mediações, Revista de Ciências Sociais, v. 26, n. 1.
- SILVA, Marcelo; PEREIRA, Matheus (2020). *Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social*. Revista Brasileira de Sociologia / Vol 08, No. 20 / Set-Dez/2020 / p. 26-49.
- SINGER, André (2021). *A reativação da direita no Brasil*. Opinião Pública, Campinas, vol. 27, nº 3, set.-dez., 2021.
- SOLANO, Esther (2019). *A bolsonarização do Brasil*. In: Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- STARLING, Heloisa M. (2022). *Brasil, um país do passado*. In: Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise (Heloísa Murgel Starling, Miguel Lago, Newton Bignotto) - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- SUNSTEIN, Cass (2017). *#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media*. Princeton: Princeton University Press.
- TARROW, Sidney. *The language of contention: revolutions in words (1688-2012)*. New York: Cambridge University Press, 2013.

- TATAGIBA, Luciana (2018). *Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff*. Lusotopie, v.17, p. 112-135, 2018.
- TAVARES, André; MOREIRA, Diogo (2011). *O voto eletrônico no Brasil*. TSE: Estudos Eleitorais, v. 6, n. 3, set./dez. 2011.
- TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2003). *Relatório das Eleições 2002*. Brasília: TSE, 2003.
- TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2022). *Plano de ação para ampliação da transparência do processo eleitoral*. Minuta para discussão - Eleições de 2022. Brasília: TSE, 2022.
- URBINATI, Nadia (2019). *Political theory of populism*. Annu. Rev. Political Sci. 2019. 22:111–127.
- USCINSKI, Joseph (2020). *Conspiracy theories: a primer*. The Rowman & Littlefield Publishing Group, Inc. London, 2020.
- VAN LEEUWEN, Theo (2007). *Legitimation in discourse and communication*. Discourse & Communication - SAGE Publications. - Vol 1(1): 91–112, 2007.
- VINHAS, Otávio; PRATES, Camila (2020). *Seguindo a construção de fatos e mapeando redes: urnas eletrônicas brasileiras são confiáveis?* Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.10, no 2, p.09-37, jul./dez. 2020.
- WEYLAND, Kurt (2017). *A political-strategic approach*. In: KALTWASSER, Rovira; C., TAGGART, P.A.; ESPEJO, P.O.; OSTIGUY, P. (eds.). *The Oxford Handbook of Populism*. OUP Oxford, 2017, p.48-73.
- WINNER, Langdon (1980). *Do artifacts have politics?* Daedalus, 190 (1), p. 121-139. 1980.
- ZOONEN, Liesbet van. *I-pistemology: changing truth claims in popular and political culture*. European Journal of Communication, [s.l.], v. 27, n. 1, p. 56-67, 2012.